

**Segundo Seminário Nacional
Papel e Inserção do Terceiro Setor
no Processo de Construção e Desenvolvimento da
Ciência, Tecnologia e Inovação**



São Paulo, agosto de 2003



Organização

Academia Brasileira de Ciências (ABC)
Instituto de Tecnologia Social (ITS)

Apoio

Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Coordenação Geral

Irma Passoni
Paulo Egler

Equipe de Coordenação

Gerson Guimarães
Maria das Graças Ibañez
Sandra Felizatto

Relatoria

Alessandra Azevedo
Marcia Rodrigues
Mariana Santana
Martina Rillo
Nathália Kneipp
Philip Ueno
Thomaz Fronzaglia

Fotografia

Fábio Braga
Nathália Kneipp

Agradecimentos

Ministério da Ciência e Tecnologia
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Organização e elaboração do relatório

Academia Brasileira de Ciências e Instituto de Tecnologia Social

Análise e revisão

Irma Passoni, Maria das Graças Ibañez e Paulo Egler

Edição e redação

Nathália Kneipp (MTb 2287/12/39/DF)

Capa e arte final

Lavinia Góes – Luan Comunicação

Sumário

I.	Apresentação	
	<i>Paulo Egler</i>	5
	<i>Irma Passoni</i>	6
<hr/>		
II.	Abertura do seminário	
	<i>Eduardo Moacyr Krieger e Irma Passoni</i>	7
	Retrospectiva dos trabalhos	
	<i>Gerson Guimarães</i>	7
	Causas do atraso tecnológico do país e a experiência do Estado do Ceará com os programas de capacitação tecnológica da população	
	<i>Ariosto Holanda</i>	8
	Campo de atuação do ITS e noção de tecnologia social	
	<i>Jorge Nagle</i>	10
	Inclusão e contribuição dos municípios na discussão sobre tecnologia	
	<i>Márcio Pochmann</i>	11
	História e atuação da Fundação Banco do Brasil na promoção da tecnologia social	
	<i>Jacques de Oliveira Pena</i>	12
	Secretaria do MCT formula políticas de CT&I para a inclusão social	
	<i>Jocelino F. de Menezes</i>	13
	Boas-vindas do presidente da Academia Brasileira de Ciências	
	<i>Eduardo Moacyr Krieger</i>	14
<hr/>		
III.	Temário	
	TEMA I – Tecnologia social para a geração de riqueza, trabalho e renda: aspectos conceituais sobre tecnologia social e ciência da cidadania; papel das OTSs e natureza das atividades por elas desenvolvidas	
	Conceito de Tecnologia Social	
	<i>João Furtado</i>	17
	Ciência da Cidadania	
	<i>Telmo S. Araújo</i>	18
	A visão das ONGs sobre o papel das OTSs e a natureza do trabalho desenvolvido	
	<i>Samyra Crespo</i>	20
	TEMA II – Participação e contribuição do Terceiro Setor na construção, encaminhamento e implementação de políticas públicas do atual governo, em especial a de CT&I	
	Uma visão do MCT	
	<i>Jocelino F. de Menezes</i>	25
	Uma visão das OTSs	
	<i>Silvio Caccia Bava</i>	26
	<i>Silvia Alcântara Picchioni</i>	29

TEMA III – Diretório da pesquisa privada – estudo sobre as organizações do Terceiro Setor, objetivo e resultados preliminares	
<i>Sônia Paulino</i>	31
<i>Martina Rillo e Ana Maria Fernandes</i>	33
Debate sobre a pesquisa apresentada	
<i>Dora Ann L. Canhos</i>	36
<i>Silvio C. Bava</i>	38
<i>Rogério Dardeau</i>	40
<i>Cláudio Valadares Pádua</i>	41
TEMA IV – Aplicação de tecnologia social para a implementação de programas promotores de cidadania	
Movimentos sociais e assistência social	
<i>Selma Schons</i>	43
O Programa Fome Zero	
<i>Frei Betto</i>	45
TEMA V – Relação do MCT com as OTSs	
<i>Paulo Bracarense</i>	48
TEMA VI – Informações sobre instrumentos de financiamento de CT&I, em especial sobre os Fundos Setoriais	
<i>Renato Dantas</i>	51
<i>Dalmo Lima</i>	53
<i>John Wilkinson</i>	56
<hr/>	
IV. Conclusão	
Síntese dos resultados dos debates	58
<hr/>	
V. Anexos	
Trabalhos dos grupos	
Tópicos abordados no grupo 1 (Grupo vermelho)	64
Tópicos abordados no grupo 2 (Grupo verde-amarelo)	65
Tópicos abordados no grupo 3 (Grupo azul escuro)	66
Tópicos abordados no grupo 4 (Grupo marrom)	68
Tópicos abordados no grupo 5 (Grupo azul claro e preto)	69
Visita e participação no salão e fórum de inovação tecnológica (Brasiltec)	70
O Pesquisador Popular	71
Biosistema Integrado (BSI) – Participação popular nos projetos de saneamento e educação ambiental	72
Participantes e respectivas instituições	73

I. Apresentação

Paulo Egler

O material que se segue representa a transcrição das palestras, dos debates e de outros eventos que se desenvolveram durante o “Segundo seminário nacional sobre o papel e a inserção do Terceiro Setor no processo de construção e desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação”.

Sobre esta reunião é importante apontar que três foram as razões que levaram a Academia Brasileira de Ciências (ABC), em associação com o Instituto de Tecnologia Social (ITS), a se empenhar e se envolver diretamente em sua realização. A primeira, e sem dúvida a mais evidente, foi a de dar continuidade a uma iniciativa que começou na Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, realizada em setembro de 2001, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Neste sentido, e seguindo um procedimento que tem pautado as ações da ABC, um investimento que foi iniciado não deve ser desmobilizado, antes que os resultados inicialmente esperados sejam concretizados.

A segunda razão, pode-se dizer, foi de ordem ideológica. Ao apoiar a inclusão do tema papel e inserção do Terceiro Setor na pauta da Conferência de CT&I, a Academia deu início a uma discussão e a uma prática que acreditava, e ainda acredita, pudesse resultar em efetivos avanços para fazer com que a geração e difusão de conhecimentos sejam fatores relevantes para a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira. É importante apontar que esta convicção tem por sustentação o fato, mais do que corriqueiro, de que as sociedades que hoje conseguem oferecer a seus cidadãos um nível adequado de emprego e de renda foram aquelas que, por décadas, investiram contínua e progressivamente, em ciência, tecnologia e inovação.

Por fim, a terceira razão foi de ordem conceitual. Ao assumir uma parceria com entidades representativas da sociedade civil organizada, que têm em sua pauta de prioridades a preocupação com o tema tecnologia social e ciência da cidadania, uma questão que se colocou como relevante foi a de se explicitar que conceitos, que dimensões e que práticas caracterizam estas duas expressões. Embora para alguns esta questão não passe de ‘mero requinte teórico’, o entendimento da Academia foi, e continua sendo, o de que esta explicitação é fundamental, sobretudo para que sejam evitados entendimentos errôneos como o que usualmente é feito ao se colocarem, como sinônimos, expressões como “tecnologia apropriada” e “tecnologia atrasada”.

Ciência e tecnologia para todos os brasileiros

Vivências e interações entre os participantes do encontro

Irma Passoni

Se nos propuséssemos a reconstruir uma memória simbólica do encontro, a oportunidade se abriria, primeiro, para uma luneta. Aquela luneta de papel que usamos na primeira atividade de interação e aproximação do grupo, para avistar o outro, medir distâncias, discernir feições e explorar novos horizontes.

Tal símbolo reapareceu na avaliação de uma participante, no final do seminário, ao dizer: “quando Galileu quis conhecer mais sobre os astros, contratou a construção de uma luneta. Hoje, a sociedade estabelece mecanismos de colocar em evidência os problemas temporais, presentes no dia-a-dia. As ONGs e todo o Terceiro Setor têm esse papel, mas não é só. O Terceiro Setor, em suas ações, produz conhecimento desenvolvendo tecnologia”.

Essa afirmação coincide com uma das constatações da pesquisa apresentada durante o seminário pelo ITS e Unicamp – “Diretório da pesquisa privada, estudo sobre as organizações do Terceiro Setor, objetivo e resultados preliminares” –, trabalho que estuda 35 setores industriais e uma centena de ONGs, a fim de mapear as competências em CT&I existentes nessas organizações, com resultados que poderão auxiliar na formulação de políticas públicas. O encontro serviu para que os diversos atores dialogassem sobre as conclusões e perspectivas desse trabalho.

O campo de visão das lunetas veio a se personificar no movimento de aproximação das pessoas, com ritmo, na dança de roda do Vale do Jequitinhonha, momento lúdico e de apresentações dos participantes, produtor do segundo símbolo marcante do encontro – a roda, o círculo, a rede de colaboração – que foi percebido por numerosos povos e distintos autores antigos como figura perfeita e expressão da totalidade.

A caravana contra a fome do governo Lula teve o seu ponto de partida no Vale do Jequitinhonha, formando uma rede de atuações que colocou na mira das “lunetas” o que há de mais premente no país. Este segundo seminário se insere nesse contexto político, propício para reavivar o debate e incitar ações que resgatem e multipliquem as atividades de extensão das universidades, as tecnologias sociais, a definição de agendas que enunciarão como, coletivamente, o Terceiro Setor pode agir na produção e apropriação do conhecimento para que aqueles problemas que decorrem do nosso avanço e do nosso atraso sejam enfrentados de uma vez e a um só tempo.

Para a continuidade dos trabalhos, é determinante a receptividade manifesta por agências de fomento em CT&I, do próprio Ministério da Ciência e Tecnologia – onde se conseguiu inaugurar uma Secretaria de Inclusão Social, que privilegia o enfoque Ciência, Tecnologia e Sociedade –, bem como a ampliação quantitativa e qualitativa das interações entre pesquisadores, instituições de ensino e pesquisa, governos municipais, estaduais e federal e o Terceiro Setor. O grupo de trabalho que se constituiu a partir deste seminário terá a missão de manter o foco nas oportunidades existentes, entre as quais muitas encontram-se descritas neste documento, e manter coeso o círculo que se formou em torno desse objetivo de levar CT&I ao encontro das necessidades da nação brasileira.

II. Abertura do seminário

*Eduardo Moacyr Krieger
Irma Passoni*

O presidente da Academia Brasileira de Ciências, Eduardo Moacyr Krieger e Irma Passoni, gerente executiva do Instituto de Tecnologia Social, saudaram os participantes do seminário e recordaram os objetivos da reunião, ressaltando que é um compromisso fundamental e comum a ambas as instituições, colaborar com as iniciativas que façam com que os benefícios gerados pela C&T cheguem às populações, contribuindo para a resolução de seus problemas.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, prestigiou o encontro e, após almoçar com os participantes do seminário, esteve presente na abertura dos trabalhos. Anunciou a reedição da Portaria 705, com nova redação, prevendo a sua publicação no Diário Oficial para o dia 6 de agosto de 2003, reafirmando a importância da participação do Terceiro Setor para uma discussão que se faça de “forma orgânica” sobre as metas do governo, de políticas de C&T, reiterando que é do interesse do MCT que esse processo se faça de forma mais capilar possível. Lembra que uma das indicações da nova política que surgiu com o governo Lula foi a criação de uma Secretaria para a Inclusão Social e que o titular da pasta estaria presente para aprofundar os debates sobre os trabalhos em andamento e estabelecer um diálogo com o grupo. O Ministro discorreu sobre algumas dificuldades que tem encontrado no seu cotidiano de trabalho, diante de uma estrutura estatal frágil, tendo que enfrentar “a resistência na máquina”, “a dificuldade de mudar a mentalidade, o corporativismo e conservadorismo” das pessoas e “o medo da mudança”, deixando aos presentes uma porta aberta para que os trabalhos do fórum voltem a ter o espaço pleiteado no MCT.

Retrospectiva dos trabalhos

Gerson Guimarães

Com o intuito de resgatar a memória dos trabalhos, Gerson Guimarães, representante do Instituto de Tecnologia Social, traçou um histórico das atividades que antecederam este Seminário.

Relatou que o ITS e a ABC realizaram uma primeira pesquisa sobre a produção de conhecimento em ONGs, em setembro de 2000. Comentou que os critérios de seleção dessas organizações foram estabelecidos de modo a identificar aquelas ONGs que, em seus estatutos, enunciam o objetivo de desenvolver pesquisas, estudos e conhecimentos. Essa pesquisa serviu de base para a realização do Simpósio “Papel e Inserção do Terceiro Setor no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação”, na última Conferência Nacional de CT&I.

“A partir dos encaminhamentos desse Simpósio, o ITS e a ABC realizaram o ‘Primeiro Seminário sobre o Papel e a Inserção do Terceiro Setor no processo de construção e desenvolvimento da CT&I’, em Brasília, nos dias 14 e 15 de maio de 2002, com a participação de 40 ONGs.

Foi também realizada pelo ITS, com financiamento da Finep e participação da Unicamp, uma pesquisa sob o título ‘Diretório da Pesquisa Privada – estudo sobre as organizações do Terceiro Setor’, cujos resultados preliminares constaram em uma das apresentações realizadas durante esse Segundo Seminário.

Um dos encaminhamentos do primeiro Seminário foi a constituição de um Grupo de Trabalho, com a participação de ONGs indicadas em assembléia e com representantes do MCT, CNPq, Finep e CGEE, nomeados pelo ex-ministro da C&T, Ronaldo Mota Sardenberg,

visando elaborar formas e mecanismos de construção de parcerias entre o MCT e as organizações do Terceiro Setor.

A representatividade dos participantes do Segundo Seminário correlaciona-se não só à setorialidade – pesca, agricultura familiar, meio ambiente, saúde, ciências humanas etc. –, mas também a uma diversidade regional, que espelha uma parcela das organizações que se tem de Norte a Sul no país”.

Causas do atraso tecnológico do país e a experiência do Estado do Ceará com os programas de capacitação tecnológica da população

Ariosto Holanda

“A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que procurou identificar as Causas e Dimensões do Atraso Tecnológico no Brasil, instalada em 1992, teve como presidente o Senador Mario Covas e como relatora a deputada Irma Passoni. Esta CPMI apontou como causa principal do nosso atraso tecnológico a degradação da base educacional em todos os níveis.

Infelizmente, as CPIs que procuram diagnosticar as causas estruturais que levam ao subdesenvolvimento do país não dão lobo.

Analisando aquele relatório, procurei me aprofundar na cadeia do conhecimento e constatei que havia, e ainda há, um grande vazio para não dizer um fosso na área da capacitação tecnológica da população, ou seja, do ensino profissionalizante.

Os dados registrados por essa CPMI indicavam que, nos países desenvolvidos, existe uma relação ótima de um técnico de nível superior para cinco técnicos de nível médio e, no Brasil, essa relação estava invertida.

A média era de dois técnicos de nível superior para um de nível médio. No Norte e Nordeste, essa relação era muito pior; a relação era de quatro técnicos de nível superior para um técnico de nível médio. Naquele ano (1993), o Brasil tinha 400 mil engenheiros, e somente 200 mil técnicos de nível médio, quando deveria ter, no mínimo dois milhões de técnicos de nível médio qualificados. Mas, por outro lado o número de engenheiros deveria ser de 1,6 milhão. Se tivéssemos esse número de engenheiros o número de técnicos deveria ser de 8 milhões. Esse era o nosso grande déficit e, porque não dizer, nosso grande fosso”.

Na visão do deputado, a Ciência e a Tecnologia devem estar presentes na Educação Fundamental. “O Brasil, além do elevado número de analfabetos (17 milhões), tem uma população de trabalhadores da ordem de 20 milhões, sem qualificação profissional, são os analfabetos tecnológicos”. Disse ter levado ao conhecimento do então ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Mota Sardenberg, o fato de que, certamente, os 5,5 mil municípios brasileiros sabem para que servem os Ministérios da Educação, da Agricultura, das Comunicações, da Indústria, entre outros, mas, com certeza, 97% desses municípios não sabem para que serve o MCT. “Isso porque esse ministério tem concentrado suas ações na pós-graduação e pesquisa, esquecendo-se da ação que chega lá na ponta, e que pode atingir as comunidades mais distantes, que é a extensão tecnológica”.

“A extensão tecnológica é a ação da Ciência e Tecnologia que chega ao Terceiro Setor. Este, por sua vez, deve se constituir no caminho para a desconcentração da renda e do conhecimento. Eis “a importância desse seminário, que procura discutir os meios e apontar as soluções”.

“A concentração de renda que constatamos hoje tende a aumentar, de forma acentuada, com a concentração do conhecimento”, alertou o deputado, conclamando o Terceiro Setor a “mobilizar ações e envidar esforços no sentido de se fazer cada vez mais presente no processo da geração do trabalho”.

Exemplificou e apontou como extremamente oportuna a implantação do Programa do Biodiesel, voltado para produção do diesel vegetal. “Essa ação poderia se constituir na maior e melhor reforma agrária do país. O Brasil importa hoje 5 bilhões de litros de diesel mineral. Se assentássemos um milhão de famílias, para produzir biodiesel a partir da mamona, por exemplo, elas iriam produzir o que o Brasil importa e teriam uma renda mensal de, no mínimo, R\$500”.

“O grande desafio que se apresenta hoje a qualquer governo se resume a duas questões:

1. Como gerar trabalho e distribuir renda num meio onde grande parte da população é analfabeta e sem qualificação profissional?
2. O que fazer com milhões de trabalhadores cuja força de trabalho é cada vez menos exigida, ou nem mais o é?”

Na tentativa de resolver esse desafio, narrou a experiência do Ceará. Naquele Estado, como mecanismos de capacitação tecnológica da população, o governo implantou os Centros de Ensino Tecnológico, os Centros Vocacionais Tecnológicos e as Infovias do Desenvolvimento.

“Os Centros de Ensino Tecnológico são centros de excelência, irradiadores de conhecimento, voltados para a formação de técnicos de nível médio e tecnólogos de nível superior nas áreas de tecnologia de alimentos, eletromecânica, irrigação, recursos hídricos e saneamento ambiental, e para o conhecimento do nosso clima, vegetação e solo.

Os Centros Vocacionais Tecnológicos procuram capacitar a população trabalhadora local com conhecimentos voltados para trabalhar com os recursos naturais da região.

As Infovias são formadas pelas redes eletrônicas e são preparadas para proporcionar ensino a distância a partir das universidades.

Todos esses são programas voltados para capacitar as pessoas para o trabalho.

O Estado chegou também a implantar o programa de compras e serviços governamentais. O governo dava prioridade na compra para os produtos e serviços que fossem feitos pelas micro e pequenas empresas.

Todas essas ações foram desenvolvidas porque o governo entendia que os problemas da pequena empresa ou dos pequenos negócios estão intimamente ligados à tecnologia, ao gerenciamento, ao financiamento e ao mercado”.

Concluiu dizendo que só atingiremos níveis de desenvolvimento maiores e promoveremos a desconcentração da renda se “as atividades de planejamento pensarem numa economia que leve em conta as pessoas”.

Campo de atuação do ITS e noção de tecnologia social

Jorge Nagle

O professor Jorge Nagle, conselheiro do Instituto de Tecnologia Social, agradeceu a Academia Brasileira de Ciências, na pessoa do Doutor Eduardo Krieger, o apoio e a parceria estabelecidos com o ITS. Esclareceu que as ações do Instituto, fundado em 2001, visam a formulação de “modelos tecnológicos que sirvam para resolver problemas da sociedade brasileira em geral”.

Na atuação do Instituto, Nagle destacou a valorização do ser humano visando à formação de cidadãos. “A questão da tecnologia, embora seja aparentemente muito simples, possui uma dimensão mais complicada do que se imagina. O ITS dedica-se a analisar essa questão para deixar claro o sentido da tecnologia, até porque há uma certa confusão entre tecnologia e técnica, especialmente pelo emprego do termo tecnologia quando seria mais apropriado empregar o termo técnica”.

Há uma preocupação do ITS com essa área, a qual denominou de mais “pedagógica”, pois “além do ITS preocupar-se com a promoção de processos de inclusão social, além de atender as demandas dirigidas à Instituição (o chamado balcão), existe o que é necessidade social. Esses dois conceitos – demanda social e necessidade social – têm sido empregados mais ou menos como sinônimos. Acreditamos que existe uma diferença fundamental entre ambos, entre o que é pleiteado por uma determinada população e o que é determinado por um diagnóstico. Uma coisa é a demanda que se recebe, outra é a necessidade que se identifica”.

Ainda no caso da função pedagógica do ITS, mencionou as discussões que começaram a partir da idéia de que “no sistema escolar brasileiro, se há a presença da ciência – sem discutir como ela é ensinada – desde o ensino fundamental até o superior, ocorre que a tecnologia não está presente nem no ensino fundamental, nem no ensino médio, nem mesmo no ensino profissional, o que é uma situação inconcebível; está presente em poucas escolas de nível superior.

A tecnologia está quase que exclusivamente associada a áreas como física, química, biologia... Esquecemos que ela está ou deve estar igualmente presente nas letras, nas ciências humanas, seja na sociologia, na antropologia, na língua, na literatura, na pedagogia... É preciso universalizar a idéia de tecnologia, as construções tecnológicas”, ponderou. “Na nossa cultura pedagógica, é um dos grandes desafios saber e criar um modo de como introduzir a tecnologia no sistema escolar brasileiro, a partir do ensino fundamental, pelo menos. Se possuímos um padrão mais ou menos claro de como se trabalha cientificamente, processo que vem sendo sedimentado há séculos, nós não temos muito clara uma noção do padrão de trabalho tecnológico, diferenciando-o de modo muito forte do que nós chamamos de técnica. Se devemos associar tecnologia com a formulação de modelos; com a imaginação e a criatividade (já presentes na criança antes mesmo do período da pré-escola, criatividade essa que a escola acaba matando desde cedo); com uma forma de mobilizar os conhecimentos e as experiências que as pessoas têm, então a ausência da tecnologia na escola brasileira prejudica a formação das pessoas, pois subtrai um dos pilares da nossa cultura”.

O professor Nagle concordou com o deputado Ariosto Holanda, quando este ressaltou que existe uma grande lacuna no lugar que deveria ser ocupado pelas atividades de extensão, associadas ao ensino e P&D no país.

Inclusão e contribuição dos municípios na discussão sobre tecnologia

Márcio Pochmann

O Secretário Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Social do Município de São Paulo, Márcio Pochmann, expressou a sua satisfação em ver a inclusão dos municípios na discussão sobre a tecnologia, visto que são "entes que tradicionalmente se encontram à margem dessas discussões sobre políticas públicas, que coloquem a tecnologia em uma agenda de referência e prioridade".

Esclareceu que esse distanciamento se dá em um país que tem, aproximadamente, 75% de seus municípios dependentes do Fundo de Participação, equivalente às transferências fiscais, encontrando-se impossibilitados de "caminharem com as próprias pernas". Acrescentou que, desde a elaboração da Constituição de 1988, existe um movimento de descentralização em diversas áreas, o que trouxe bons resultados na área da saúde, e começa a dar frutos na gerência de outras despesas e receitas; mas, quanto à descentralização na área de tecnologia, ainda não se vê uma participação dos municípios que promova a necessária ampliação da difusão tecnológica nas diversas regiões do país. Comentou alguns pontos de destaque:

1) Tecnologia é, cada vez mais, um passaporte para o futuro

"Os períodos de transição tecnológica são períodos em que o homem tem enorme dificuldade de entender o momento em que ele está vivendo e o que vai ocorrer no futuro. As teses hegemônicas sobre o futuro do trabalho são, em geral, pessimistas". Citou Eric Hobsbawm, maior historiador marxista vivo, e Jeremy Rifkin, autor de "O fim do emprego", visto que ambos analisam detalhadamente essas questões.

2) As alternativas para um melhor encaminhamento da questão do emprego são mais favoráveis nos países que têm investido em tecnologia

Os Estados Unidos servem como exemplo, pois investem no desenvolvimento tecnológico e "registram taxas de desemprego inferiores a 5% de sua população economicamente ativa, inferior àquelas registradas nos últimos 30 anos na série histórica americana". Pochmann aponta que a precarização do trabalho ocorre, cada vez mais, naqueles países que menos investem em tecnologia. "Em 1979, de acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) havia 45 milhões de desempregados no mundo e, nesse conjunto, os sete países mais ricos (bloco do G7) respondiam por 1/3 desses desempregados. Em 2001, esses valores subiram para 160 milhões de pessoas desempregadas e a parcela correspondente ao G7 caiu para menos de 11%", dados que Pochmann utilizou para reiterar a relação de proporcionalidade direta entre investimentos em tecnologia e a favorabilidade às perspectivas de geração de novos postos de trabalho, fazendo a ressalva de que não é a tecnologia que gera trabalho, mas sim a expansão do excedente econômico que a acompanha. Exemplificou que crescem as oportunidades de trabalho nas áreas de saúde, educação e assistência às famílias: "essas três ocupações respondem por seis em cada dez ocupações criadas nos países desenvolvidos".

3) Educação e trabalho

Destacou a importância de "se educar para a vida e não necessariamente só para o trabalho". "O trabalho está perdendo centralidade em nossa vida", análise que Pochmann atribuiu aos alemães e utiliza em correlação com a evolução da expectativa de vida das populações, o aparecimento de regimes de aposentadorias etc. "Há 100 anos, trabalhar era viver". O que se apresenta para o futuro é esse decréscimo da importância do trabalho na vida das pessoas, pois "entram mais tarde no mercado de trabalho e saem mais cedo, e a expectativa de vida é, no Brasil, de 68 anos e, quem sabe, em 20 anos, tenhamos neste seminário uma platéia composta por pessoas de 100 a 120 anos de idade", cogitou.

4) Difusão de tecnologia no Brasil para a inclusão social

"Se existe uma coisa que nós, brasileiros, entendemos é de exclusão", constatou Pochmann, fazendo o contraponto de que "infelizmente não somos doutores na superação dessas diferentes formas de exclusão". Justificou que isso ocorre "não por faltarem teses ou experiências exitosas, mas sim por faltar a capacidade de difundir as experiências exitosas". Citou um exemplo figurado de um momento histórico em que houve o desafio de se vencer a fome na Europa e, para tanto, houve iniciativas que poderiam ser rotuladas como se estivessem "plantando trigo em vaso", dada a magnitude do problema e a minuidade da solução encontrada. Com essa conotação, aludiu às iniciativas de governos municipais, estaduais, federal, organizações não-governamentais, em que se percebem muitos "trigos plantados em vaso", embora sejam experiências exitosas. "Não conseguimos entrar na fase de plantar o trigo em grande quantidade em céu aberto; esse é o nosso desafio". Todos esses entes mencionados trabalham, muitas vezes, "em concorrência", limitação para a qual Pochmann sugeriu uma superação por meio da formulação de trabalho em rede, para a inclusão social.

História e atuação da Fundação Banco do Brasil na promoção da tecnologia social

Jacques de Oliveira Pena

"Desde sua origem, a Fundação Banco do Brasil sempre esteve vinculada às questões da ciência e da tecnologia. No início de suas atividades, em 1988, geriu um fundo destinado à pesquisa, o que possibilitou inúmeras inovações e desenvolvimento de novas tecnologias. Hoje, a Fundação atua com dez programas estruturados, com ações sendo realizadas em todos os estados brasileiros.

A principal ação da Fundação Banco do Brasil no campo da C&T é o Banco de Tecnologias Sociais. Programa social que visa disseminar processos, métodos, técnicas ou mesmo produtos que solucionam problemas sociais nas áreas de alimentação, demandas por água, educação, energia, habitação, renda, saúde e meio ambiente, com propriedade de ser reaplicável. Em outras palavras, soluções voltadas a atender problemas comuns que afetam diferentes comunidades.

Como forma de identificar e captar os conhecimentos sociais que estão espalhados por todo o país, a Fundação lança, a cada dois anos, o "Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social", que conta com o apoio institucional da Unesco. As iniciativas inscritas e que são certificadas passam a compor o Banco de Tecnologias Sociais, disponível no site www.cidadania-e.com.br. A primeira edição do Prêmio, em 2001, certificou 129 tecnologias sociais. Na edição de 2003, foram mais 96 soluções certificadas.

Alinhada com os propósitos do Programa Fome Zero do Governo Federal, a Fundação Banco do Brasil está atuando na geração de trabalho e renda. Para realizar seu investimento social nessa área, a Fundação está reaplicando tecnologias certificadas, como, por exemplo, é o caso das Minifábricas de Castanha de Caju, tecnologia desenvolvida pela Embrapa, reaplicada em diversos estados no Nordeste. A tecnologia promove a melhoria do produto e, como consequência, aumenta a renda dos trabalhadores. Outra solução reaplicada pela Fundação é a Tecnologia Alternativa da Borracha (Tecbor), desenvolvida pela Universidade de Brasília. A tecnologia possibilita produzir borracha de alta qualidade em pequenas unidades familiares, garantindo também maior renda aos seringueiros.

Dessa forma, identificando, disseminando e reaplicando tecnologias a Fundação Banco do Brasil contribui para o desenvolvimento social do país. E conta com a perspectiva de parcerias com a Academia Brasileira de Ciências e com o Instituto de Tecnologia Social para a construção de um Brasil mais justo e com oportunidades para todos".

Secretaria do MCT formula políticas de CT&I para a inclusão social

Jocelino F. de Menezes

O Secretário de Inclusão Social do MCT, Jocelino Menezes, destacou que "representa a vontade do ministro – que fez questão de estar presente na abertura do seminário. A nossa participação ativa neste evento simboliza, por intermédio da união de duas importantes instituições, como a Academia Brasileira de Ciências e o Instituto de Tecnologia Social, o que é mais significativo hoje para o Ministério da Ciência e Tecnologia que é a função da inclusão social".

Anunciou a criação de um Fundo Setorial exclusivo para a área social, com recursos do sistema financeiro. Essa proposta, se fosse aprovada pelo Congresso Nacional, hoje, resultaria em R\$ 60 milhões a serem aplicados em tecnologias para o Terceiro Setor e para complementar as ações narradas no encontro.

Confirmou a informação de que será efetuada a publicação da Portaria que institui a criação de um grupo representativo do Terceiro Setor, no âmbito do ministério, o que se prevê para o dia 6 de agosto de 2003. Acrescentou que há intenção, por parte da Secretaria de Inclusão Social, de recorrer a um Comitê Consultivo, formado por representantes do Terceiro Setor e cogitou sobre a adequação e pertinência de se realizar uma fusão entre esses dois novos elementos que passarão a interagir com o ministério, dando voz às instituições da sociedade civil organizada, no âmbito do MCT.

Diretrizes para a área de C&T

"Se existe alguma diferença desse ministério do governo Lula e os outros ministérios é justamente a definição clara e objetiva de diretrizes". O secretário discorreu sobre quais são as prioridades traçadas pela gestão de Roberto Amaral, em função do programa de governo para a área de C&T:

1. Desconcentração de recursos para a C&T e da política elaborada para este setor; superar as desigualdades regionais e sociais.
2. Popularizar a ciência, a partir de um conceito que o ministro denominou "dessacralização da ciência", vem ao encontro das iniciativas empreendidas pela ABC, ITS, Fundação Banco do Brasil, secretarias municipais e estaduais e outras instituições representadas no encontro. Pretende usar as condições institucionais e orçamentárias para ajudar o processo de popularização da ciência.

3. Inclusão social. "Nada é mais significativo do que a criação de uma secretaria específica para tratar desse assunto". Relembrou que essa iniciativa surgiu no bojo das ações desse fórum, por ocasião da elaboração dos trabalhos do grupo de transição de governo, momento em que houve a sugestão de criação de uma Secretaria de Tecnologia para o Desenvolvimento Social. A criação dessa secretaria envolveu um processo de reestruturação institucional no ministério, visto que, por lei, só é possível haver quatro secretarias.
4. Desenvolvimento tecnológico para a substituição de importações, relaciona-se à necessidade de absorção de mão-de-obra e à geração de emprego e renda. "A nossa convicção é de que cabe ao Estado um papel de formulador, coordenador e gestor de políticas públicas que, presentemente, use todos os seus mecanismos institucionais e orçamentários para financiar a inovação, pesquisa, desenvolvimento e obrigue rigorosamente a desconsiderar essa política tão desumana implantada no país, nos últimos 15 anos de exclusão, exclusão e exclusão... Esse modelo recente do livre mercado, do Estado mínimo, não serve para se pensar um país tão desigual quanto o nosso".
5. "A principal diretriz do governo para seus gestores públicos é o fortalecimento da soberania nacional e a geração de emprego e renda".

Reconheceu a engenhosidade na criação dos 14 Fundos Setoriais na gestão de Sardenberg, porém, opinou que "os fundos setoriais são um belíssimo exemplo de captação de recursos e um desastroso exemplo de gestão de recursos". Para Jocelino, a utilização desses recursos para "financiar o déficit público" do país, "é questionável, do ponto de vista ético e legal", acrescentando que houve "morosidade pela incapacidade de gestão para tornar os fundos uma forma eficaz". Informou que estão utilizando a "gestão compartilhada" com amplos setores da sociedade para aprimorar a gestão desses recursos. "O último orçamento aprovado no governo Fernando Henrique foi de R\$1,2 bilhão, e no próprio governo de FHC, o Congresso contingenciou R\$595 milhões desses recursos".

"No governo Lula, o menor contingenciamento orçamentário foi o do MCT, correspondente a 2,96%". Relembrou que quando houve uma redução de 14% no orçamento de todos os ministérios, nesse mesmo dia "o governo Lula anunciou a ampliação de 14 mil bolsas de mestrado e doutorado, com um significado exclusivo de que a área de C&T é prioritária. Encontramos o orçamento dos Fundos contingenciados e expropriados. De novembro de 2001 até hoje, encontra-se no Tesouro Nacional R\$1,2 bilhão, recursos que não foram repassados. Neste ano, recebemos R\$600 milhões que foram utilizados com o pagamento de despesas feitas no ano passado. Este ano trabalhamos com um orçamento dos Fundos de R\$260 milhões".

Boas-vindas do presidente da Academia Brasileira de Ciências

Eduardo Moacyr Krieger

"É com grande satisfação que a Academia Brasileira de Ciências participa da promoção deste Segundo Seminário sobre o Papel das Organizações do Terceiro Setor no Processo de Construção e Desenvolvimento da CT&I, em parceria com o Instituto de Tecnologia Social e com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica.

Em setembro de 2001, em Brasília, entidades do Terceiro Setor participaram da "Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação", marcando positivamente a sua contribuição nos debates e registrando a necessidade urgente de que a reflexão sobre sua participação no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação se desse de forma sistemática, organizada e permanente. Posteriormente, também em Brasília, em maio de 2002, realizou-se o Seminário

"Papel e Inserção do Terceiro Setor no Processo de Construção e Desenvolvimento da CT&I", promovido pela Academia Brasileira de Ciências e pelo Instituto de Tecnologia Social, com o apoio da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados e da Fundação Banco do Brasil.

Esses eventos serviram para reafirmar que as Organizações do Terceiro Setor têm papel fundamental na construção de soluções para os problemas brasileiros e têm como desafio participar, ativamente, desta tarefa. Ademais, as Organizações do Terceiro Setor apresentam-se como agentes sociais de mudança e de transformação. Esta característica é conquistada pelo fato delas terem uma elevada capilaridade social, o que lhes assegura o papel de legítimas identificadoras de problemas e necessidades dos diferentes extratos da sociedade brasileira, sobretudo de suas parcelas menos favorecidas.

De outro lado, e por decorrência dessa capilaridade, as organizações do Terceiro Setor têm, também, um papel fundamental na difusão de conhecimentos, técnicas e tecnologias que são essenciais para os problemas que atingem a sociedade brasileira.

Resultante do primeiro Seminário, foi pleiteada a criação de um arranjo institucional adequado para possibilitar a reflexão e a definição de conceitos, papéis, instrumentos e mecanismos de participação e envolvimento das Organizações do Terceiro Setor na construção e implementação das políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação – CT&I

Essa justa reivindicação foi acolhida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, onde foi criado um Grupo de Trabalho de composição tripartite, envolvendo representantes do próprio Ministério e suas Agências (CNPq e Finep), das Organizações do Terceiro Setor – representadas pelo Instituto de Tecnologia Social, pela Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais (Abong), pelo Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (Gife) e pela Associação do Semi-Árido (ASA) – e da Academia Brasileira de Ciências, para estudar as modalidades e implementar mecanismos concretos de participação das Organizações do Terceiro Setor no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. O Grupo de Trabalho foi instalado em novembro de 2002, quando ocorreram duas reuniões de trabalho. Ouvimos, ontem, com satisfação, que o Ministro Amaral está recompondo o Grupo de Trabalho para dar continuidade às atividades.

Também dando continuidade aos trabalhos, a Academia e o Instituto de Tecnologia Social decidiram promover a realização deste Segundo Seminário, com o objetivo de avaliar o desdobramento dos trabalhos desenvolvidos após o primeiro seminário:

aprofundar as questões conceituais para avançar na reflexão coletiva sobre Tecnologia Social e Ciência da Cidadania;

identificar o papel das Organizações do Terceiro Setor como participantes na formulação das políticas de CT&I;

discutir e detalhar os instrumentos e mecanismos de participação e envolvimento das OTSs na implementação das políticas de CT&I e como estruturá-las para ter acesso aos instrumentos de apoio e financiamento às atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico;

detalhar os instrumentos e mecanismos de cooperação entre as Organizações do Terceiro Setor e a comunidade científica e tecnológica nacional e o setor empresarial, criando um sistema de alianças e parcerias forte o suficiente para alavancar a participação da sociedade civil organizada na elaboração e implementação de políticas, programas e projetos que visem o desenvolvimento sustentável; e

apresentar os resultados preliminares da pesquisa que teve por objetivo melhor apontar aquelas Organizações do Terceiro Setor, que se identificam com o tema ciência, tecnologia e inovação.

A Academia Brasileira de Ciências, tradicionalmente vista mais como uma instituição honorífica e voltada para a ciência e os cientistas, ao envolver-se em uma discussão com organizações em cujas agendas se encontra, sobretudo, a preocupação com o resgate da cidadania e com a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, cumpre dois relevantes papéis. O primeiro diz respeito aos problemas de grande interesse social, cuja solução não podem prescindir da melhor informação científica hoje disponível, avaliada criticamente. O segundo, porque a discussão dos grandes problemas das sociedades humanas é, com frequência, fonte de novos tópicos de interesse, que exigem novo conhecimento científico. Uma vez identificados, eles se tornam a semente de pesquisas originais e sempre frutíferas.

É por isso que a instituição Academia Brasileira de Ciências, que tem 87 anos de serviços à ciência brasileira, incluiu em sua agenda essas questões e está definitivamente empenhada em uma proposta de ampliação e consolidação de parcerias com diferentes segmentos da sociedade brasileira, de forma a que a ciência, a tecnologia e a inovação contribuam, efetivamente, para a melhoria da qualidade de vida do homem brasileiro.

Por fim, quero aqui deixar registrado os agradecimentos do Instituto de Tecnologia Social e da Academia pela presença de todos que têm participado ativamente da discussão da questão do desenvolvimento social e reconhecido a participação de diferentes atores no processo de construção de uma sociedade mais justa e eqüânime, e em especial ao MCT, na pessoa do Secretário Jocelino de Menezes".

III. Temário

TEMA I – Tecnologia social para a geração de riqueza, trabalho e renda: aspectos conceituais sobre tecnologia social e ciência da cidadania; papel das OTSs e natureza das atividades por elas desenvolvidas

Coordenador: Paulo Egler

Conceito de Tecnologia Social

João Furtado

O que é tecnologia social? Essa é uma das perguntas que João Furtado, presidente do Instituto de Tecnologia Social, buscou responder em sua palestra “Promover a geração, o desenvolvimento e o aproveitamento de tecnologias voltadas para o interesse social”, inserida no primeiro tema do Fórum de Inovação Tecnológica – Política de C&T para o Desenvolvimento Social e também tema do Segundo Seminário “Papel e Inserção do Terceiro Setor no Processo de Construção e Desenvolvimento de CT&I”.

Furtado propôs à audiência um exercício participativo, uma *brainstorm*, para que as pessoas procurassem associar uma palavra à tecnologia: “qual é a primeira coisa que vem ao espírito ao se mencionar essa palavra?”. Em seguida, apresentou uma lista de palavras para que as pessoas estabelecessem uma correlação e identificassem uma proximidade de cognição entre o que pensaram e o que ele propõe como associações imediatas, recorrentes, quando se exploram conceitos associados à palavra **TECNOLOGIA**: computador, medicamento, avião, laboratório, patente, problema, foguete, solução e desemprego.

“A proposta do exercício foi a de explicitar que, quando as pessoas pensam em tecnologia, a primeira idéia que lhes ocorre está relacionada a coisas, artefatos, equipamentos que se destinam a determinadas funções, ou seja, existe uma forte invocação à materialidade, a objetos tangíveis”, explicou.

“Tecnologia social parte do reconhecimento de que mais importante do que as materialidades dos objetos, das coisas tangíveis, daquilo que você pode tocar, mais importante do que tudo isso, destacam-se as informações, o conhecimento, as capacidades individuais e os arranjos coletivos”.

Seguindo essa linha de raciocínio, Furtado distinguiu o binômio “sofisticação e adequação”, apresentando a diferenciação entre “soluções novas para problemas antigos” – ressaltando os exemplos que foram trazidos pela Embrapa, com sua tradicional excelência de atuação em inúmeras iniciativas de sucesso –, e “soluções antigas para novos problemas”.

“Quando falamos do Brasil e de tecnologia social, não devemos nos ater à resolução de problemas que estão à frente, mas incluir aqueles que foram ficando pendentes com o passar dos anos e enfrentá-los com determinação. Por exemplo, hoje se fala em analfabetismo digital, enquanto ainda não resolvemos o outro analfabetismo. Será que vamos resolver o primeiro e, depois, ocuparmo-nos com o segundo, ou, ainda, será que seremos corajosos, audaciosos e pretensiosos, como o Brasil muitas vezes consegue ser, para definir que nós temos problemas únicos que decorrem do nosso avanço e do nosso atraso. Precisamos enfrentá-los de uma vez e ao mesmo tempo.”

“Ao resolver um problema, há que se prever a continuidade de soluções possíveis para resolver os próximos problemas”, a isso se referiu como “sustentabilidade das ações para repor a demanda por soluções, criar novos conhecimentos a partir daqueles existentes”. Para tanto, destacou como imprescindível a força social da cooperação, dos arranjos coletivos. Narrou o desafio que lhe foi apresentado por Irma Passoni, gerente executiva do ITS, para que todo o seu arsenal teórico pudesse ser utilizado na elaboração de propostas de políticas públicas. Estas deveriam incluir a tecnologia social como ingrediente que reúne os elementos anteriormente abordados (informação, conhecimento, capacidades individuais, arranjos coletivos, etc) e que possa ser utilizada para a formulação de “soluções inteligentes e duráveis”. Citou o exemplo de uma escola que foi se deteriorando com o tempo e que motivou o questionamento sobre como construir soluções que não apenas existam no momento, mas ao longo do tempo, “como encontrar soluções sustentáveis?”

Ao diferenciar público de estatal, constatou: “quantas vezes, ao bolarmos uma solução estatal, nós, poder público, Estado, estamos diante de uma concepção de solução que prescinde do ingrediente ‘durabilidade’. O que falta na solução estatal é o ingrediente do ‘empreendedorismo’”. Exemplifica com a fabricação de cadeiras no Amapá e a consulta técnica feita, ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), pelo governador desse Estado, para que as cadeiras fabricadas na região pudessem ser adquiridas pelo Estado do Amapá. Para isso, foi preciso descobrir uma forma de tornar o Estado capaz de vencer as licitações cujas formulações dos editais, em geral, resultavam em ganho para os Estados do Sul e Sudeste. Exemplificou, ainda, abordando a questão da merenda escolar, que pode ser um instrumento para que o Estado utilize o seu poder de compra para dinamizar e valorizar mecanismos de promoção de arranjos produtivos locais, inserindo as comunidades circunscritas a esses governos, localidades, a participarem de um processo de coesão, utilizando a energia e o conhecimento que cada um tem para melhorar o seu meio e a sua vida. Tecnologia social é isso, afirmou Furtado: entender que “as comunidades descubram as soluções para os seus problemas”.

Ciência da Cidadania

Telmo S. Araújo

O Secretário de Planejamento de Campina Grande (PB) e presidente do Conselho Municipal de C&T, Telmo S. Araújo rememorou que a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia irradiou várias iniciativas de sucesso. “As entidades e municípios que estão mais perto da realidade social têm uma oportunidade maior de parceria na solução dos problemas”. Defendeu uma opção georeferenciada na identificação desses problemas e busca por soluções.

Considerou que a questão da inclusão social é fundamental em relação aos agentes que vão utilizar essa tecnologia, de poder apropriar diretamente aquilo que está sendo desenvolvido. “O desenvolvimento deve ser incluyente e durável; faço votos que todo o discurso de revitalização da nova Sudene torne-se realidade, pois está sendo apresentado pelo presidente Lula, resgatando a idéia original de Celso Furtado de fazer do semi-árido um desafio para o desenvolvimento do Nordeste”.

“A idéia é estimular, nos municípios, a integração de centros universitários de P&D, em processos integrados à comunidade”. Em sua apresentação, esclareceu o que entende por integração e o que denomina de sistema integrado e flexível de fomento e financiamento: “o sistema muitas vezes trabalha com editais rígidos, fechados, e as entidades é que procuram de certa forma se acomodar”. Na área de projetos integrados sociais, sugeriu uma câmara de negociação, que tenha autonomia e que trace um conjunto de possibilidades de financiamento e fomento para determinadas ações.

Os estudos de caso apresentados por Araújo abrangeram os seguintes temas:

- manejo integrado de microbacias;
- utilização de rejeitos de dessalinização;
- cadeia do algodão colorido naturalmente;

Dados referentes à questão da Paraíba demonstraram que 70% da estrutura fundiária da região têm até 10 hectares. Mostrou o quadro da desertificação, agudeza do problema, gravidade que pode ser estendida para o Nordeste, ressaltando que o semi-árido mantém-se um desafio. Mencionou um convênio assinado entre o Banco do Nordeste e a Universidade de Campina Grande. Mostrou a imagem de uma vista aérea da bacia hidrográfica de uma região chamada Paus Brancos, que ensejou vários trabalhos de pesquisa (dissertações e teses).

Relatou a importância de se ir às comunidades verificar como solucionar os problemas das pessoas, de falta de água, especialmente. Uma das soluções para um problema proposto deu-se com a utilização de pneus usados para fazer barragens de contenção e barragens subterrâneas. Utilizaram barragens de contenção e o resultado foi de melhorias na integração do conjunto do projeto.

Explicou a forma de captação de água a partir da barragem subterrânea: "a partir daí, melhoramos a saúde e educação. Envolveu a universidade, a municipalidade, uma ONG (Cedac) que trabalha no projeto, financiamentos do Banco do Nordeste, da Comunidade Solidária e uma série de outras ações que foram injetadas no projeto. Partindo de um vetor de C&T, com o apoio da universidade, se vai até a comunidade e lá se reconstrói, com eles, toda uma realidade", comentou.

A intervenção em outra bacia hidrográfica, liderada pela Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, onde foi presidente durante oito anos, previu a captação de água, para se ter uma água de melhor qualidade, pois esta é extremamente insalubre. Utilizaram mecanismos de dessalinização para obtenção da água potável. Ao fazê-lo, se depararam com os enormes rejeitos desse processo de dessalinização. Outra ramificação a partir da captação, dessalinização, é a obtenção de sal, o que representa uma matriz clássica. Na área de rejeitos, cultivam-se peixes e camarões e realiza-se uma pesquisa sobre irrigação de coqueiros. Recapitulou que a partir daquela mancha de rejeitos, foram introduzidas três ações de sucesso que propiciaram a construção de uma nova realidade.

Ambos os projetos, barragem de pneus e tratamento de rejeitos, receberam a premiação da Fundação Banco do Brasil, e entraram para o banco de tecnologias sociais da FBB. A Fundação Parque Tecnológico da Paraíba recebeu o primeiro lugar na premiação da FBB e da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (Anprotec) no ano passado.

A Embrapa tem encontrado, muitas vezes, dificuldade de internalização na região onde ela se encontra. Em Campina Grande, obteve um sucesso no desenvolvimento e integração da cadeia produtiva do algodão colorido. Além da área de algodão, trabalha também a de mamona, biodiesel, sical, etc., Porém, neste campo, particularmente, houve um grande desenvolvimento – destacado até mesmo pela revista "Newsweek", publicada em julho deste ano, como um dos dez projetos mundiais de relevância e que diz respeito à Embrapa de Campina Grande.

Ao fazer isso, trabalha-se com municípios, ONGs, diversas instituições do Estado, a Embrapa, e o Senar em toda a cadeia produtiva, que vai do agricultor até a exportação desse produto. "Estamos, todos, engajados nessa questão da P&D, liderados pela Embrapa. Já foram desenvolvidos o algodão marrom, verde, vermelho, a nível piloto, e deseja-se chegar ao azul. Trata-se de uma fibra mais longa e de grande capacidade de resistência. A nível

piloto trabalhou-se também com o algodão orgânico". Descreveu que essa cadeia envolve o município, o Estado, a Embrapa Federal e associações diversas do Estado, desde a área de artesanato até associações de empresários. Essa cadeia ganhou, através da AMDE, o prêmio nacional do BNDES do ano passado, de Gestão Pública e Cidadania, sendo sempre mencionada entre os exemplos de ações que envolvem Estado, Terceiro Setor e universidade.

Finalizou, destacando que em todos esses projetos "além da gente poder classificar como uma extensão das universidades e institutos de tecnologia, há questões que fundamentalmente envolvem a inserção e inclusão social de diversas camadas da sociedade. Nós entendemos que todos esses projetos só têm resultado na medida em que a academia, por meio dos seus institutos de pesquisa, tem atuado diretamente no projeto em estreita relação com a comunidade. Não se trata de uma encomenda de um projeto à universidade para depois transferi-lo à comunidade. Os pesquisadores se envolveram diretamente com a comunidade para concretizar esse projeto".

A visão das ONGs sobre o papel das OTSs e a natureza do trabalho desenvolvido

Samyra Crespo

A vice-presidente da Rede de Informação do Terceiro Setor (Rits) e secretária executiva do Instituto de Estudos da Religião (Iser) relatou que acompanha de perto esse trabalho que vem sendo desenvolvido pela ABC e ITS. Samyra lembrou que o Iser é uma ONG que pioneiramente vem trabalhando esse conceito do Terceiro Setor, tendo iniciado os estudos sobre esse tema em meados dos anos 80, "quando já se falava alguma coisa sobre as ONGs, mas não se aceitava esse conceito de Terceiro Setor".

Fez referência a uma pesquisa financiada pela Inter-American Foundation. Por mais de dez anos o Iser desenvolveu pesquisas e seminários para tentar entender esse campo, seu tamanho, importância e diversidade. "Acho que o sucesso desse conceito de Terceiro Setor se deve não só ao trabalho de pesquisa e disseminação do conceito, que foi feito não só pelo Iser, mas principalmente à democratização da sociedade brasileira, porque, evidentemente, quando se fala em qual é o papel das organizações do Terceiro Setor, não existe um só papel ou o papel, pois depende do contexto, varia com o tempo e também de acordo com as condições objetivas em que essas organizações se desenvolveram".

Considerou muito importante para as organizações do Terceiro Setor esse processo de democratização que vem se dando há, aproximadamente, 20 anos, pois antes não se reconhecia uma cidadania para as organizações que não estivessem "estritamente no campo político e que fossem, portanto, anti-sistêmicas, o que prejudicava muito a visibilidade do que entendíamos como Terceiro Setor. Em um levantamento recente, que fizemos na cidade do RJ, para ver o número de organizações e o que elas faziam, como se posicionavam diante dos problemas da cidade, verificamos que 80% das organizações, por exemplo, eram de origem religiosa".

Nesse universo de organizações religiosas, "há evangélicas, católicas, espíritas, as quais trabalham na área da educação, do amparo à criança órfã, aos idosos etc. Dos 20% restantes, há 10% de organizações que estão praticamente no marco tradicional do Terceiro Setor, que é a assistência e serviços. São os clubes de serviços, os Rotary clubes, os asilos, creches etc. Só 10%, de um universo de 5.700 organizações, dedicam-se ao desenvolvimento humano segundo um entendimento mais aproximado aos conceitos que as Nações Unidas (ONU) vêm divulgando e que orientam a ação social nos temas da promoção da cidadania, da conscientização ecológica, dos direitos humanos e do combate à pobreza. Esse exemplo do Rio de Janeiro fornece uma idéia do tamanho e da diversidade desse universo".

O papel das organizações do Terceiro Setor passa por essa vinculação com as suas diferentes naturezas. Além dessa pesquisa, Samyra relatou seu engajamento na Rede de Informação do Terceiro Setor (Rits). “A Rits foi um projeto encomendado ao Iser pela Comunidade Solidária, quando começava a se estruturar. A idéia que deu origem à Rits era disponibilizar em rede, via acesso à Internet, informações sobre essas organizações para dar transparência a esse setor, visto que havia, por parte dos doadores, e do poder público, uma espécie de solicitação para conhecer a identidade dessas organizações, origem e forma de aplicação dos recursos, capacidade de gestão, etc. Com esse intuito, formou-se a Rits, organização não-governamental independente, financiada inicialmente com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e que hoje conta com mais de 10.700 organizações filiadas. Além de se poder acessar, via Internet, qualquer informação sobre essas organizações, a Rits também presta serviço às organizações não-governamentais, ensinando, por exemplo, como se abre uma organização não-governamental, quais são os procedimentos jurídicos e questões de ordem conceitual sobre vários temas”. Esclareceu que é com base nessas duas experiências que fará sua exposição sobre o tema proposto.

“Não existe só um papel para o Terceiro Setor. Existem papéis. E cada um depende do contexto. Considerar o contexto é importante e em nossos dias oportuno, pois estamos justamente vivendo o início de um novo governo, de uma nova gestão – que se propõe ser participativa, de radicalizar a experiência democrática no país no sentido dela ser o mais participativa possível. Isso soa como música para os nossos ouvidos não-governamentais. A razão de soar dessa forma é porque existe uma correlação direta entre o incremento do número de organizações e da sua qualidade e a densidade de liberdade e democracia: quanto mais a sociedade for democrática, mais aberta e pluralista, mais ela fortalece a esfera pública e mais ela fornece incentivos a expressões de cidadania.

O inverso seria a sociedade fechada, com um Estado-polvo, tentacular, que quer internalizar todos os processos sociais e, em vez de trabalhar com as organizações locais, prefere abrir agências estatais em todos os lugares. Esse é o modelo antinômico da idéia de Terceiro Setor. É bom ter isso presente, pois um governo que se propõe a ser participativo e a radicalizar a experiência democrática, ele tem que respeitar as organizações não-governamentais e não estatizar todos os domínios da vida social ou todas as demandas que existem na sociedade.

Sobre os papéis possíveis e desejáveis, o mais óbvio é começar mencionando uma opção que costuma diferenciar as ONGs de desenvolvimento das ONGs de assistência. Serem sistêmicas ou anti-sistêmicas, é uma opção e uma diferença. Nem todas as organizações são revolucionárias, inovadoras, e propõem uma transformação. Muitas delas trabalham em um marco sistêmico, ou seja, acreditam em determinadas realidades, têm determinadas crenças e lutam por conservá-las. É o caso das organizações anti-aborto. Elas acreditam nisso e trabalham a favor de que as mulheres não façam aborto. Enquanto outras trabalham pelos direitos reprodutivos da mulher. Ambas são organizações do Terceiro Setor, mas desempenham papéis bem diferentes.

O papel mais óbvio das organizações anti-sistêmicas seria aquele que a gente chama de *advocacy* em inglês, são os defensores/promotores da justiça e dos valores por um mundo melhor. São organizações que têm bandeiras, causas. Elas são organizações ideológicas, no sentido de que defendem uma tese, uma certa concepção de ação e solução. Outro papel é o de suplência. Suplência na prestação de serviço, onde o Estado não está presente ou onde as instituições a que elas se subordinam não podem estar presentes. Estou falando das igrejas, por exemplo, católica e evangélicas, principalmente. Grande parte da ação social no Brasil é realizada por instituições ligadas a estas denominações religiosas. A título de exemplo, cito duas áreas em que as organizações religiosas são fortes e agem como suplentes: a educação e a saúde.

Um outro papel, menos óbvio, é o da inovação. Que tipo de inovação? Chamamos ‘inovação social’, e é o que mais me interessa apresentar para a nossa discussão. Esse

papel, vinculado ao desenvolvimento da cidadania é exercido, prioritariamente, por meio daquilo que denominamos 'projetos demonstrativos'. Demonstrativo, no sentido de projeto-piloto, pequenos em escala, pois não vamos ter a ilusão – nem seria sensato tê-la – de que as organizações do Terceiro Setor irão substituir o Estado.

Só para dar uma idéia mais clara sobre o mito de que as organizações não-governamentais avançam sobre domínios do Estado, cito o exemplo de um estudo realizado em 1998, para o Ministério do Meio Ambiente, sobre o universo das organizações ambientalistas no país. Estima-se que o conjunto dessas organizações, que chegavam a 1.300 em 1998, manejava recursos da ordem de US\$ 100 milhões e 70% delas não tinham orçamento superior a US\$ 50 mil. Uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro tem um orçamento de US\$ 240 milhões. É absurdo pensar que isso que a Irma Passoni chamou há pouco de 'células vivas da sociedade' irá substituir uma ação de Estado. É impossível. Só por esse volume de recursos que se vislumbra a partir desse estudo, feito com as organizações ambientalistas, já se demonstra que a escala de atuação das organizações do Terceiro Setor é outra.

Porém, elas são, sim, células de inovação e por vários motivos. Primeiro, pela natureza das organizações, por elas serem instituições flexíveis, não-burocráticas e celeiro de experimentação na área social. São institucionalidades que favorecem a inventividade e a expressão do altruísmo. Quando dirigimos um foco às lideranças destas organizações, verificamos – com alguma surpresa – que muitas delas não são 'ongueiros puros'. Há um intenso trânsito de pessoas que saem do serviço público e vão para as ONGs, ou saem das universidades e vão para as ONGs, ou saem das ONGs para o serviço público ou ainda usam 'dois chapéus' como se diz. Este fato nos permite dizer que a inovação está nas ONGs não porque sejam iluminadas, mas porque agenciam talentos de vários setores, colocando-os disponíveis a uma demanda social por ética, justiça e uma série de serviços.

Quando você encomenda um curso de treinamento e capacitação para uma universidade, ela tem, pela sua natureza, que aproveitar o seu quadro de docentes. Quando o curso é encomendado para uma organização não-governamental, ela tem a possibilidade de pensar nas várias universidades, no que há de melhor, conseguindo, assim, mobilizar recursos humanos altamente qualificados de diversas instituições. Decorre daí a eficiência e o capital de inovação que as ONGs conseguem ter. São laboratórios flexíveis de experiências sociais, mobilizando recursos altamente qualificados, tecnicamente falando, e altamente motivados, pois ser militante ou estar fazendo uma 'ação social' traz reconhecimento e auto-estima. O limite porém desse esforço inovador e mobilizador tem sido a microescala. E a expectativa é que a partir de um projeto-demonstrativo, seja feita uma política pública, de Estado. Muitas das políticas públicas que conhecemos hoje começaram a ser desenvolvidas e depois foram testadas por organizações do Terceiro Setor.

Outro papel importante nas ONGs, hoje, é o papel emblemático. Vocês já devem ter ouvido frases como estas: 'Fulano e tal organização representam quem?' 'Está falando em nome de quem?' 'Não tem mandato', 'não pode falar por todas as ONGs porque não tem mandato'. Estas frases nos remetem claramente à questão da representatividade e da legitimidade". Ao contrário de alguns teóricos da ciência política que acham que há uma crise de legitimidade no setor, Samyra considerou que existe o contrário: "há um crescimento da legitimidade das organizações que permite, inclusive, que essas organizações tenham assento em conselhos de alto nível, em todas as esferas do poder público, sem ter a sua representatividade questionada. Há um consenso de que a sociedade civil é um ator importante, é um fiel da balança na relação entre o Estado e o mercado". Ela acredita que esse papel continua emblemático porque ele não tem, ainda, a densidade política que deverá ter no futuro, quando assistiremos uma proliferação sem antecedentes na história de organizações autônomas, expressando a diversidade e a complexidade das sociedades do século XXI. Repercute o fato de serem autônomas, independentes do governo e de algumas instituições que as inspiram: "Não têm institucionalidades cristalizadas, não têm burocracia estável".

Um outro aspecto enfatizado por Samyra é a evolução desse sistema de organizações para a atuação em redes. "A atuação em redes é que dá a legitimidade. A ASA (Associação de Organizações do Semi-Árido), por exemplo, conta com 600 organizações; é o que chamamos de *umbrella*, institucionalidade guarda-chuva. Se alguém representa uma organização que está na ASA, isso tem peso político porque são 600 organizações. Uma Abong (Associação Brasileira de ONGs) tem peso político porque são mais de 300 representadas, e assim por diante. Cada vez mais, essa organização em redes e coletivos vai dando essa legitimidade que essas organizações precisavam para terem assento nesses diversos conselhos de gestão da coisa pública e se fazerem ouvir como sociedade civil organizada".

Samyra voltou a afirmar que "não existe só um papel; esse papel varia com o tempo e está em franca evolução. Quanto mais a sociedade for aberta, terá maior pluralismo e maior será o número de organizações. Quanto mais a sociedade se propuser a ter uma prática participativa, mais será exigido das organizações do Terceiro Setor. Qual seria a nossa contribuição no tema específico da geração de riqueza, trabalho e renda? Em vários outros temas é tão óbvio, na área da saúde, educação. Mas nesse tema específico, que há bem pouco tempo parecia um tema para os especialistas, para os economistas... Acredito que a primeira coisa que a gente precisa dizer é que o próprio Terceiro Setor já é uma economia".

O Iser participou de um estudo recente, feito pela Johns Hopkins University. "Esse estudo foi coordenado por uma pessoa de renome internacional que é o Lester Salomon, pesquisador da Johns Hopkins. Ele fez um estudo comparativo considerando 70 países, tentando mostrar a importância econômica do Terceiro Setor e a representatividade dessa economia no PIB dos países. O estudo mostrou que varia de 4 a 7 % dos PIBs dos países desenvolvidos. No Brasil, já está em 2,5%. Então, o que isso demonstra é que o próprio Terceiro Setor é uma economia. Quem trabalha no campo pode observar que cada vez mais são abertos postos de trabalhos no Terceiro Setor e procura-se por especialistas e habilidades próprias do Terceiro Setor. Somos uma economia.

Outra contribuição característica das ONGs reside nos aspectos conceituais e práticos relacionados à 'economia solidária'. Tanto a concepção teórica quanto prática do que se entende como economia solidária nasceu do Terceiro Setor. O estímulo ao empreendedorismo nas classes sociais menos favorecidas e pouco escolarizadas. Praticamente todos os programas de estímulo ao empreendedorismo estão hoje no âmbito das organizações não-governamentais. Somente agora as universidades estão entrando nisso. É importante enfatizar também que as organizações do Terceiro Setor não só traduzem ciência e tecnologia numa linguagem mais acessível às diversas camadas da população, como já foi mencionado no seminário, mas também, ela pauta as universidades. Isso na área de meio ambiente é totalmente visível. Há dez anos, não havia um único curso de pós-graduação sobre meio ambiente e sociedade e hoje existem 14 no país, porque as ONGs começaram a fazer aquilo que as universidades não faziam. É uma via de mão dupla, uma fertiliza a outra".

Samyra destacou os seguintes aspectos da economia solidária:

- "estímulo ao empreendedorismo;
- difusão e criação de tecnologias apropriadas (não só a de ponta, mas aquilo que serve para determinado local, utilizando matéria-prima local, barata, etc.. Em um país da grandeza do nosso, há situações em que não se pode fazer um projeto amplo de saneamento, mas pode ser feito esgotamento condominial, uma tecnologia de baixo custo. Não é só a tecnologia de ponta que resolve; é preciso também resolver conflitos, fazer negociação, se o esgoto passa pela casa do vizinho;
- criação do mercado alternativo/produtos alternativos;
- cooperativismo;

- comércio justo. Um dos grandes pilares da economia solidária é se trabalhar com o mercado global. Dentro desse mercado global se trabalhar com o *fair trade*, comércio justo, trazer atributos para o trabalho que são próprios do desenvolvimento da cidadania e do desenvolvimento humano tais como erradicar o trabalho infantil, reconhecer o valor dos produtos étnicos, incentivar as culturas locais e valorizar o conhecimento tradicional.

Em resumo, as organizações do Terceiro Setor não têm somente uma contribuição a dar especificamente ao campo da democracia, da cidadania e do desenvolvimento. Elas têm, igualmente, uma contribuição relevante, inovadora, a dar no campo da geração de trabalho, riqueza e renda de um país. Em outubro de 2003, menciona, Samyra, vai ocorrer uma grande conferência nacional, promovida pelas ONGs – com a colaboração de várias organizações da América Latina e do restante do mundo – onde a questão a ser abordada é como podemos redefinir 'prosperidade e progresso', ou seja, discutir a validade dos indicadores que estão sendo utilizados para dizer se somos desenvolvidos ou não. A idéia central da conferência é incluir indicadores de qualidade de vida e de reconhecer nos recursos naturais ativos ambientais. São principalmente as ONGs que estão funcionando como uma espécie de *think-tank* nestas questões. Nós estamos buscando inovar nos indicadores que se usam nas contabilidades nacionais. Desejamos opinar e criar nossos próprios indicadores para falar do que é riqueza e do que é progresso”.

TEMA II – Participação e contribuição do Terceiro Setor na construção, encaminhamento e implementação de políticas públicas do atual governo, em especial a de CT&I

Coordenadora: Irma Passoni

Uma visão do MCT

Jocelino F. de Menezes

O representante e secretário de Inclusão Social do MCT principiou sua fala pela ressalva de que a primeira idéia para que sejam cumpridos os papéis de formulação e coordenação das ações de C&T, para a inclusão social, é delimitar que o papel da Secretaria não é de execução. Esclareceu ser essa uma atribuição de alguns organismos do Ministério da Ciência e Tecnologia, como, por exemplo, fundações, empresas, unidades de pesquisa e outras instituições clássicas do sistema, como é o caso das universidades e do Terceiro Setor.

Dentro desse papel de formulação e coordenação, definem-se duas macroações para a Secretaria:

1. "Popularização da ciência, que tem um departamento, erroneamente denominado inicialmente de 'Ciências nas Escolas' e que passará a se chamar Departamento de Popularização da Ciência."

Cabe ao Ministério da Educação a coordenação das ações de educação para a ciência e o MCT terá um papel complementar. Ao Ministério da Educação compete a formação e capacitação e ao MCT a instrumentação, utilizando recursos dos Fundos Setoriais e outras dotações do ministério. Anunciou que a ABC, o ITS, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e outros setores da academia serão convidados a participar desse processo. Outras ações do Departamento de Popularização da Ciência dizem respeito ao apoio às ações de centros e museus de ciência. Objetiva também fortalecer as iniciativas das olimpíadas e feiras de ciências, ou seja, "ações clássicas na popularização da ciência". O cenário de entrada do Programa é concomitante ao da construção do PPA e do orçamento, o que leva o Secretário a ponderar que "as políticas públicas dependem dos orçamentos disponíveis".

"Para este ano, o ministro estabeleceu, conjuntamente com o ministro da Educação, a meta de que 400 escolas públicas tenham implantado o experimento básico de ciências nas escolas, que significa capacitação, formação e instrumentação.

2. Departamento de Ação Regional para a Inclusão Social, que foi também erroneamente denominado, inicialmente, de Departamento de Arranjos Produtivos Locais e Tecnologias Apropriadas".

Com relação aos arranjos produtivos locais, o MCT tem apoiado programas por meio dos Fundos Setoriais gerenciados pela Finep. Existe um entendimento no Governo Federal que cabe ao Ministério do Desenvolvimento a gestão dos arranjos produtivos locais, visão que é compartilhada pelo Secretário. Acredita que a participação do MCT é de P&D e inovação, mas que os arranjos produtivos locais não devam parar nesse estágio. "Eles têm que chegar ao mercado", concordando que esta seja uma função mais apropriada para o ministério que tem a gestão da política industrial, de desenvolvimento e comércio do país.

A relação do MCT com o Programa dos Arranjos Produtivos Locais é considerada privilegiada, pois o mapeamento do seu financiamento indica que, em sua maioria, são financiados pela área de Ciência e Tecnologia. "Muitas vezes, existe a necessidade de complementação de

recursos para determinadas áreas que não são financiadas e que agora passarão a ser, pois haverá a participação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC); do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) e Integração Nacional (MI). O governo está criando um comitê interministerial, coordenado pelo MDIC, que cuidará da gestão dos arranjos produtivos locais".

3. Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança Alimentar e Nutricional

"O ministério terá que suprir a extinção do Instituto de Alimentação e Nutrição (Inan) e, como suporte ao Programa Fome Zero, o Brasil tem uma necessidade urgente de construir os seus indicadores de segurança alimentar e nutricional. Inicialmente, a ação do MCT será no financiamento da construção desses indicadores. Já foi anunciada a criação de um Instituto do Milênio de Segurança Alimentar".

"Outros mecanismos de apoio da Secretaria referem-se aos institutos de pesquisa e desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste. O ministério está criando um Instituto Nacional de C&T para o Semi-Árido, que é presencial e, ao mesmo tempo, uma rede virtual. Já existe um arranjo institucional forte nessa área. Queremos centralizar a produção existente e estimular a criação de novas pesquisas desenvolvimentistas. A mesma intenção de complementaridade se destina à Amazônia, com o intuito de focar ações do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) na área social".

Uma visão das OTSs

*Silvio Caccia Bava*¹

Membro da diretoria executiva da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Silvio Caccia Bava, diretor do Instituto Pólis, afirmou que "uma das condições pelas quais as entidades independentes, autônomas, da sociedade civil, podem construir a possibilidade de um diálogo com o governo e desenvolver parcerias, seja no âmbito da sociedade civil, seja na esfera dos órgãos públicos, é a capacidade de produção do conhecimento".

"Se as ONGs não tiverem a capacidade de produção do conhecimento, elas só poderão ser complementares a uma ação formulada em alguma outra instituição que tenha a capacidade de gerar o conhecimento". Mencionou a pesquisa realizada pela Johns Hopkins University, na década de 90, que realizou pesquisas no mundo inteiro, incluindo Índia e Brasil, em um total de 30 países, para medir o tamanho do Terceiro Setor. "Não se questionava se ele existia ou não. Foi dado um parâmetro de medida, foram dados critérios para se pensar o que era isso e foi implementada uma pesquisa extensa que acabou tendo um relatório que na verdade deu origem ao Terceiro Setor com uma certa identidade".

Participa de uma rede de ONGs latino-americanas, Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción (Alop), que em um de seus seminários de avaliação fez a seguinte reflexão: "Se nós tivéssemos a nossa Johns Hopkins University, aí sim é que seria bom", pois "teríamos a nossa capacidade de promover diagnósticos, de promover análises sobre a nossa realidade social e, assim, poder expressar uma identidade e proposição de atuação na sociedade mais compatível com o nosso perfil republicano e democrático. O que permitiria um recorte nesse universo do Terceiro Setor, permitiria a construção de uma

¹ Nota: Sérgio Haddad seria o expositor da Abong. Não pôde comparecer por estar em Brasília participando da negociação para incluir as entidades não-governamentais na elaboração do Plano Plurianual (PPA).

identidade comprometida com questões como cidadania, formulação de políticas públicas, controle social sobre o Estado, enfim, permitiria a definição de uma agenda que poderia ser mais aprofundada e melhor operada se nós tivéssemos os nossos núcleos de produção de conhecimento; se nós tivéssemos condições materiais para promover essa atuação”.

“Quem contrói a nossa agenda?”, indagou Silvio. “Há dez anos, os organismos multilaterais, como o BID e o Banco Mundial, falavam em desenvolvimento. Hoje não falam mais. Atualmente, falam de combate à fome, à pobreza; não há, neste cenário, perspectivas desenvolvimentistas. Mudaram a agenda de desenvolvimento social para algo mais modesto. Agora a prioridade é a atuação nos bolsões que são mais miseráveis, aqueles que mais impacto sofreram diante das políticas neo-liberais; selecionam os cidadãos mais vulneráveis, mais pauperizados”. Questionou se essa é a agenda para se enfrentar esses problemas.

“Poderia citar outras coisas como agenda. Para poder construí-la, devemos ser capazes de produzir conhecimento e ter condições de operar, com um nível de excelência, diagnósticos complexos da nossa sociedade. Por exemplo, nos dias de hoje, com toda essa discussão sobre os sem-teto ocupando as casas no Centro, do MST ocupando o meio rural, em um governo que tem um perfil republicano e democrático, quais devem ser as relações entre Estado e sociedade civil? Como fazer um mapa das formas de negociação que estão sendo exercidas – não aquelas que gostaríamos que ocorressem –, hoje, no âmbito da esfera pública, de conselhos de gestão, de um CNAS², de um Conanda³. É possível pensar que nós tenhamos a capacidade de avaliar esse sistema de participação construído nos últimos anos? Saber se é efetivo, para que está servindo, se funciona.

Não são temas acadêmicos e há uma tradição forte na área de financiamento da pesquisa, até por *lobby* das universidades, de reservar o espaço de produção do conhecimento para a academia, que não tem alguns dos requisitos básicos para fazer este tipo de diagnóstico particular sobre a temática abordada. Não se trata de desvalorizar a academia e as pesquisas que são realizadas”. Acrescentou que, ainda assim, a academia não pode ser reserva de mercado de um campo específico de produção de conhecimento.

“Um mundo democrático, uma sociedade plural, tem que saber reforçar os entes da sociedade civil que também são geradores de produção de conhecimento. Para eles se constituírem enquanto interlocutores, nesse cenário de formulação de um novo Brasil, precisam estar aparelhados, precisam ter condições de gerar suas pesquisas aplicadas, precisam ter a capacidade de operar e criar seus indicadores, de atuar em redes de maneira a contribuir com essa geração de conhecimento e promover uma politização e maior capacidade de atuação do conjunto dessas redes.

Existem instituições, como o Instituto Sócio-Ambiental, o ISA, que desenvolveu um sistema georeferenciado de identificar as particularidades sociais e econômicas da Amazônia que a Fundação Nacional do Índio (Funai) não tem. A Funai utiliza as informações do ISA em alguns momentos. Há experimentos que permitem atuar em um diálogo entre o setor público e o setor privado e entre entidades da sociedade civil, buscando construir uma agenda que possibilite apontar mudanças sociais de maior profundidade, que não se atenha à agenda que nos é proposta, muitas vezes por uma influência ou orientação internacional, sem que tenhamos a capacidade de reelaborar e analisar isso”. Disse conhecer poucos estudos sobre o Terceiro Setor, no Brasil, que tenham uma ótica crítica. “Ainda bem que hoje há algumas pessoas presentes que começaram a realizar esse trabalho, sediado em universidades, em departamentos de administração pública e de economia, pois há toda uma dimensão sócio-política e histórica a ser considerada e resgatada nessa questão do Terceiro Setor sem a qual não se pode debater a agenda, se ela é uma agenda própria, se ela é uma agenda que nos desloca de questões mais centrais e efetivas”.

² Conselho Nacional da Assistência Social.

³ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Proposições endossadas pela Abong:

1. "Importância de se trabalhar em rede, assumindo que nenhuma das suas entidades, sozinha, consiga enfrentar os desafios e complexidades da sociedade atual, da necessidade de análise, interpretação e intervenção. Além disso, uma entidade isolada acaba por se referir às suas questões mais imediatas, que muitas vezes levam a uma perspectiva mais assistencialista que de negociação de soluções no âmbito das políticas públicas. Essa instância mediadora entre a ONG, a Fundação, o Instituto e as políticas de Estado, são por eles entendidas como sendo as redes e os fóruns. A questão central aqui é socializar o conhecimento.
2. Há algum tempo se debate com o Governo Federal a especificidade dessas organizações, mecanismos que possibilitem reconhecê-las como tal e a necessidade de que se desenvolvam políticas específicas de financiamento para o desenvolvimento desses trabalhos. No âmbito do governo de São Paulo, a Abong apresentou um projeto de lei, que está em processo de negociação, para que a Fapesp crie condições para que as instituições sem fins lucrativos se habilitem a participar de concursos, ao financiamento de seus projetos, sem a necessidade de mediação por critérios requeridos pelas universidades. Por exemplo, para a universidade não conta, de acordo com os critérios da Fapesp, a possibilidade de pagar salários para os pesquisadores, dado que estes já são remunerados pelas universidades. Quando se trata de ONGs, institutos, os seus técnicos não recebem previamente esse salário. Então, é preciso abrir esses critérios para que o pesquisador seja remunerado.
3. Na Secretaria Geral da Presidência da República existe uma preocupação muito forte de entender melhor as relações entre Estado e sociedade civil, hoje, no Brasil. Isso porque essa é uma atribuição que eles têm. A Abong tem mantido contato com essa Secretaria Geral, no sentido de apresentar as necessidades de uma política para fortalecer as instituições independentes da sociedade civil por meio do financiamento da produção do conhecimento, de pesquisa aplicada".

Silvio concluiu enunciando duas proposições:

- Que se consiga aprofundar no grupo um debate sobre qual é a agenda que se quer desenvolver e quais requisitos são necessários para que as entidades da sociedade civil possam se qualificar para desenvolver essa agenda, como é que coletivamente podem agir na perspectiva da produção do conhecimento.
- Sinalizou que vê uma oportunidade interessante nas aberturas que a Finep, CNPq, MCT e Secretaria Geral da Presidência da República estão apresentando, ao reconhecerem a importância e a independência dessas organizações e se preocuparem em ouvi-las para que possam apresentar as petições com o intuito de desenvolver a capacidade de produção de conhecimento no Terceiro Setor.

Silvia Alcântara Picchioni

A Assessora Geral da Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA) agradeceu o convite do ITS e da ABC, valorizando a continuidade dos trabalhos após o período de transição do governo. Diferencia Estado de governo, especialmente no quesito do tempo que ambos dispõem para a realização de suas metas. Indicou ser preocupante esse diferencial de tempo, visto que isso pode gerar um descompasso, já que as pessoas que trabalham no Terceiro Setor “não trabalham com a noção de tempo de governo, trabalham com outra perspectiva”.

“A apresentação proposta reflete a prática da ASA. O título ‘A Construção da ASA’ decorre do resgate de seu histórico”. Relembrou que, em 1999, Recife se tornou a sede da ONU, momento em que foi realizada a III Conferência das Partes de Combate à Desertificação (COP III), quando foi organizado o Fórum Paralelo da Sociedade Civil. Neste evento, foi redigida a Declaração do Semi-Árido. Esse evento teve grande repercussão na mídia nacional que veiculou a proposta de convivência com o semi-árido. “Gostaria de destacar que há vários movimentos que participaram da construção da ASA. A elaboração da Declaração do Semi-Árido foi um momento muito significativo, de união desses movimentos, que assinaram um documento único com uma proposta de política pública para ser desenvolvida no semi-árido, que aborda todas as questões pertinentes ao semi-árido. É um documento histórico, um marco divisor no trabalho desenvolvido nesse ecossistema.

Quem somos? Há diversos segmentos que participam. Entre eles, as Igrejas Católicas e Evangélicas, as ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais, as Federações, movimentos sociais rurais e urbanos, as Agências de Cooperação Nacionais e Internacionais, o Unicef, Oxfam, DED, são todas integrantes da ASA.

Em que acreditamos?

Na conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semi-árido; na quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção.

Com base nessas duas premissas, nós discutimos qualquer coisa. Se quebrar essas premissas, a gente está fora, não faz parte do nosso processo. A nossa identidade, que foi consolidada no segundo Encontro Anual da ASA (II EnconASA) ficou definida como **um espaço de articulação política regional da sociedade civil organizada no semi-árido brasileiro**. Essa é a nossa definição política, como nos constituímos.

A missão da ASA é a de ‘fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e convivência com o semi-árido, referenciados em valores culturais de justiça social’. A gente tentou colocar em uma frase tudo aquilo que pensávamos e para onde queríamos caminhar”. Apresentou o mapa elaborado pela Biodiversitas sobre a vegetação da Caatinga, indicando a área de trabalho da ASA, referiu-se a um problema, porque a ASA inclui o Maranhão. “Nesse caso, é uma discussão que envolve a participação da Universidade do Maranhão, a Federal e a Estadual, delimitando esses espaços do semi-árido porque o Maranhão é, na verdade, um ecótono, ele está entre dois ecossistemas, entre a Floresta Amazônica e o Semi-Árido. Como o semi-árido tem uma tendência de expansão, pois o clima é mais frágil, enquanto a floresta, ao contrário, tem uma tendência de encolher, principalmente devido ao processo de degradação imposto. Então há um avanço efetivo e concreto dessas áreas de semi-aridez em algumas regiões”, informou.

Esclareceu que a atuação da ASA abrange 11 Estados e os coletivos estaduais têm 11 titulares e 11 suplentes que se reúnem mensalmente. “O Fórum cearense pela vida no semi-árido é um fórum bem anterior à ASA; o Fórum Piauiense de convivência com o semi-árido é anterior à ASA e a ASA Paraibana tem mais de dez anos. Os outros são fruto do que vai se formatando nos Estados, em consequência da própria ASA nacional.

Em que consiste a declaração do semi-árido?

1. Conviver com a seca.
2. Orientar os investimentos.
3. Fortalecer a sociedade civil.
4. Incluir mulheres e jovens no processo.
5. Preservar, conservar e manejar recursos naturais.
6. Buscar meios de financiamento adequados.

Conviver com a seca implica em:

1. Fortalecer a agricultura familiar;
2. garantir a segurança alimentar da região;
3. usar tecnologias e metodologias adaptadas ao semi-árido;
4. universalizar o abastecimento de água para beber e cozinhar;
5. articular produção, extensão, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, adaptadas às realidades locais como uma necessidade;
6. acesso ao crédito e aos canais de comercialização.

O Programa um Milhão de Cisternas (P1MC), com esta denominação, levou à conotação de trabalho de “empreiteira” e não é isso que se pretende. O nome passou, em agosto de 2001, a ser **Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais** (P1MC). Ele consiste em um processo de capacitação a ser realizado em cinco anos, envolvendo mais de um milhão de famílias, abordando a questão da convivência com o semi-árido, enfocando aspectos de gerenciamento de recursos hídricos, construção de cisternas, gerenciamento de recursos públicos e administração financeira de recursos advindos do P1MC. Envolve a capacitação das comunidades para gerenciarem esses recursos. É fundamental ressaltar que o principal componente do P1MC é o processo de capacitação e mobilização das famílias no meio rural do semi-árido brasileiro, o que tem relação direta com o sucesso do mesmo, observada a proposta de internalização do Programa pelos usuários.

Esse projeto partiu de uma negociação com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a partir de um demonstrativo construído durante o Fórum Paralelo em 1999, quando montou-se uma cisterna, um sistema de captação com energia solar, com bomba e demais equipamentos, e que funcionava. Então trouxemos o ministro Sarney Filho, que se dispôs a direcionar cerca de R\$500 mil para a construção de 1.000 cisternas. A ASA ponderou que não queria o dinheiro para construir cisternas, visto que isso já vinha sendo feito pelas ONGs, há mais de 20 anos. Foi pedido que se construísse um Programa, uma proposta de política pública para ser assumida pelo Governo Federal. Negociamos, construímos 500 cisternas para satisfazer a demanda do governo e com a outra metade dos recursos fizemos um programa que teve mais um componente chamado comunicação, no qual o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) participou.

Essa caminhada foi basicamente assim: no ano de 2000, formulamos uma Carta de Princípios. Celebrou-se o convênio com o MMA e o Unicef para construir cisternas e realizar um trabalho de Comunicação Social. Em 2001, celebramos um convênio com a Agência Nacional de Águas (ANA), com o Unicef também, para implementar o que chamamos de Programa Um Milhão de Cisternas Transitório (PMCT), nome atribuído por ele não ser um programa completo”.

Narrou que muitas organizações que trabalharam nesse programa não tiveram um item de fortalecimento institucional: “Foram 27 organizações que implementaram as 12.400 cisternas. Dessas 27 organizações, só três receberam apoio institucional, o que resultou em muitas

dificuldades. Neste ano, as negociações se deram colocando o fortalecimento institucional como premissa indispensável para a atuação dessas ONGs”.

Em 2003, a ASA conta com uma parceria firmada entre a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e o Fome Zero através do MESA, para o atendimento a 22.040 famílias, ainda neste ano. “Iniciamos esse Programa agora e temos até janeiro de 2004 para executá-lo. No momento, estamos buscando recursos para a realização do P1MC completo, com prazo de cinco anos. Queremos identificar parceiros, além da Febraban e do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), que possam aportar os recursos para o P1MC, nesse período”.

Silvia buscou ressaltar que a “ASA não é só cisternas”, pois a mídia enfatiza muito esse aspecto. Com o intuito de mudar essa imagem, há algumas iniciativas como, por exemplo, os grupos de trabalho (GTs) existentes e atuantes nas seguintes áreas:

- Agroecologia
- Bacias Hidrográficas
- Comunicação
- Combate à desertificação
- Educação para a convivência com o semi-árido
- Revitalização do Rio São Francisco (e não transposição)
- Unidades de conservação da Caatinga

“Em 2001, para se elaborar o P1MC, foi feito um processo de mobilização em todos os Estados. Como trabalhamos em 11 Estados, foram necessários, em alguns deles, realizar encontros microrregionais, depois encontros estaduais, para então fazer os encontros regionais. Somente após este processo, se definiu a lógica do programa. O que está escrito no P1MC é resultado desses encontros. É por isso que se tem a internalização do programa do ponto de vista da base. E, inclusive, por isso a ASA ficou com mais de 700 organizações. Em 1999, quando começamos, tínhamos 60 organizações filiadas. A partir daquele programa, a ASA ficou com mais de 700 entidades em função da mobilização. Cada encontro estadual se realizava com mais de 50 organizações. No ano de 2002, após muito debate, foi constituída a Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semi-Árido (AP1MC), qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para representar legalmente a ASA exclusivamente para a execução do P1MC, pois a ASA não é institucionalizada e, assim, a AP1MC está designada para receber e gerenciar, de maneira compartilhada, os recursos advindos das parcerias com os diferentes financiadores.

No segundo semestre de 2003, o P1MC estará implementando a meta de atendimento a essas 22 mil famílias sobre as quais eu falei, nos 11 Estados, e a implementação de 48 unidades gestoras microrregionais (UGMs). Essas UGMs não foram criadas do nada, pois já vinham trabalhando há muito tempo com isso. Hoje elas estão participando do programa e recebendo recursos. Essas UGMs são definidas dentro dos coletivos estaduais. Há quem reclame da demora, mas se não for assim, não há como internalizar as coisas. São os processos que têm que ser garantidos. É isso que me preocupa... Até quando a gente está falando de Ciência e Tecnologia? A gente tem que viabilizar os processos que garantam a participação e a internalização dessas propostas pela sociedade. Não tem como a gente fazer se não for dessa forma. Isso custa dinheiro e tempo. Muitas vezes, as pessoas estão agoniadas atrás de um projeto pronto.

O GT de combate à desertificação engloba as preocupações dos GTs de bacias hidrográficas, de unidades de conservação da caatinga, bem como de aplicação de recursos que hoje geram processos de degradação dos recursos naturais daquele ecossistema. Qual é o exemplo mais claro disso? Nós temos um processo de irrigação implantado no país, no semi-árido, que não corresponde à necessidade, do ponto de vista dos recursos naturais que se tem. Que tipo de solo nós temos? Que tipo de irrigação nós

podemos fazer? Como é que está a utilização dessa água? Como está a utilização da água do São Francisco em termos de volume, de imagens? Qual é o diferencial que nós temos em anos de irrigação para a população que está do lado do rio? A população que está do lado do Rio São Francisco, ela está mais feliz por conta dos dez anos de irrigação? Está mais rica?

Na questão da educação, a ASA se integrou à Rede de Educação para o Semi-Árido Brasileiro (Resab). Esta rede é anterior à criação da ASA. Participam da Resab, além da sociedade civil, setores governamentais, prefeituras, etc. Há exemplos belíssimos do trabalho da Resab e a ASA está se integrando em todos os Estados, junto com essa rede. A proposta é basicamente de implementar um novo conceito de convivência com o semi-árido, aliado a um processo de valorização de nossas potencialidades e riquezas. A preocupação maior da ASA é de se integrar, em todos os Estados, junto a essa rede, mostrar ao país tudo o que existe de potencialidade no semi-árido, que não é sinônimo daquela fotografia que muitos de nós vimos quando crianças, nos livros didáticos, com aquele solo rachado, que é o solo de uma barragem que secou e onde a argila se concentra e se parte, as ossadas de cabeças de gado espalhadas no chão e as crianças subnutridas. O semi-árido não é isso. A riqueza da biodiversidade existente permite que se realizem inúmeros trabalhos produtivos com esse ecossistema.

Existe também a preocupação de que o P1MC não 'engula' a ASA. A ASA não pode ser só o P1MC. Se nós só tivermos a preocupação de conduzir o P1MC, a gente vira executor de política pública que a gente mesmo propôs e a idéia da ASA vai além disso”.

Questionou como se executa um programa em rede. “Essa é a grande diferença, pois podem ser feitas várias proposições de se trabalhar em rede, mas executar um programa em rede é um desafio. Essa OSCIP que foi constituída no ano passado administra R\$32 milhões em apenas seis meses. Desses R\$ 32 milhões, R\$29,9 milhões vão diretamente para os Estados e o restante fica na OSCIP para gerenciar os processos. Isso é uma estrutura sufocante porque, como a Samyra falou, nós somos mais leves, temos uma conduta mais informal e agora temos que ser absolutamente formais, rígidos e, acima de tudo, transparentes.

Do ponto de vista das outras áreas, a ASA tem se posicionado, nos diferentes encontros de que participa, de forma contrária à transposição do São Francisco e, na questão de liberação dos transgênicos, também nos manifestamos contrários. Ficamos com essa perspectiva de liberdade, de sermos ONGs ou movimento social. Somos a sociedade civil que se posiciona sobre vários temas.

Estamos não só apoiando o Governo Federal no Fome Zero, mas estamos também executando o Fome Zero. O Frei Betto costuma dizer que o P1MC é o braço hídrico do Fome Zero, e eu constatei, nesta caminhada, que o Frei Betto é a parte do coração e o Oded Grajew a parte do 'bolso' do P1MC, pois como assessores do Lula cada um tem cumprido excepcionalmente seu trabalho. A entrada da Febraban, a partir de contatos do Oded, indicaram uma perspectiva excepcional de trabalho que pode se desenvolver junto ao sistema bancário do país, aproximando setores que sempre estiveram distanciados mas que podem estabelecer um diálogo franco sobre as questões que afetam o ecossistema do semi-árido brasileiro.

Quanto às outras questões, nós debatemos e nos posicionamos com clareza: importação de baterias e pneus usados, por exemplo, somos contra a importação desses materiais para virar lixo e contaminar o nosso meio ambiente. Esse processo degradador do meio ambiente é financiado pelo sistema bancário oficial e pelos bancos privados. São incentivados por uma política de Estado, são apoiados por pesquisas que desconsideraram os efeitos de uso de determinadas tecnologias, ao longo do tempo, em um ecossistema diferenciado e frágil como é o semi-árido. A saúde e o bem-estar também não foram observados. Dentro da ASA, buscamos viabilizar – o que fazemos conjuntamente com os nossos parceiros – que a pesquisa em prol do semi-árido possa garantir a participação dos vários setores da sociedade na construção de várias propostas, não só de uma. Montar a agenda, viabilizar

que os processos para essa participação sejam eficazes, efetivos, isso implica em metodologias participativas, realização de encontros, recursos para isso. Implica em trabalhar na perspectiva de tempo, pois não é possível obter respostas ultra-rápidas já que dessa forma não há como se ter processos internalizados."

TEMA III – “Diretório da pesquisa privada – estudo sobre as organizações do Terceiro Setor, objetivo e resultados preliminares”

Coordenador: João Furtado

João Furtado, coordenador geral do projeto do Diretório, introduziu o trabalho a ser apresentado por Martina, Sônia e Ana Maria, esclarecendo que o trabalho inclui-se em “uma pesquisa maior, que pretende contribuir para a formulação de políticas de C&T. Não preciso explicar a importância da C&T para o Terceiro Setor, mas, do lado de lá, foi difícil no começo dizer que uma pesquisa sobre atividades de P&D no Brasil iria estudar o Terceiro Setor também. É uma pesquisa grande que estuda 35 setores industriais e uma centena de ONGs. O trabalho se divide em duas partes. Duas equipes trabalham em paralelo. Uma equipe no Grupo de Estudos sobre Organização da Pesquisa e da Inovação (Geopi), da Unicamp, coordenado pela Sônia, e a outra no ITS, coordenada pela Martina, em São Paulo. São dois estudos que têm um caráter pioneiro. Os resultados que estão sendo apresentados hoje, aqui, são os primeiros resultados de pesquisa apresentados publicamente sobre C&T no Terceiro Setor. Todas as contribuições serão muito bem-vindas para garantir que eles tenham continuidade e possam ser utilizados para a formulação de políticas”.

Sônia Paulino

Sônia introduziu o Diretório da Pesquisa Privada (DPP), esclarecendo que “a apresentação está organizada em quatro tópicos: o primeiro, faz uma breve apresentação dos objetivos gerais do DPP. O segundo tópico aborda a inserção dos estudos sobre o Terceiro Setor nesse projeto. O terceiro tópico focaliza os objetivos dos estudos DPP – Terceiro Setor. Por último, no quarto tópico, são apresentados alguns resultados preliminares dos estudos.

1. Objetivos gerais do DPP:

- Mapear competências em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) existentes nas organizações;
- Caracterizar a dinâmica setorial do processo de inovação, em toda a sua extensão;
- Gerar dados para subsidiar políticas públicas (é uma pesquisa que conta com o apoio da Finep)

As unidades de análise são as organizações não governamentais (ONGs), empresas e empresas de base tecnológica. A equipe é de mais de 30 pesquisadores e mais de uma dezena de instituições, entre elas a Unesp, Unicamp, USP, UFSCar, UFRGS, ITS e SEAD.

2. Sobre a inserção do Terceiro Setor no DPP

As atividades ligadas à CT&I são objeto de estudo no setor público, com destaque para as instituições acadêmicas. Mais recentemente, a pesquisa sobre a inovação dedica-se às organizações empresariais. No entanto, há uma lacuna no que se refere aos estudos sobre as organizações do Terceiro Setor. Nesse sentido, os estudos que serão apresentados a seguir têm caráter exploratório e pioneiro.

As ONGs são vistas como organizações que atuam em diversos níveis, com destaque para o nível local. Nessa atuação, há uma forte interação com movimentos sociais e comunidades, identificando problemas e também oportunidades, e possíveis soluções para realidades específicas que muitas vezes não se apresentam a outras instituições envolvidas no processo de produção de CT&I. Contribuem para o fortalecimento dos movimentos sociais, visando à constituição e ao pleno exercício de direitos.

As ONGs desempenham um importante papel na inspiração de políticas públicas, fomentando a participação popular na elaboração e implementação dessas políticas e participando ativamente dos espaços de tomada de decisão junto com o governo, por exemplo, por meio da participação em conselhos de decisão mista.

3. Objetivos dos estudos sobre as ONGs:

- Mapear competências instaladas nessas organizações;
- Conhecer e evidenciar a dinâmica das ONGs, enquanto participantes dos processos de produção, de sistematização, de disseminação de conhecimento científico e tecnológico;
- Contribuir para promover a aproximação, intensificação da interlocução e também maior articulação entre as organizações não governamentais e as demais instituições que compõem o sistema de CT&I.

Para poder atender a esses objetivos foi confeccionado um questionário abrangente para o levantamento dos dados diretamente nas ONGs. Os tipos de dados que buscamos, nas ONGs, são:

- Características gerais da organização (áreas temáticas de atuação e público-alvo, por exemplo);
- Linhas de atuação;
- Situação financeira e orçamentária;
- Infra-Estrutura;
- Pessoal;
- Parcerias estabelecidas;
- Resultados obtidos;
- Avaliação de impactos dos projetos desenvolvidos.

Nesta apresentação, houve o destaque de uma análise preliminar das linhas de atuação. Para a construção dessas linhas de atuação, houve um embasamento em dois eixos. No primeiro, foi realizada a construção de um dossiê com informações sobre as organizações, para as duas áreas temáticas (Defesa e Promoção de Direitos – Desenvolvimento Social e Econômico e Meio Ambiente). O objetivo era o de identificar atividades realizadas pelas ONGs a partir de informações secundárias obtidas no *site* das próprias organizações, em *sites* de fontes financiadoras e em cadastros das ONGs em redes.

Com relação ao segundo eixo, houve a elaboração e o agrupamento desse conjunto de atividades em **Linhas de atuação**. Tal elaboração se deu a partir de outros materiais descritivos. A construção das linhas de atuação foi um passo fundamental no sentido de focar o nosso objetivo, ou seja, entender a inserção e o papel dessas organizações na área de CT&I. A partir daí, procurou-se organizar essas atividades, que foram mapeadas, segundo classificações tradicionais adotadas para agrupar as atividades de CT&I: sistematização e a aplicação de conhecimento, a formação e capacitação de pessoal e a disseminação do conhecimento.

E teríamos ainda as atividades de apoio, correspondentes à atuação das ONGs no seu fortalecimento institucional.

A última linha se refere às Políticas Públicas. Estas referem-se às atividades de formulação e controle de políticas públicas, linha de atuação bastante importante no Terceiro Setor, com a idéia de buscar a universalização do conhecimento via acompanhamento e influência sobre a formulação e execução de políticas públicas.

4. Resultados preliminares

Passando aos resultados preliminares, obtidos a partir das linhas de atuação e das entrevistas nas ONGs, há duas áreas temáticas que foram enfocadas nos estudos:

1. Defesa e promoção de direitos e desenvolvimento social e econômico, sob responsabilidade do ITS.
2. Meio ambiente, sob responsabilidade do Geopi/Unicamp

As linhas de atuação, referentes a essa primeira área temática, foram:

- defesa e promoção de direitos;
- desenvolvimento social e econômico;
- formação e capacitação;
- disseminação;
- fortalecimento institucional;
- políticas públicas.

Para a área temática Meio Ambiente, as linhas de atuação foram:

- alternativas de desenvolvimento econômico sustentável;
- conservação e recuperação ambiental;
- formação e capacitação;
- disseminação;
- fortalecimento institucional;
- políticas públicas.

A seguir são apresentados alguns resultados, por área temática, com alguns destaques. A Martina vai apresentar, primeiro, os dados sobre a área temática Defesa e Promoção de Direitos e Desenvolvimento Social e Econômico".

Martina Rillo

Área Temática: Defesa e promoção de direitos e Desenvolvimento Social e Econômico
Martina Rillo, pesquisadora do ITS, apresentou os resultados da área temática que ficou sob sua incumbência: "Os primeiros resultados que iremos apresentar referem-se à área temática de defesa e promoção de direitos e desenvolvimento social e econômico, relativos à geração e sistematização de conhecimentos, que são as atividades relacionadas ao diagnóstico, monitoramento e avaliação das ONGs. Um exemplo importante deste tipo de atividade é o levantamento de conhecimentos da comunidade local. Uma atividade de levantamento de informações disponíveis que implica no levantamento de dados na realidade, pelas organizações.

Os grandes grupos de atividades que estariam ligadas à geração e sistematização do conhecimento são: avaliação de projetos, monitoramento, levantamento de campo, coleta de informações disponíveis. Escolhi apresentar as atividades ou os grupos que se destacam ou porque são muito freqüentes, ou porque têm alguma relação interessante com alguma possível discussão a ser conduzida neste momento.

Destaquei as atividades de monitoramento dos projetos, que são as mais freqüentes entre as que a gente levantou nas ONGs de desenvolvimento econômico e social e de defesa e promoção de direitos. Dentro dessas atividades há algumas correspondentes a reuniões com as instituições envolvidas e parceiras. Isso evidencia um caráter participativo das ONGs, de checagem com seus parceiros acerca do desenvolvimento das ações dos projetos, se é necessário reorientar alguma ação, etc. Uma atividade pouco realizada é a montagem e atualização de bancos de dados.

O destaque está para a alta incidência de atividades relacionadas com reuniões com instituições envolvidas, em que há uma contraposição de conhecimento, checagem com parceiros e, relativamente, uma baixa incidência de atividades de montagem de bancos de dados. Nesse caso, muitos dados, incluindo levantamentos realizados pelas ONGs junto às comunidades, envolvendo suas realidades, não se encontram sistematizados, inseridos em uma base de dados, o que facilitaria a disponibilização dessas informações, visto que a ONG tem o privilégio de ter contato com essas realidades, o que, em geral, não ocorre com outras organizações.

O segundo grupo de atividades das ONGs estudadas diz respeito às atividades de aplicação do conhecimento, relacionadas às intervenções que as ONGs realizam. Um exemplo é o projeto de desenvolvimento de trabalho e renda, de agricultura familiar.

A partir da tabulação dos dados do estudo, pode ser ressaltado que “na área de Defesa e Promoção de Direitos e Desenvolvimento Social e Econômico houve uma alta correlação entre as linhas de Desenvolvimento Social e Econômico e a de Defesa e Promoção de Direitos, com ênfase maior nas atividades de desenvolvimento”.

Na linha específica de Desenvolvimento Social e Econômico destacam-se as atividades relacionadas ao desenvolvimento social, especialmente atividades de formação de lideranças comunitárias, o que evidencia, novamente, o papel das ONGs no contato com a comunidade. Na linha de Defesa e Promoção de Direitos se destacam as atividades de mapeamento de violação de direitos.

Um fato curioso é que nas atividades de levantamento de dados existentes, dentro dessa linha de atuação, há uma ênfase grande no estudo da legislação e de instrumentos que estabelecem direitos (por exemplo, as declarações referentes aos Direitos Humanos), por ser uma linha relacionada com direitos, e há uma passagem para a capacitação dessas lideranças sobre os direitos que eles têm e sobre as vias legais e institucionais disponíveis para a exigência desses direitos.

Atividades de difusão do conhecimento, produzidos ou captados, corresponde à terceira linha de atuação. Todas as ONGs entrevistadas atuam nessa linha temática. Elas promovem eventos. Encontra-se, mais uma vez, o caráter participativo, de encontro e troca. Um dado interessante é que 92% dessas ONGs produzem um material de cunho técnico, o que corresponde ao momento em que a ONG disponibiliza essas informações para a sociedade.

Nas atividades de capacitação, destacam-se as atividades em gestão e planejamento de projetos. A quinta linha de atuação corresponde às atividades de apoio ligadas ao fortalecimento institucional. São atividades que a ONG executa para viabilizar a sua existência. Vê-se o desenvolvimento e interesse em capacitar a instituição.

Para concluir, a sexta linha corresponde às atividades voltadas para a produção de subsídios para as políticas públicas e intervenção e monitoramento de ações do governo. Fica evidente que há muitas atividades relacionadas a essa linha de políticas públicas, há participação em instâncias de deliberação com o Estado, participação em conselhos, comitês, junto ao governo, o que indica atividades de lobby e pressão para a elaboração de políticas”.

Sônia Paulino

Área Temática: Meio Ambiente

Sônia, pesquisadora do Geopi/Unicamp, retoma a palavra e conduz a apresentação à área temática Meio Ambiente, citando alguns exemplos. “Em relação às atividades relacionadas à geração e sistematização de conhecimentos, nós temos uma concentração de ONGs que

declararam ter algum tipo de experiência na participação e desenvolvimento dessas atividades baseadas no levantamento de dados primários. Destacam-se a pesquisa para caracterização da vegetação, da fauna e do solo, bem como os estudos para caracterização socioeconômica e do uso do solo.

Numa primeira tentativa de entendimento do conjunto maior de atividades vinculadas à geração e sistematização de conhecimento, destaca-se a atuação das ONGs na pesquisa científica voltada para a caracterização ambiental e para a identificação de parâmetros que subsidiem, com base em conhecimento científico e tecnológico, o uso sustentável de recursos naturais. Tem uma atuação que se destaca também em caracterização socioeconômica, atividade que se beneficia de uma proximidade das ONGs com as populações e com as comunidades locais. Esse diagnóstico é fundamental para se estabelecer formas de intervenção. A idéia é que isso potencialize as possibilidades de êxito da intervenção, ao levar em conta a realidade socioeconômica, ao fazer um diagnóstico participativo dessa realidade socioeconômica.

Algo que se pode enfatizar também é que há um espaço para uma intensificação ou ampliação da atuação das ONGs quanto às práticas de monitoramento e avaliação dos projetos que executam. Se pegássemos o item avaliação de resultados, creio que menos de 60% declararam este item como uma prática incorporada pela organização no desenvolvimento dos seus projetos. No entanto, isso é importante para que o planejamento e a programação de atividades dessas organizações sejam subsidiados com informações procedentes do monitoramento e da avaliação de projetos já executados ou em desenvolvimento.

Passando para as atividades de aplicação do conhecimento, o destaque fica com o desenvolvimento de produtos e serviços, indicação de possibilidades de mercado, definição de normas gerais de manejo e exploração da fauna e da flora nativa. A título de exemplo, existe uma atuação importante no desenvolvimento de tecnologias para um leque diversificado de finalidades, o desenvolvimento de equipamentos para a produção de medicamentos fitoterápicos, que corresponde a um dos casos estudados, o desenvolvimento de produtos e a elaboração de planos de manejo de áreas destinadas à conservação ou exploração sustentável de recursos naturais.

Quanto à disseminação do conhecimento, além das atividades clássicas, tradicionais, ligadas à disseminação, que seria a organização de eventos, há a produção de material didático, o que apareceu com freqüência na atuação das ONGs, e atividades de assistência técnica, com uma vinculação bastante estreita com o desenvolvimento tecnológico. Se a intenção é de se ter uma efetividade na aplicação do conhecimento, não basta desenvolver a tecnologia, mas atuar para que ela efetivamente seja difundida.

Na parte de formação e capacitação, o mais citado foi o oferecimento de estágios nas ONGs com atuação em meio ambiente: 82% declararam oferecer estágios para estudantes. Em segundo lugar, foi declarada a atuação na formação de monitores, agentes de base e lideranças, refletindo a interação com as comunidades locais via oferecimento de atividades de treinamento. Mesmo não estando entre as mais citadas, declarada por 31% das ONGs, está o oferecimento de bolsas. Isso não é pouco. É preciso explorar ou procurar entender melhor essa participação do Terceiro Setor no financiamento de atividades de CT&I a partir do apoio à formação de estudantes, em diversos níveis: no ensino técnico, na graduação e em pesquisa (estudantes de pós-graduação).

As atividades de apoio vão na mesma linha do que a Martina apresentou. Na última linha de atuação, estão as atividades ligadas ao acompanhamento de políticas públicas e ao oferecimento de subsídios para a sua elaboração. Para esmiuçar essa concentração da participação no oferecimento de subsídios ou de informação qualificada para a elaboração e execução de políticas públicas, a gente tem uma outra informação na parte de resultados do questionário que aplicamos. As ONGs indicaram os principais resultados em termos de

subsídios para política pública. O conjunto de informações obtidas é de uma riqueza enorme. As ONGs procuram influenciar a reelaboração de textos, portarias, que colocam normas que regulamentam a exploração de um dado recurso natural, por exemplo .

Passando para as análises possíveis, a partir da base de dados gerada pelos estudos e dessa análise preliminar, trata-se de uma etapa em andamento e que devemos desenvolver até o final de setembro. A base de dados está pronta e estamos começando a sua análise. Tem essa parte do mapeamento das competências, das linhas de atuação, mas há ainda as informações sobre áreas temáticas, público-alvo, os resultados obtidos pelas ONGs, as relações de parcerias estabelecidas, dados sobre o quadro de pessoal, sobre situação financeira e orçamentária, infra-estrutura, características da gestão das organizações, perfil dos projetos por biomas (no caso da área temática Meio Ambiente), abrangência geográfica, duração dos projetos e seus valores.

Outra análise possível é aquela referente às estratégias de atuação, identificando padrões de atuação e tendências. Em relação aos padrões, procura-se não se restringir ao mapeamento do que as ONGs fazem, nem identificar quem faz o quê. A intenção é tentar identificar concentrações de competência e capacitação tomando como referência blocos de atividades de CT&I que foram caracterizados nesta breve apresentação”.

Debate sobre a pesquisa apresentada

Dora Ann L. Canhos

“Trabalho com informação ambiental, no Centro de Referência e Informação Ambiental (Cria). Estou trabalhando em ONGs há 24 anos. Não posso fazer uma análise da pesquisa apresentada, pois vi os resultados agora. Fiz algumas anotações e gostaria de fazer alguns comentários sobre o questionário, pois eu fui uma das entrevistadas. Acredito que para as ONGs, essa entrevista, por si só, já é importante, pois nos permite refletir a respeito de assuntos que o dia-a-dia não nos deixa pensar.

Espera-se que, além desse diagnóstico, desse trabalho, saiam indicadores que sejam importantes para a política governamental, seja a maneira pela qual instituições de pesquisa pública nos enxergam. A gente trabalha, no nosso cotidiano, apagando incêndio. Apesar de o Terceiro Setor ter como característica planejar a longo prazo, a realidade do dia-a-dia geralmente é muito árdua. A gente faz um planejamento e não monitora direito, fica atrapalhado pelo dia-a-dia, que é problemático.

Da apresentação feita, com a superficialidade imposta pela escassez de tempo, destaco na diferenciação entre os setores de pesquisa pública e o Terceiro Setor, a questão do 'local'. A academia está preocupada com grandes linhas de pesquisas. O Terceiro Setor está preocupado com a produção, com o resultado prático. O Terceiro Setor precisa ter um produto, um serviço, algo concreto que seja útil para alguém, para algum grupo, uma comunidade, o que é diferente da academia, onde a pesquisa em si, o processo, é importante. O pesquisador pode pensar sem a necessidade de uma utilidade de curto prazo como a que o Terceiro Setor tem.

Outra coisa que eu vi na questão de inserção do Terceiro Setor diz respeito às parcerias. Existe ou deveria existir uma dependência grande entre o Terceiro Setor e o conhecimento científico. Uma coisa que me incomodou hoje de manhã foi o fato de um dos palestrantes ter colocado a academia de lado, como se ela não fosse importante, como se bastasse a ação do Terceiro Setor. Na área em que trabalho, que é informática para a biodiversidade, nós temos uma dependência enorme da academia. Não queremos deixá-la de lado, e sim estreitar essa parceria, pois nós dependemos do conhecimento científico. Esse

conhecimento científico tem que ser gerado, carece de apoio continuado, resultando em política pública séria.

Nos objetivos de mapear conhecimentos instalados, uma das características marcantes do Terceiro Setor é a disseminação do conhecimento. Como característica ressurge essa questão da parceria, que é apontada nos estudos sobre o Terceiro Setor e é bom ver isso na pesquisa. Além da disseminação, tem a questão da formação de recursos humanos. Tem o trabalho de comunidades e, de repente, a gente vê o Terceiro Setor, e a minha instituição faz isso, cedendo bolsas para alunos de graduação e de mestrado.

Na pesquisa apresentada, uma coisa que me incomodou, porque é a área em que trabalho, é o percentual relativamente pequeno de instituições que estão estruturando bancos de dados e sistemas de informação. O que eu vejo com a comunidade científica, a comunidade em que estou mais ativa, é que existe uma necessidade de mudança cultural no sentido de compartilharem seus dados fora do seu eixo, fora dos seus pares. Hoje, a comunidade científica é avaliada pelos *papers* que ela publica. Então, se ela publica um *paper*, acha que fez o seu papel de divulgar. Estou vendo pelos dois exemplos mencionados na apresentação, na área ambiental e na área social. Há algo em torno de 30 a 40% de instituições que pensam em bancos de dados, em um momento em que temos a Internet e todas as facilidades de integração dos sistemas de informação. Penso ser uma mudança cultural que deva ser vivenciada no Terceiro Setor de não só ficar na sua comunidade, mas espalhar essa experiência que é riquíssima.

A gente percebe pelos resultados apresentados que o modo de disseminar ainda está em reuniões, o que é essencial, mas fica entre os pares. Portanto, uma recomendação que faria ao Terceiro Setor é de que se comece a explorar sistemas de informação e Internet. Na parte de atividades de difusão do conhecimento, em publicações – imagino que sejam em papel – é o mais tradicional e bancos de dados ainda é marginal.

Achei super legal a questão das ONGs estarem preocupadas com capacitação institucional. Essa é uma das questões mais importantes, relacionada à gestão de ONGs, que é o que normalmente as destrói. Há poucos recursos que a gente usa para a atividade fim e ninguém quer mexer com a administração. Então isso é deixado de lado, enquanto isso é essencial, é base para o desenvolvimento de qualquer instituição do Terceiro Setor. Se não há uma administração sólida, uma gestão compatível com a sua instituição, com os seus valores e sua missão, que tenha a visão do aspecto social do Terceiro Setor, mas tenha uma competência administrativa, provavelmente vai ser mais uma daquelas instituições que morrem apesar da equipe técnica e da relevância de seus trabalhos, e eu participei de uma experiência em que isso ocorreu.

Outro ponto interessante é a questão da atuação do Terceiro Setor junto a políticas públicas. Isso mostra o que a Samyra falou, hoje de manhã, sobre a separação entre Estado e sociedade, e do Terceiro Setor representar a sociedade. É claro que a ONG tem que estar próxima do governo e participar desse processo.

Na parte de geração do conhecimento, vê-se que as ONGs estão preocupadas com a infraestrutura de informação e existe essa relação forte com o conhecimento científico. Destaco a proximidade com as populações locais e gostei da questão de orientar as formas de atuação, o que demonstra que ela está preocupada com o produto final, não é pesquisa por pesquisa. A parte de políticas públicas, creio que a gente deva explorar essa convergência de interesses entre governo e Terceiro Setor, entre o macro e o local, para que a política pública chegue ao local. Por fim, a última parte de mapeamento de competências, quero frisar que seria importante que nesse estudo tivesse um produto: indicadores”.

Silvio C. Bava

Parabenizou a iniciativa da pesquisa, com a ressalva de que “não é fácil fazer um comentário logo após a apresentação, porque pode incidir em injustiças”.

“O trabalho é da maior importância. Mapear essas iniciativas é fundamental. Também tive a visita da Martina no Instituto Pólis. Não tenho dúvidas de que a pesquisa tenha uma riqueza de base de dados e que possa se desdobrar em muitas outras análises desses seus resultados.

A primeira questão que eu queria colocar é que me pareceu curioso que o título seja “DPP – Terceiro Setor” e a identificação dos atores pesquisados seja ONGs. Não é a mesma coisa. Terceiro Setor e ONG não são sinônimos. Por exemplo, a Associação Brasileira de ONGs se manifestou claramente, dizendo ‘nós não nos identificamos como sendo Terceiro Setor, porque reconhecemos que, na dimensão pública, o Terceiro Setor está associado à questão da filantropia e do assistencialismo e as ONGs, nós as entendemos como grupos de cidadãos que se organizam na defesa de direitos’.

Valeria a pena explorar um pouco mais esse universo que está sendo retratado, e isso me remete à segunda observação: afinal, quem foi entrevistado? A base da amostra não está identificada. A Martina, em um momento, falou em 42 ONGs. Não sei se esse foi o conjunto das duas, ou se isso foi mais amplo. Acho importante identificar quais foram as entidades que foram entrevistadas, porque, por exemplo, no universo das ONGs da Abong, identificar oportunidades de mercado não seria objetivo de nenhuma delas, a menos que isso esteja escrito na ideia da economia solidária, da facilitação de organizações de cooperativas que teria que ser nominado de outra forma, porque atividades de mercado estão muito mais associadas a atividades empresariais. Sei que existe uma enorme dificuldade aí. Só estou complicando mais. É difícil, mesmo, identificar essa amostra.

Para vocês terem uma ideia, tem uma parte que fala das inovações. O que é uma inovação? O Milton Santos, por exemplo, esse nosso querido geógrafo falecido, diz assim ‘as experiências, elas não têm nenhum valor em si; elas não contam nada; elas só podem ser interpretadas, inscritas dentro de uma perspectiva estratégica’, quer dizer elas estão querendo fortalecer o quê? Alcançar que objetivos? O termo inovação é um termo difícil de ser manejado e precisaria ter algum tipo de qualificação, porque o que é uma inovação aqui já não é mais lá e não deixa de ser importante uma experiência que esteja regulada nos marcos institucionais.

Quando observei a parte referente à defesa e promoção de direitos, acho que aí também está contida a possibilidade de diferentes interpretações. A ótica pela qual eu interpretei a leitura dos dados, seria, digamos assim, de direitos no plano jurídico-legal, que também é importante. Se nós formos pensar no plano das Nações Unidas, o que são hoje os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, eles não estão restritos no âmbito de uma normatização, de um pacote de iniciativas de ordem jurídica. Eles são a afirmação de práticas sociais da maior importância. Por exemplo, o Greenpeace, quando está subindo o Rio Amazonas com o seu barco e denuncia a exploração predatória da madeira nobre da Amazônia, ele não está fazendo nenhuma norma legal, mas ele está fazendo uma prática de defesa de direitos. Quando a Fundação Abrinq, Unicef e um conjunto de outras instituições abrem uma campanha contra o trabalho infantil, eu também acho que existe uma defesa de direitos. Não estamos adstritos diretamente ao plano jurídico legal. Nós temos também o que se chama ‘práticas instituintes’. São novas atividades da sociedade que, por meio dos seus grupos organizados, cria novos direitos, cria novas leis. Não se esqueçam que há algum tempo atrás, um marido podia falar sobre a mulher assim, para os outros: ‘eu bato na minha mulher sim, e daí? A mulher é minha!’. Hoje, tem a delegacia de direitos da mulher. Criou-se um direito para se responder a uma necessidade nova. Tem todo um processo de criação de direitos que vem também da dinâmica da própria sociedade, de seus agentes.

Penso que uma das coisas que seria importante considerar, e sei que a pesquisa tratou disso, é a inserção dessas entidades em redes, em fóruns, porque muda a qualidade. Uma

entidade sozinha, isolada, ela está condenada em um certo sentido, a manter a sua reflexão e a sua prática adstritas ao seu campo imediato de intervenção. Na medida em que ela faz conexões nacionais, internacionais, regionais, ou mesmo que participe de um fórum ou de uma rede local, o mundo dessa instituição se amplia. A problematização das coisas se amplia também. E é aí que a questão da defesa dos direitos e da cidadania pode ser melhor abordada, no plano da relação do particular com o geral, do local com o nacional, das práticas mais imediatas com a instituição de regras na sociedade.

Também fiquei pensando o seguinte: será que toda ONG tem que ter um banco de dados? Porque a indicação de que existe um baixo número de 35% a 46%. Não achei tão baixo, é bem significativo. Pode ser que o perfil da atividade que essa instituição desenvolve não requiera o banco de dados. Pode ser que isso não seja uma fragilidade. Pode ser que ela possa acessar bancos de dados de outros, quando for necessário.

Fico preocupado, pois, se nós estamos esperando que essa pesquisa – e entendo que nós estejamos esperando – permita indicações de formulações de políticas, no plano Federal, para vir a apoiar o desenvolvimento e o fortalecimento institucional dessas organizações, o desenvolvimento das suas práticas, de seus projetos, eu acho que talvez a gente devesse trabalhar em marcos mais amplos no sentido do que é a produção do conhecimento. Eu acho que pesquisa aplicada é algo fundamental. É a partir daí que se extraem os elementos da realidade, formas sistematizadas de interpretação. Eu daria mais valor a uma linha de apoio à pesquisa aplicada, à formulação de diagnósticos, do que ao financiamento de *hardware* e *software* para fazer bancos de dados. Isso é um exemplo, mas a preocupação que eu quero expressar, que é extremamente oportuna, é a pergunta sobre como apoiar as ONGs na produção do conhecimento – pois estamos falando sobre isso nessa pesquisa: produção, análise, sistematização, difusão, debate. A segunda pergunta é, em vista das suas práticas e do já acumulado, quais são as oportunidades de potencializar a própria identidade dessas organizações? Estou falando isso porque não estou convencido de que todas as organizações tenham o desejo de formar bancos de dados. Essa preocupação provém de um perfil de possibilidades de financiamento que não necessariamente se identificam com o perfil das necessidades das ONGs.

Rogério Dardeau

“Para quem não conhece, o Ceris é uma instituição localizada no Rio de Janeiro, que atua em áreas de pesquisa sociológica e apoio a iniciativas comunitárias, e tem abrangência nacional.

A primeira questão que o Silvio já mencionou, refere-se ao banco de dados. O Ceris apóia, anualmente, centenas de experiências comunitárias no Brasil. Algumas delas, nitidamente conquistando espaço em produção de conhecimento e inovação tecnológica. No entanto, se vocês me fizessem uma pergunta: ‘dá para você apresentar agora um banco de dados, para que se conheçam os resultados dos projetos apoiados?’, a resposta seria: ‘não temos a efetividade que, no nosso ponto de vista, deveríamos ter. Esse banco de dados ainda não foi criado.’

Tenho aqui alguns exemplos muito simples. Primeiro de um grupo de pescadores do Alto Amazonas que solicitou apoio financeiro para organizar o seu curral de pesca, já que o pescado naquela região não poderia viajar, pois a localidade não tinha energia elétrica, gelo etc. E eles mesmos, com técnicas próprias e a orientação do Ceris, desenvolveram um sistema efetivo para lidar com essas adversidades. Um outro exemplo é o de um instituto recém-criado no Rio de Janeiro, que já está até exportando para outros estados, que trabalha o beneficiamento de alumínio, por meio do aproveitamento de latas dos catadores. Esta é outra experiência exitosa, que mal está consolidada e já está exportando essa técnica de trabalho.

Pois bem, nós não dispomos de informações consolidadas e detalhadas dessas experiências. Então, eu sinto falta do registro formal dessas experiências. Fico um pouco ansioso, em buscar recursos e um apoio para ter um banco de dados desses projetos, do seu desenvolvimento e também a avaliação do seu impacto.

No ano de 2002, o Ceris apoiou 215 pequenos projetos e fez uma avaliação de impacto social. Primeiro, na própria comunidade, depois no município, e na região. Está sistematizado? Não está. Por quê? Porque não temos recursos. É provável que isso nem seja necessário, que o fundamental seja realizar o apoio, mas eu tenho dúvidas e me cobro um pouco essa responsabilidade de ter maneiras mais sistematizadas de registro desse conhecimento e dessa tecnologia desenvolvida.

Uma outra questão, agora mais diretamente ligada ao relatório da pesquisa: ao me ater à nossa área, que se relaciona à defesa e promoção de direitos e o desenvolvimento social e econômico, há algo que não percebi durante a apresentação da Martina. Não percebi ou não encontrei a avaliação e o monitoramento dessas experiências. Essa é uma questão que nos parece muito relevante. Fui, inclusive, buscar uma das transparências, que inclui as atividades de apoio, no item 5. Nessas atividades de apoio, até para a própria ação institucional, nos parece relevante que se tenha avaliação e monitoramento de cada projeto. Isso não identifiquei no conteúdo da investigação.

Outro detalhe que me chamou a atenção, em matéria de percentual encontrado: quando falamos do destaque do desenvolvimento social, atividade de fomento e fortalecimento de organizações comunitárias, que têm um expressivo índice de 97%, quase 98%, entre ONGs. Queria esclarecer uma dúvida: se as 42 ONGs estão nos dois conjuntos. O fortalecimento de organizações comunitárias, a captação de recursos materiais, financeiros ou não? E aí tem um índice da ordem de 40%, o que me pareceu bastante curioso, dado que nas organizações não governamentais, organizações da sociedade civil, do Terceiro Setor ou como queiramos conceituar, essa é uma atividade fundamental para efetivar esses projetos.

O último item a destacar é a questão da atividade de difusão do conhecimento. E vem se juntar à minha preocupação primeira, de sistematização, de registro de dados, para replicarmos isso a outros grupos sociais. Isso aparece na área temática de atividade de difusão do conhecimento e sistemas de informação; algo da ordem de 30%. É um índice que me incomoda. Percebo que diante da minha ansiedade de querer ter informações para repassar a outras organizações, esse índice me parece bastante baixo".

Cláudio Valadares Pádua

"Eu sou diretor do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), uma ONG da área socioambiental, dedicada à pesquisa e educação para a conservação da biodiversidade e com 13 anos de existência. O que gostaríamos de transmitir a vocês é um pouco de nossa experiência em pesquisas realizadas por ONGs na área da Biologia da Conservação. Fui empresário até os 30 anos de idade e decidi largar o mundo das empresas para me dedicar ao mundo da conservação da biodiversidade. Larguei uma vida confortável no Rio de Janeiro, com carro esporte e apartamento de luxo para voltar aos bancos da escola e estudar biologia. Não só isso. Nesse processo, quase perdi a minha mulher, pois ela naturalmente achou que eu estava completamente louco. No mínimo, queria que eu fosse para um psicanalista e, no máximo, um divórcio. Graças a Deus não aconteceu nem uma coisa nem outra. Felizmente ela me deu um voto de confiança e, melhor ainda, acabou se envolvendo nesse processo de mudança e se dedicando a estudar e trabalhar em educação ambiental, área onde temos tido bastante sucesso.

Findo meu curso de biologia, decidi me dedicar a salvar uma espécie ameaçada de extinção: o mico-leão-preto do estado de São Paulo. Há 20 anos, quando eu comecei esse projeto, eu tinha a certeza que se eu estudasse a biologia de uma espécie, seria capaz de

salvá-la da extinção. Ledo engano! Em pouco tempo, descobri que salvar uma espécie ameaçada de extinção está muito além das fronteiras da biologia. Envolve variáveis que eu não sabia e não estava preparado para elas naquela época. Não digo que estivesse completamente despreparado, pois descobri que meu passado de empresário poderia contribuir para o sucesso de minha missão. Foi aí que vimos, de perto, que se não trabalhássemos com as comunidades humanas, na área onde os micos-leões pretos estavam, não iríamos conseguir salvá-los. Criamos um programa de Educação Ambiental para atender a esse aspecto do processo. Da educação ambiental, nós evoluímos mais ainda. Ficou patente que teríamos que trabalhar as atividades econômicas daquela região. Como diz meu amigo Valentim de Gaspari um assentado da reforma agrária no Pontal do Paranapanema: 'o homem no vermelho não protege o verde'. E passamos para trabalhos com atividades econômicas e a partir das mesmas, sentimos necessidade de planejar a paisagem da região como um todo e da paisagem como um todo, nós chegamos à necessidade de influenciar as políticas públicas.

Salvar um mico-leão ou qualquer espécie ameaçada de extinção, vai portanto muito além da biologia da espécie. Seu sucesso está em um trabalho socioambiental e interdisciplinar com base em pesquisas e participação comunitária. É esse o modelo integrado de conservação e desenvolvimento sustentável que temos usado no IPÊ e é esse o modelo que proponho seja transformando em base para ações ambientais no interior do nosso país.

Infelizmente, isso não pode ser mostrado no resultado da pesquisa com o Terceiro Setor que nos foi apresentada nesse evento. Aparece a ordem das ações, mas não aparece o que considero importante de salientar. Muitas das ONGs do Brasil fazem pesquisa de ponta na área socioambiental trabalhando de forma interdisciplinar e em grupos, os mais diversos possíveis. A nossa experiência me criou, contudo, pelo menos um grande desafio. Sou professor da Universidade de Brasília, tenho muito orgulho de ser professor dessa Universidade, mas não encontro na universidade pública o espaço que gostaria para fazer a pesquisa aplicada, do jeito que gostamos e temos feito na ONG. Isso já foi tema de discussão hoje de manhã. Respeito a opinião dos outros, mas eu não encontro na universidade pública esse espaço. Mais ainda: não encontro o espaço em uma universidade pública para fazer uma escola de pensamento, ou uma escola de formação e isso principalmente por causa dos grilhões da burocracia pública. A burocracia pública, por exemplo, nos impede de contratar gente do jeito que a gente precisa e na hora que precisa. Temos que fazer tudo por concurso e não podemos premiar de fato quem produz mais. Enfim, existe uma série de dificuldades, que são inerentes ao poder público, que eu penso que precisam ser enfrentadas imediatamente. Há maneiras de tentar suplantar isso dentro do sistema, como foi sugerido, hoje, quando se falou em juntarmos várias Universidade em um programa comum. Nós, no entanto, encontramos nossa maneira de suplantar esse obstáculo ao vestir o chapéu de uma ONG que faz pesquisa. Pesquisa que eu considero de altíssima qualidade, e que nos forçou a formar pessoas dentro desse novo universo, de quem quer fazer pesquisa aplicada pois não só estamos fazendo pesquisa aplicada, mas formando um novo contingente de pesquisadores com essa visão. Gostaria de parabenizar os autores do questionário e da pesquisa aqui apresentada, por sua qualidade e rigor mas acima de tudo por mostrar algo que os órgãos de administração da educação e de fomento a pesquisa ainda não se aperceberam completamente. Existe no Brasil um universo crescente de pesquisas de ótima qualidade sendo realizadas fora dos laboratórios das Universidades. E a prova de que a gente faz pesquisa está na própria pesquisa que acaba de nos ser apresentada. Aparecem resultados e mais resultados de boas pesquisas, assim como da aplicação dessas pesquisas na melhoria de qualidade de vida das pessoas. Não estamos falando de pesquisas que ficam nas prateleiras das universidades. Estamos falando de pesquisa para mudar o sistema agroflorestal, ou a agricultura, ou as práticas de uso florestal etc.

Gostaríamos de salientar também um resultado que consideramos superimportante e que aparece em um dos gráficos. Trata-se da força do resultado de pesquisas para influenciar mudança de políticas públicas. É muito mais forte que o *lobby* tradicional que existe para

isso. Embora, às vezes, a gente precise de um *lobby* para fazer pressão e sermos escutados pelas autoridades. Tenho um irmão que foi diretor da *Greenpeace* e eu brincava com ele 'você bate que eu assopro'. 'Você vai fundo que depois eu apresento os resultados da pesquisa para fazer a modificação'. O extensionismo por exemplo é parte desse processo. Os pesquisadores que são criados no Universo que estamos falando, são pesquisadores que têm que se dedicar a, primeiro, fazer pesquisa e publicar como em qualquer Universidade; segundo tem que por em pratica o que produziu e terceiro, conseguir os seus próprios recursos, porque se não ajudarem a conseguir os próprios recursos, chegam no final do mês e não terão salário. Esse dois últimos tópicos nos diferenciam da universidade. Lá se eu não fizer quase nada, recebo o meu salário no final do mês, porque cumprir a GED é a coisa mais fácil do mundo. Qualquer publicação e lecionar um pouco me dão os pontos para ter essa gratificação.

Para finalizar, já que a gente tem que obter recursos para realizar nossos trabalhos, e preciso discutir de onde vêm esses recursos? Fiquei curioso com relação a isso. No caso das ONGs ambientalistas, não vêm do fomento à pesquisa como eu já previa. Vêm do dinheiro de conservação da biodiversidade ou do dinheiro do desenvolvimento sustentável. Como já disse antes, temos vivenciado dificuldades com os órgãos de fomento à pesquisa para que aceitem que nós fazemos pesquisa de primeira linha, respeitada no mundo inteiro. Nos damos aula para alunos americanos, da Universidade de Columbia, que vêm ao Brasil ter aula com o nosso grupo, na ONG. Estamos na fronteira do avanço dos conhecimentos na área de biologia da conservação, mas há uma tremenda dificuldade ainda em fazer que os órgãos de fomento à pesquisa aceitem isso. Espero que essa pesquisa ora apresentada bem como esse nosso encontro ajudem a mudar isso. O simples ato de preencher um formulário no CNPq, como pesquisador de uma ONG, explicita essas barreiras pois todo formulário foi montado para um professor de uma universidade e não para pesquisadores em geral seja de onde forem como de uma ONG ou mesmo de uma empresa.

Parabéns! Encerro com otimismo, dizendo que espero que os resultados desse encontro contribuam para uma grande mudança nas políticas públicas brasileiras de forma a que as ONGs que fazem pesquisa sejam aceitas e respeitadas como peças importantes do universo nacional de Ciência e Tecnologia.

TEMA IV – Aplicação de tecnologia social para a implementação de programas promotores de cidadania

Coordenador: Maurício Lissovsky

Movimentos sociais e assistência social

Selma Schons (PT-PR)

“Assim como existem muitas tecnologias no trato da área social, também no serviço social, essas tecnologias são aplicadas. Tudo em vista do objetivo central dessa atividade que é o ser humano.

A questão social ou as questões sociais e uma série de denominações congêneres são temas reincidentes e vistos como uma problemática a ser tratada, a ser enfrentada. Diante disso, é preciso entender, portanto, o que vem a ser questão social.

Quanto ao conceito de questão social, é preciso lembrar que ele se encontra na afirmação do capital, do sistema industrial do século XIX, quando na indústria se afirma o setor de trabalho que exige um atendimento diferenciado ao recebido anteriormente. É quando se forma o que foi denominado de Estado social ou o que passou a ter nova denominação, no século XX, o conhecido bem-estar social, ou *welfare state*, que é o termo mais usado.

A questão social tem que ser compreendida em relação à formação da classe operária no processo da Revolução Industrial. Como forma de dar respostas ao homem que, inserido no mundo do trabalho, enfrenta riscos de desamparo, mas, por outro lado, também oferece a denúncia, inscrevendo a pobreza e os riscos dela decorrentes na agenda política.

É nesse processo que se deve buscar a gênese do que viria a ser a Política Social Pública. Dessa forma, pode-se afirmar que a Assistência Social está inserida na dinâmica contraditória que se estabelece: por um lado, na manutenção e reprodução da força do trabalho e, de outro, na necessidade da produção e ampliação do capital.

A Assistência Social, assim como a questão social, traz, portanto, a marca da história. Por isso, só podem ser compreendidas, em cada período, analisando-se o contexto dos componentes e formações político-ideológicas e econômicas que, em grande parte, determinam as conformações sociais.

O essencial da questão social é situá-la na contradição do desenvolvimento do próprio sistema capitalista. O sistema deslocou as pessoas de seu modo de viver, colocou-as a serviço do capital, ou seja, transformou-as em mercadoria. O preço e a quantidade do trabalho é definido pelo mercado. Trata-se, portanto, de um modo de organizar a produção em que o trabalho produz a riqueza e contraditoriamente, faz com que o trabalhador seja um pobre em potencial. Este, por sua vez, se reproduz mais rapidamente do que a necessidade que o sistema tem de seu trabalho. Logo é a própria “modalidade imperante” que produz a pobreza, que é um dos elementos da questão social. O outro elemento é o da resistência, capaz de inscrever esta situação na agenda política. A questão social consiste, portanto, na manifestação desse trabalhador pauperizado que toma consciência do problema e o denuncia, exigindo atendimento.

Situar a questão social hoje é detectar as contradições que se manifestam a partir da reestruturação produtiva desde o final do último século e início deste, afirmado na versão da “mundialização financeira”. O resultado, quase sempre, se traduz em mais acumulação de

capital, em cada vez menos nações, ou pessoas, privilegiando quem está mais ao centro, espaço, enfim, em que se determina o movimento do próprio capital.

Compreender a questão social, hoje, é observar as transformações nas próprias relações sociais do trabalho que se expressam na reestruturação produtiva, em que a flexibilização no processo da produção "desestabiliza" mesmo os "estáveis", para usar um termo de CASTEL (1998). Instala-se a precariedade no mundo do trabalho que produz muita exclusão.

Consideramos que é o aspecto político, o da resistência, que permite compreender que até mesmo o excluído do trabalho formal faz parte do conjunto da sociedade e como tal deve ser protegido.

Com a mundialização do capital e a reestruturação produtiva a questão social passa a ser outra. A questão social mais clássica era a manifestação da pobreza que resulta da afirmação industrial. Entretanto, havia também o elemento da resistência, na época, representado pela organização do trabalho.

Hoje, o que seria essa manifestação, essa questão social? Continuará na manifestação da pobreza e da exclusão: exclusão digital, exclusão de moradia e várias outras exclusões como manifestação da pobreza.

O segundo elemento, o da política, se expressa na resistência. É o que está por se construir. Vejo nos Fóruns Sociais Mundiais e em várias outras organizações os elementos de resistência que estão se construindo e se afirmando. Nas discussões atuais sobre reestruturação do trabalho há um grande bloco de trabalhadores que ficou fora do sistema salarial ou do emprego como ele era concebido. Isto produziu várias exclusões. De tal forma que com a formação do Estado social que atravessou o século, desde o final dos anos 1800 até meados de 1970, esse Estado do bem-estar social começou a ruir com a nova reestruturação do trabalho. Aqueles direitos sociais, que pensávamos estarem sendo atendidos, começaram a se fragilizar.

O Estado passa a ter um outro comportamento em relação a isso. Na globalização, os limites dos Estados nacionais vão se tornando mais porosos e se introduz uma outra característica, chamada de descentralização. Ao inscrever o princípio da **descentralização** na Constituição de 88 e na LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), é preciso que se registre, existe um traço democrático e um possível ganho, quanto ao aspecto do controle social, altamente construtivo para fortalecer as organizações locais.

No entanto, em relação aos municípios, entende-se que nem tudo ficou claro quanto às atribuições, no tocante a atenção à proteção social. Estados e municípios acabaram assumindo muitas responsabilidades que tradicionalmente eram da União. Muito do atendimento social simplesmente "sobrou" para os municípios, dada a omissão da União. Com a descentralização, o município é o lugar para o qual migrou a mais expressiva parcela do atendimento da proteção social. É o principal "locus" da gestão social e onde se processa geralmente o aspecto mais imediato da questão social. O espaço local se ampliou, mas não deixa de ser uma realidade em contradição. Alguns mesmo o denominam como o espaço do cidadão.

No Brasil, só a partir da Constituição de 88, o município passou a ser um ente federado, quando se definiram suas atribuições. Porém, quanto ao aspecto fiscal e financeiro, em todo esse período, pouco se avançou, o que entendemos ser uma agravante no caso brasileiro.

Neste contexto, os direitos sociais começam a perder a força que achávamos ter conquistado. A questão da pobreza, da filantropia, da caridade, do voluntarismo, tudo isso começa, de novo, a entrar na agenda. Por isso, a questão da pobreza está nas pautas, nas agendas, tanto daqueles que defendem a globalização como daqueles que a questionam.

O que há de novo nisso? A Assistência tinha uma concepção sempre ligada à filantropia ou à questão da caridade. Normalmente, essas duas questões são utilizadas como sinônimas, mas existem diferenciações que poderiam ser apontadas.

O que vai acontecendo no trato dessas questões? É como se todo mundo pudesse estar tratando disso e de qualquer forma. Sobre o Fome Zero, por exemplo, se diz que inicialmente é preciso fazer um pouco de assistencialismo. Ao se afirmar isso, demonstra-se que não está claro o que é a Assistência Social e qual é o trato que se deve dar a isso. Nesses três dias de trabalho, foi vista a necessidade de tecnologias nas várias áreas. Também no trato da assistência, no trato com o excluído, no trato com o pobre, há que se ter, sim, também, tecnologias. Assistência não significa fazer ação assistencialista. É direito, é política pública. Depende em que contexto isso é tratado.

Os meus alunos me perguntam, às vezes, se dar cesta básica é assistência ou assistencialismo? Não se trata da ação em si. Depende de se analisar se a cesta básica é dada fora de algum planejamento ou fora de um tratamento mais amplo. De perceber por que essa pessoa precisa de cesta básica, que outras coisas ela precisa, a que outras exclusões ela está submetida: exclusão do comer, do ler do morar, da educação.

Este é o contexto. O pobre não é aquele que não deu certo no mercado. O pobre também é sujeito de um processo. Independente de estar filiado no trabalho formal. Este é o novo. Você tem que trabalhar com ele e colocá-lo em pé. Trabalhar a sua auto-estima, fazer com que ele acredite novamente si. Saber que ele faz parte do conjunto da sociedade. É assim que devemos entender. Por isso, só o coletivo da sociedade com ações estruturantes pode construir saídas. Uma nova sociedade, com mais inclusões.

Esta é a questão diferente. O tratamento por inclusões tem que resgatar isso, tratá-lo como sujeito de um processo, não como um indivíduo que falhou, que não deu certo. Ele faz parte de um processo e precisa ser estimulado para acreditar-se com tal.

Então, dar uma cesta, uma roupa, dependendo da forma como isso é feito para ele, pode representar um retardamento no processo de afirmação e de autonomia. É preciso ver a forma como é possível incluí-lo nesse processo, entendendo que ele é sujeito e, como tal, o tratamento deve ser coletivo e não de um indivíduo que falhou. Infelizmente, hoje, o indivíduo é considerado e valorizado não de acordo com o que produz mas de acordo com o que consome. O ideal é fazer com que o excluído possa novamente acreditar em si como sujeito".

O Programa Fome Zero

Frei Betto

"O Programa Fome Zero foi formatado durante o mês de janeiro no governo e a orientação é de que só se fale sobre Programas depois de bem formatados. Quem não sabia o que estava sendo preparado, expressou-se erroneamente, houve muitas críticas. Algumas pessoas perguntam como vai ocorrer a distribuição de alimentos. Ocorre que o cerne do Programa Fome Zero é a geração de renda, por meio do cartão alimentação e das políticas públicas que entram em cada município. Outros perguntam sobre o cupom, a nota fiscal... Ambos não fazem parte do Programa".

Cita o caso de Guaribas (SP), uma das cidades-piloto do Programa. Guaribas "tem pouco mais de 4 mil habitantes. Não há igrejas ou sindicatos. A população vive do plantio de feijão e migra para a favela Piratininga, em Osasco. As mulheres e crianças caminhavam 6 horas por dia para buscar água no alto de uma serra. Havia a fila das vasilhas e o passo de tartaruga para se voltar para casa, sem derramar a água coletada. O índice de mortalidade

era de 59,9% em cada mil crianças nascidas vivas. Nós constituímos o Comitê Gestor: são três pessoas representando o poder público e seis integrantes da comunidade. Se a comunidade não tem uma organização suficiente, é realizada uma assembléia, com a população, e se pede que eles indiquem aqueles em quem eles depositam maior confiança. Eles votam e indicam essas pessoas, que são capacitadas e fazem o levantamento das famílias com renda per capita inferior a R\$90, no município.

Essas famílias recebem o cartão alimentação, que permite retirar R\$50 na Caixa Econômica ou na Agência do Correio, como foi o caso de Guaribas. O cartão é dado preferencialmente à mulher e não ao homem. Caso os homens queiram saber as razões, perguntem às mulheres... A partir do momento em que foi dado o cartão, entraram em Guaribas várias políticas públicas. A primeira foi a alfabetização. São vários os métodos adotados pelo Programa. No caso de Guaribas, foi o método do Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia e Ação (Geempa) do Rio Grande do Sul. Cada alfabetizador da localidade ganhou R\$100 por alfabetizando. Já houve a formatura, após três meses de trabalho. Os alfabetizados ganharam R\$200, conforme a dinâmica de distribuir renda. Realizaram uma votação na comunidade para saber o que a população queria, depois do cartão. A escolha foi por uma rádio comunitária, revelando a vontade de expressar a palavra.

Digo que o Fome Zero não é só fome de pão; é fome de beleza. Eles logo perceberam isso, e hoje já têm a Rádio Esperança funcionando em Guaribas. E houve a construção do mercado. O valor de R\$25 mil naquele município equivale a 500 famílias cadastradas. É uma grande injeção que reativa a economia local. Não havia mercado, nem feira livre em Guaribas. Estão construindo o mercado. Já tem a feira livre. Havia 40 crianças com diarreia, em janeiro; em março, 12 e, a partir de abril, nenhuma. Desde abril, não morre uma criança em Guaribas. Porque entrou o programa de saúde, de alfabetização, de qualificação profissional, de conserto da estrada. Havia cinco banheiros de alvenaria em Guaribas, em janeiro. Agora existe um mutirão para a construção de casas populares, ampliação e conserto das residências. Com isso, já existe o retorno de moradores da Favela Piratininga para o município. Agora quem trabalha tem emprego. Guaribas colhe feijão. Todo o ano os atravessadores vão lá e oferecem um preço irrisório e, como a população não tem como transportar para fora, acaba vendendo. Hoje, pela primeira vez, a saca que é vendida a R\$100 no Piauí, os produtores de Guaribas recusaram os R\$22 oferecidos pelos atravessadores. Decidiram negociar comunitariamente, e por leilão. Quem der mais leva, e caso não alcançassem o preço mínimo que eles estipularam, o governo compraria a produção. Eles conseguiram o preço mínimo de R\$50 e o máximo de R\$70 pela saca.

O Programa é todo concebido para ser, prioritariamente, um programa de inserção social, embora as ações emergenciais sejam necessárias, pois há segmentos que não têm como produzir, como é o caso dos acampamentos rurais e das aldeias indígenas pulverizadas em beiras de cidades, asilos, creches, lixões. Então, não têm como produzir, e somos obrigados a cuidar de cesta básica, mas também dentro de um processo de inclusão social. Estamos comprando a produção dos pequenos agricultores. Nós não estamos comprando de atacadista, não estamos comprando de supermercados, mas de pequenos agricultores do local, assim como os donativos feitos no município são destinados ao município. O Governo Federal só pega grandes doações na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e essas doações são transformadas em dinheiro ou trocadas por cestas básicas, que vão para acampamentos rurais e outros setores.

Gostaria de dar essa idéia e propor uma parceria com todas as instituições que os participantes representam, para desenvolver a questão da tecnologia social dentro do Programa. De todas as tecnologias que venho aprendendo nesses meses, a mais revolucionária é a da cisterna de captação da água da chuva. Se chovesse petróleo, o que cada um de nós faria em sua casa ou no seu prédio? Seria certamente recolhido e armazenado. Estou convencido de que os nossos netos irão nos perguntar, por que deixamos ir para o ralo a água da chuva... Nenhum construtor pensou em construir em cada domicílio um sistema de captação de água da chuva. Esse agricultor, que aparece no vídeo exibido,

teve essa idéia genial, que muitos políticos do Nordeste odeiam. É uma cisterna feita de cimento. A primeira água que cai limpa a atmosfera e lava o telhado. Em função da forma como é construído o mecanismo de captação e armazenamento, a água da cisterna é potável, ela não precisa ser filtrada ou fervida. É suficiente. O ano que menos chove no Nordeste, permite encher uma cisterna de 16 mil litros, o que dá para o consumo de uma família de 5 a 8 pessoas durante 9 meses. A água que é utilizada para o banho e das vasilhas não vai para o ralo. Ela é conservada e se regam as plantas ao redor da casa, após haver uma filtragem no próprio solo. Isso é uma enorme revolução, no Nordeste, que vai acabar com toda a indústria do carro-pipa, com toda a dependência política, como vi em Mossoró, que é a maior bacia continental do Brasil, onde a Petrobras, em 1994, cavava poços e gastava US\$100 mil para tampá-los com água térmica. Mossoró é a única cidade do Brasil onde ninguém tem chuveiro elétrico em casa, porque toda a água é quente. Quando o sujeito fazia parte da elite política, a Petrobras deixava o poço aberto e ele transformava a sua casa em uma pousada de águas térmicas. Se a Petrobras não tapasse os poços, acabava com a elite política de Mossoró que se elegia às custas dos carros-pipas. Claro que essa política mudou".

Frei Beto reafirmou que as parcerias são importantes, que o grupo tem uma contribuição a dar, e a eles interessa essa parceria porque "é um Programa em que há uma exigência de que todas as parcerias se estabeleçam por um período de quatro anos. Eles têm um cronograma a fim de ampliar esse Programa para todo o Brasil. O orçamento deste ano permite que se chegue a 1.200 municípios, aproximadamente, a 2 milhões de famílias atendidas, até dezembro. As parcerias permitirão aprofundar esse Programa, que é de cidadania e de auto-estima".

TEMA V – Relação do MCT com as OTSs

Coordenador: Maurício Lissovsky

Paulo Bracarense

Em complemento à participação do Ministro e do Secretário de Inclusão Social, Paulo Bracarense abordou a visão sobre como tratar as questões de Ciência e Tecnologia em um contexto de necessidade de mudança e de percepção de que "as desigualdades sociais em nosso país devem ser tratadas não só como motivo de campanhas políticas, mas também como razão de direcionamento dos investimentos do erário público, do investimento que é arrecadado de toda a população".

"Essa constatação, quando pensamos em C&T, ela é dramática quando percebemos que vivemos em um país que tem, possivelmente, a décima, décima primeira, décima segunda economia do mundo. É um país rico. E, no entanto, disputa com as piores distribuições de renda de todo o planeta. A distribuição de renda no país é de uma perversidade que, muitas vezes, na academia, nós constatamos somente por meio das estatísticas, mas não chegamos aonde deveria se destinar a ciência e a tecnologia desenvolvidas no país.

Nós temos no Brasil, hoje, das melhores ciências do mundo. Competimos com os países mais avançados em algumas áreas do desenvolvimento científico. Os nossos cientistas são reconhecidos, pessoas importantes no mundo todo. No entanto, ainda existe no país uma imensa dificuldade de transformar essa ciência de alto nível em tecnologia". Exemplificou com a questão da Amazônia e a possibilidade infinta de fabricação de remédios. Contudo, fez a ressalva de que "a academia brasileira, a ciência brasileira, as universidades e nossos institutos de pesquisa não conseguem ter a exploração do conhecimento popular. Buscar esse conhecimento para a fabricação de remédios, como fazem cientistas de outros países que exploram a Amazônia e levam esse conhecimento, fabricam remédios e vendem esses medicamentos para nós, a preços aviltantes".

“Toda essa constatação indicou para a descentralização dos investimentos públicos em Ciência e Tecnologia e que respondesse a necessidade de que esses investimentos tivessem um alcance social bastante abrangente, proporcionassem inclusão social. Isso significou que a estrutura do ministério tivesse que seguir essa política, cujo titular é o Dr. Jocelino Menezes que esteve ontem comentando as políticas a serem implementadas com as ações dessa Secretaria de Inclusão Social.

Outro ponto é que se nós estamos começando um processo de mudança importante no país, depois de toda uma história em que as elites governaram o país segundo os seus interesses e buscando resolver os seus interesses, esse processo de mudança começa a ser plantado, aqui e agora, nesse governo, para que os frutos possam ser colhidos daqui a alguns anos.

Para tanto, uma questão estratégica é como a política de C&T, realizada especialmente pelo MCT, mas que perpassa todos os ministérios, pode ser pensada para o período dos próximos 20 anos. O que é 2020? Não é um exercício de futurologia, mas de saber como plantar algumas sementes, agora, para ir buscar resultados consistentes, decorridos 20 anos. As crianças que estão ingressando na escola – com seus cinco, seis, sete anos – em 2020, estarão terminando a sua graduação, mestrado, doutorado. Serão os cientistas do amanhã, essa geração está sendo construída hoje. Enseja-se que sejam não só os filhos da classe dominante, não só os filhos de quem teve o privilégio da oportunidade. O que se busca é que esse cientista seja construído em todo o tecido social. Que ele seja preparado não só com biologia, química, física e informática, mas que ele tenha uma consciência social da sua importância na construção de uma sociedade.

Diante disso, na reformulação da estrutura do ministério, dentro da Secretaria de Inclusão Social, dois programas foram criados: o de difusão da ciência ou laboratório nas escolas, visando que, no final do governo Lula, todas as escolas públicas tenham um laboratório mínimo de ciências que inclua química, biologia, física e informática. Esta última visando promover a inclusão digital. Não saber ler, não ser devidamente alfabetizado, faz muita diferença na idade adulta. Daqui a 15 anos a diferença, o abismo imenso criado entre os que têm acesso ao computador hoje e aqueles que não têm, poderá ser muito maior.

O segundo departamento trata das questões econômicas e, por suas características, está mais próximo dos debates promovidos neste Seminário. Trata-se dos arranjos produtivos locais (APLs), da organização de agentes que fazem produtos e são fomentadores de emprego e renda. Essa organização de arranjos produtivos locais envolve o reconhecimento de que o território, o local e a convivência das pessoas que vivem e atuam nesses locais é um fator reconhecido de produção. Uma segunda coordenação que foi criada é a de tecnologias apropriadas, em alguns locais chamadas de tecnologias sociais. É um programa que o CNPq já desenvolve há alguns anos. O objetivo é o de trazer também esse programa ou uma coordenação para o MCT. O MCT, com o CNPq e a Finep, que fazem parte do Sistema de C&T do governo, poderão ampliar esse programa que já alcançou boa parte dos Estados do Nordeste, além do Pará e de Santa Catarina e queremos fazer esse programa no Brasil todo. É um programa que já envolve a participação efetiva do Terceiro Setor. Possivelmente, o representante do CNPq deverá abordar essa questão. O MCT pretende apoiar, inclusive, com financiamento dos Fundos Setoriais.

Estamos apresentando, nesta semana, aos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais, nosso projeto de Programa de Tecnologias Apropriadas, que será construído a partir das experiências realizadas. Na próxima semana, haverá um encontro no Nordeste, em João Pessoa (PB), para discutir as experiências até agora realizadas de tecnologias apropriadas e, a partir disso, elaborar um programa que seja extensivo a todo o país.

Outra iniciativa é o Programa de Segurança Alimentar, que foi iniciado no MCT, como apoio ao Programa Fome Zero e aos outros programas eventuais de segurança alimentar do

governo. Já estabelecemos contato com o ministro Graziano, para que essa ação conjunta viabilize o objetivo de dar o aporte tecnológico aos programas de segurança alimentar do governo e ao Programa Fome Zero. Houve reuniões no Ministério do Planejamento e já foram estabelecidos montantes do Plano Plurianual para viabilizar essas ações. Esses programas precisam da participação da sociedade civil organizada, em conjunto com os governos municipais e estaduais. A participação da sociedade depende da forma como ela se organiza e como consegue se relacionar com o poder público local. Tentamos ser catalizadores dessa participação.

O fomento a essas iniciativas de segurança alimentar e arranjos produtivos e de tecnologias apropriadas não depende de concorrência a editais, pois são atividades fomentadas pelo governo, e os recursos visam a induzir essa demanda. Os programas são discutidos nos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais e esses comitês já têm uma participação da sociedade, não são "chapa branca", não é um órgão de governo, o setor produtivo participa. Em alguns fundos setoriais existe a participação de entidades do Terceiro Setor, ainda que pequena. A participação dos sindicatos também é pequena. No momento das discussões sobre a reformulação dos 13 Fundos Setoriais, foram chamados o Terceiro Setor e a organização dos trabalhadores, para pensar a elaboração dessas iniciativas de fomento e a forma como ela deve ocorrer.

O espaço de possibilidades de construção conjunta do governo e da sociedade na área de Ciência e Tecnologia é imenso. Não é fácil buscar participação popular. Tem que haver competência para buscá-la. É a prova que nós nos colocamos; temos buscado essa parceria com a sociedade. Não só com o setor produtivo, o qual é mais fácil pois os interesses são mais claros, mas também com a sociedade civil. É um desafio que nós nos propusemos e estamos buscando realizá-lo da melhor forma possível".

TEMA VI – Informações sobre instrumentos de financiamento de CT&I, em especial sobre os Fundos Setoriais

Coordenador: Maurício Lissovsky

Renato Dantas

O Superintendente da Área de Serviços Sociais e Infra-Estrutura da Finep se diz orgulhoso de participar da mesa, “neste momento histórico, ao lado de pessoas como Frei Betto. Momento novo em nossa história, em que pela primeira vez há um governo popular e as coisas começam a mudar. Na Finep, também estamos promovendo mudanças, com uma reestruturação organizacional. Fazendo com que a sociedade encaminhe novos interesses, inclusive das ONGs, e essas possam participar das políticas e dos programas internos. A gente está alterando a forma de atuar da Finep para que ela seja pró-ativa, que ela busque na sociedade, junto com o ministério, os projetos que vão resolver problemas e aproveitar as oportunidades que nós temos, pois, no Brasil, existem muitos recursos mal aproveitados, como biotecnologia, água, sem falar no potencial das pessoas .

A reestruturação da Finep visa prepará-la para atuar por meio do fomento e não, como tradicionalmente se fez, por demanda espontânea, por meio do “balcão”, que sempre predominou. A demanda espontânea é boa para quem já tem os seus interesses constituídos e presentes, como o mundo das empresas e, até mesmo alguns interesses bem constituídos na academia que também tem larga tradição em captar recursos nas empresas públicas. Sem querer excluir ninguém, é preciso ampliar o acesso aos recursos, incluindo outros movimentos e organizações da sociedade.

Mediante a construção de um projeto nacional de país, será necessário derivar uma política de C&T e, assim, a atuação da Finep estará em consonância com as prioridades de governo. Na transição que ocorre entre as chamadas fase I e fase II, existe a definição de um projeto de país que orientará as macropolíticas de governo. A política de C&T é uma política meio, não é uma política fim, como as políticas de habitação, educação, e ela deve se articular com essas outras macropolíticas fim. A política de C&T ainda está sendo construída no atual governo e há espaço para as organizações da sociedade participarem de sua formulação”.

Acrescentou que o interesse é o de se trabalhar com programas e não com projetos isolados. “Não se constrói política com projetos isolados. Não se faz política de ciência e tecnologia, não se aproveita todo o potencial que a gente tem, pulverizando recursos em pequenos projetos, sem foco, sem um diagnóstico como pressuposto da decisão de se financiar um projeto. O entendimento atual é de que essa metodologia de trabalho, a reintrodução do planejamento, na Finep, indica novos rumos, pois um dos danos causados pelo neoliberalismo foi o de acabar com políticas e programas, e com o planejamento, reduzindo-o a um estágio formal e insignificante”.

“A nova estrutura da Finep conta com três diretorias, uma administrativo-financeira e duas diretorias operacionais. Cada diretoria operacional tem três superintendências, perfazendo um total de seis superintendências. A Superintendência da área de serviços sociais e de infraestrutura abrange toda a área social, com destaque para as seguintes áreas de atuação:

- segurança alimentar e nutricional;
- saúde;
- educação;
- cultura;
- saneamento;
- recursos hídricos;
- meio ambiente;
- habitação;

- planejamento urbano;
- segurança pública;
- economia solidária;
- inclusão digital e governo eletrônico.

No médio prazo, o objetivo é de se estruturar programas para todas essas áreas, programas esses que serão construídos com os diversos atores da sociedade e com os parceiros da Finep, como é o caso do CNPq, sob coordenação do MCT". É preciso abrir mais as portas do Estado para a sociedade, não só na participação na formulação e gestão das políticas, mas também na possibilidade de concorrer a esses recursos. Alocar recursos públicos não é uma questão simples, do ponto de vista do Estado. É sempre uma decisão política, ainda que baseada em critérios técnicos. Quando se escolhe uma entidade, uma empresa ou universidade para lhe destinar recursos, há outros que são preteridos. O custo de oportunidade desses recursos é muito alto no Brasil. Em um país com as carências que nós temos, qualquer escolha ou decisão de investimento deveria, idealmente, considerar todas as outras possibilidades que estão presentes.

Outras duas superintendências da Finep têm uma interface com as organizações não-governamentais: a Superintendência de Difusão Tecnológica e a Superintendência de Agronegócio. A área social na Finep sempre teve pouco peso interno, e poucos recursos também, assim como teve pouco peso a questão social no Brasil como um todo. Queremos uma aliança com as organizações do Terceiro Setor para abrir o espaço para a questão social não só na Finep, mas no governo e na sociedade. Esse movimento de ampliação de espaços já é constatado não só na Finep, onde a área social ganhou status de superintendência, mas no próprio ministério, com a criação da Secretaria de Inclusão Social. A perspectiva de um Fundo Setorial para a área social também é uma bandeira que nós vamos defender junto com o ministério.

Há uma outra questão que diz respeito às organizações não-governamentais: acredito que possa haver um trabalho conjunto, pois os Fundos Setoriais foram criados a partir de um entendimento que, em Ciência e Tecnologia, é desejável a articulação entre universidades e empresas. Esse entendimento é restrito. É preciso lutar para ampliar esse entendimento para que a articulação da universidade seja feita com a sociedade. A empresa não é a única parceira das universidades, as organizações do Terceiro Setor, os movimentos sociais e até mesmo os três níveis de governo devem se articular com aqueles que produzem o conhecimento.

Os fundos setoriais criados, e os próximos a serem criados, não restringem o acesso aos recursos às organizações não-governamentais, exceto o de infra-estrutura que tem essa restrição. Uma questão que deve ser melhor esclarecida é se as ONGs têm que ter explicitado em seus estatutos ou regimento a menção à atribuição de desenvolver pesquisas ou estudos. Algumas ONGs, como a Fase e o Viva Rio têm nos seus estatutos essa definição. Poderia se pensar em uma articulação de ONGs e universidades para que as ONGs ajudem na definição de projetos, e também em sua implementação, acompanhamento e avaliação. Penso que esse entendimento precisa ser consolidado e seria muito útil para que a produção científica brasileira se tornasse mais adequada à nossa realidade".

Desafiou o grupo a construir e consolidar "os conceitos de trabalho que nos dizem respeito, que são os conceitos de tecnologia social e/ou inovação social. Muitas usam como sinônimo. Acredito que haja um avanço na construção desses conceitos, mas penso ser necessário consolidá-los para que todos possam falar a mesma língua e para facilitar a nossa luta contra os interesses constituídos, aqueles que entendem que tecnologia é apenas um artefato". Por fim, deixou a reflexão: "O Estado foi privatizado, há muitos anos, e interesses particulares se apossaram dele; estamos fazendo um processo de abertura do Estado. O governo atual tem inúmeros conselhos e a sociedade, de forma mais ampla, começa a participar das decisões do Estado. É preciso saber, de forma clara, do ponto de vista do

Estado, com que ONGs se deve estabelecer uma interlocução. Saber quais ONGs têm legitimidade, quais não têm legitimidade. Ressalto a importância de se definir critérios para quando se alocar recursos públicos, oriundos de toda a sociedade, que não se aloquem esses recursos para INGs (indivíduos não-governamentais) e sim para as ONGs. A Finep tem muitas restrições para aportar recursos não-reembolsáveis para empresas privadas, e alocar recursos não-reembolsáveis para ONGs sem legitimidade e representatividade seria também um erro. Convido os presentes ao trabalho de separar o joio do trigo, nessa questão".

Dalmo Marcelo de Albuquerque Lima _

"1. A missão do CNPq

A missão do CNPq é promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do País e contribuir na formulação das políticas nacionais de ciência e tecnologia. Para o cumprimento de sua missão, o CNPq realiza duas atividades básicas: fomento e difusão de ciência e tecnologia.

Fomento à pesquisa

A função fomento constitui-se na principal ação desenvolvida pelo CNPq, para promoção do desenvolvimento científico e tecnológico do País. Como linha de trabalho mais tradicional e identificadora da missão do órgão, o fomento é dirigido essencialmente para a formação de recursos humanos e para o apoio à realização de pesquisas. No primeiro caso, a ação desenvolvida destina-se a gerar uma capacitação científica e tecnológica nacional pela formação de pesquisadores altamente qualificados. Por sua vez, o apoio à pesquisa expressa o cumprimento de uma responsabilidade do Estado em promover e estimular a produção de conhecimentos necessários ao desenvolvimento econômico e social, à afirmação da identidade cultural e ao aproveitamento racional e não predatório dos recursos naturais do País.

A ação de fomento encontra-se organizada em Programas Básicos e Programas Especiais.

São Programas Básicos aqueles voltados para o uso dos instrumentos de fomento, segundo as áreas tradicionais do conhecimento. Operacionalmente, distinguem-se pelo atendimento às demandas da comunidade científica com base em critérios de mérito e competência, podendo ser conjugados com critérios de prioridade, conforme avaliações da situação de desenvolvimento da base científica nacional em suas diversas áreas.

Os Programas Especiais são aqueles correspondentes às prioridades estratégicas de Governo, bem como aqueles voltados para o desenvolvimento local ou regional com um forte componente tecnológico, social e econômico. Envolve parcerias interinstitucionais, conhecimentos multidisciplinares, sua ação perpassa as áreas específicas e tradicionais do conhecimento. Caracterizam-se pela perspectiva da aplicabilidade de seus resultados a curto e médio prazo, pela ênfase nos mecanismos de indução e pela incorporação de critérios de relevância, em consonância com as orientações de governo contidas em políticas setoriais e regionais que requeiram contribuições estratégicas da ciência e tecnologia.

2. Instrumentos do CNPq

Para implementação desses Programas, o CNPq opera um conjunto de instrumentos caracterizados em **Bolsas** de diversas modalidades e **Auxílios** financeiros para apoio à pesquisa.

Essas bolsas e auxílios têm a seguinte classificação, de acordo com a natureza da pesquisa, se está voltada para o desenvolvimento científico ou tecnológico.

Fomento Científico:

BOLSAS - Modalidades

A) INDIVIDUAIS

NO PAÍS

Produtividade em Pesquisa	PQ
Pesquisador Visitante	PV
Desenvolvimento Científico Regional	DCR
Recém-Doutor	RD
Pós-Doutorado	PD

NO EXTERIOR

Estágio Sênior	ESN	
Pós-Doutorado	PDE	
Doutorado		GDE
Doutorado Sandwich	SWE	
Aperfeiçoamento/Especialização		

B) BOLSAS POR QUOTA à Instituição/Curso

Iniciação Científica	IC
Doutorado	GD
Mestrado	GM

AUXÍLIOS

Auxílios a Projeto de Pesquisa	APQ
Auxílios a Publicações Científicas	

Fomento Tecnológico:

C) BOLSAS DE CURTA DURAÇÃO

NO PAÍS

- Estágio/treinamento BEP
- Especialista Visitante BEV

NO EXTERIOR

- Estágio/treinamento BSP

D) BOLSAS DE LONGA DURAÇÃO

NO PAÍS

Iniciação Tecnológica Industrial	ITI
Treinamento	EP
Desenvolvimento Tecnológico Industrial	DTI
Especialista Visitante	EV

NO EXTERIOR

Treinamento	SPE
-------------	-----

AUXÍLIOS A PROJETOS DE PESQUISA

3. Programa de CT&I em Apoio à Agricultura Familiar

As iniciativas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, no âmbito da Agricultura Familiar, atendem diretriz estratégica do Governo Federal, que estabeleceu como uma de suas prioridades, "Promover o Desenvolvimento Integrado do Campo, por meio da Valorização do Pequeno Produtor Rural, da Pequena Agroindústria e dos Assentamentos da Reforma Agrária".⁴

A fim de atender essa diretriz governamental, o CNPq vem contribuindo com o suporte científico e tecnológico necessário à viabilização econômica e social dos produtores rurais de economia familiar, por meio do apoio a estudos e projetos para geração de alternativas tecnológicas adaptadas às escalas e possibilidades de produção de pequeno porte e de novos conhecimentos e capacidades para enfrentar os desafios e as oportunidades de inserção competitiva da agricultura familiar em mercados cada vez mais exigentes.

A Agricultura Familiar tem grande importância no cenário de desenvolvimento socioeconômico do país, representando, de acordo com o Censo Agropecuário 1995/96, 85% do total de estabelecimentos agrícolas e 80% do pessoal ocupado na agricultura, contribuindo para a geração de R\$ 18,1 bilhões, o que equivale a 37,9% do valor bruto da produção agropecuária brasileira. O núcleo familiar é o elemento central de organização gerencial e de decisão, sendo a maior parte do trabalho fornecida pela família. A economia familiar costuma também ser diversificada e pluriativa, proporcionando uma maior dinâmica ao Mundo Rural. Os sistemas de produção são mais intensivos em trabalho, favorecendo a absorção de mão-de-obra, constituindo-se num espaço *sui-generis* em relação às demandas por inovações tecnológicas. A densidade ocupacional na agricultura familiar chega a ser cinco vezes maior que na agricultura patronal, de acordo com estudos realizados no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO-1996/99, indicando também que a agricultura familiar brasileira apresenta uma grande diversidade em relação ao meio ambiente, à situação dos produtores, à aptidão das terras, à disponibilidade de infraestrutura etc., não apenas entre as regiões, mas também dentro de cada região. Esses estudos apontam vantagens das unidades familiares comparativamente às grandes propriedades rurais, pois, além de atenderem melhor aos interesses sociais do país, são produtivas, economicamente viáveis e asseguram melhor a preservação ambiental. Daí a ampla aceitação, hoje, não só no meio técnico-científico, como também na esfera política, do conceito de Agricultura Familiar em substituição à noção de "pequena produção agrícola", afirmando a importância econômica e não apenas social dessa categoria de produtores.

Nessa perspectiva, o CNPq, dentro de sua missão institucional, iniciou uma série de articulações com lideranças da comunidade científica e tecnológica e técnicos de organizações públicas e privadas ligados ao meio rural para definir uma estratégia de ação em apoio à agricultura familiar. Assim, estabeleceu um Protocolo de Cooperação Técnica com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, com a intervenção do Incra e da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). Esse instrumento proporcionou as bases de um trabalho conjunto, culminando com a elaboração de um Documento Básico norteador, com uma proposta de várias linhas de ação. Essas linhas de ação foram aprofundadas e legitimadas num Seminário Nacional⁵ promovido pelo CNPq, com a participação ampla de representantes de entidades, pesquisadores, estudiosos e lideranças do setor da agricultura familiar. A partir daí, foram realizadas reuniões técnicas especializadas com o objetivo de definir linhas temáticas de pesquisa em áreas consideradas prioritárias para a adaptação da

⁴ Diretriz estabelecida no Plano Plurianual - PPA 2000/2003.

⁵ Seminário Nacional promovido pelo CNPq, realizado em 8 e 9 de maio de 2001, em Brasília, sob o título "Novos Conhecimentos e Novas Capacidades para Inserção Econômica da Agricultura Familiar".

agricultura familiar às novas exigências do mercado. Ao mesmo tempo, propôs novos caminhos para a organização da pesquisa, incentivando a formação de redes interinstitucionais, definindo as suas prioridades a partir de um maior entrosamento com grupos específicos de produtores, associações de agricultores e principais lideranças rurais.

Com base nessas discussões, foram estabelecidas as seguintes linhas temáticas para o apoio à realização de estudos e projetos de P & D:

- a) Sistemas de produção específicos para pequenas propriedades, adequados às novas exigências de qualidade, meio ambiente, agroecologia e produtos orgânicos;
- b) Viabilização técnica da pequena agroindústria;
- c) Legislação, normalização e certificação;
- d) Estudos de modelos organizacionais e das especificidades dos mercados;
- e) Atividades rurais não-agrícolas, multifuncionalidade e desenvolvimento local.

Em seguida, foram estabelecidas as seguintes características desejáveis dos projetos:

- Concepção e execução dos projetos de forma participativa com os agricultores familiares;
- Parceria multiinstitucional e interdisciplinaridade;
- Capacidade técnica e infra-estrutura apropriada;
- Competência da equipe, orçamento adequado e qualidade técnica do projeto;
- Aplicabilidade dos resultados;
- Impacto e relevância.

De acordo com essas orientações, foi lançado o Edital CNPq/COAGR 004/2001, o qual gerou uma demanda de 353 projetos referentes a estudos e projetos de P&D. Desta demanda, 139 projetos foram julgados favoravelmente, priorizando-se a contratação de 72 projetos, num valor da ordem de R\$ 6 milhões, sendo R\$ 4 milhões referentes a custeio e capital para auxílio à pesquisa e R\$ 2 milhões referentes à concessão de bolsas de fomento tecnológico. Esses projetos contemplam instituições de pesquisa, universidades e **ONGs** em parcerias com organizações de produtores e entidades de extensão rural, distribuídos segundo as diferentes regiões do país, linhas temáticas e tipos de instituição, conforme abaixo:

Por Região:

Região Norte: **11** projetos; Região Nordeste: **12**; Região Sudeste: **25**; Região Sul: **15** e Região Centro-Oeste: **9**

Por Linha Temática:

Linha temática 1: **37** projetos; Linha temática 2: **13**; Linha temática 3: **5**; Linha temática 4: **7** e Linha temática 5: **10**

Por tipo de instituição:

Universidade/Centro de ensino: **34**; Entidade de Pesquisa e extensão rural: **27**; Organização de Desenvolvimento: **1**; Organizações do Terceiro Setor: **10**

4. Participação das ONGs e sua importância nos Projetos de CT&I na Agricultura Familiar

A participação das ONGs, como proponente direta de projetos de C&T, mostrou-se ainda pequena, com uma representação de 37 projetos demandados, dentro de uma demanda global de 353. Desses, foram contratados pelo CNPq 10 projetos de um total de 72 aprovados. Vale ressaltar, entretanto, que a participação das ONGs cresce muito como entidades parceiras e colaboradoras, achando-se muitas dessas organizações presentes na

co-participação dos estudos e projetos, desempenhando atividades fundamentais na capacitação, transferência de tecnologias e difusão dos resultados junto às comunidades dos produtores familiares. Eis a relação dessas principais organizações não-governamentais:

- Alternativas Orgânicas para Produção Sustentável de Alimentos pela Agricultura Familiar do Nordeste Paraense (Apagri)
- Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)
- Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica
- Associação Catarinense de Aqüicultura (ACAq)
- Associação Comunitária Projeto Rio Pardo (AM)
- Associação de Agricultura Natural de Campinas
- Associação de Agricultura Orgânica de São Paulo (AAO)
- Associação de Desenvolvimento Agrícola dos Minis e Pequenos Agricultores de Abaetetuba (PA)
- Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar)
- Associação de Pequenos Produtores Rurais da Agroindústria Caseira de Juiz de Fora (MG)
- Associação de Produtores Orgânicos – Horta e Arte
- Associação de Produtores Orgânicos de Piracicaba
- Associação do Povoado Olho D'água das Guaribas e das Comunidades Boi Manso, Pau D'Arco e Caxingó no Piauí
- Associação dos Assentados de Canudos (GO)
- Associação dos Pequenos Agricultores do Assentamento Riacho das Ostras
- Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (Apaeb)
- Associação dos Pequenos Produtores Rurais 12 de Outubro, Itapira (SP)
- Associação dos Produtores e Processadores de Leite do DF (Aproleite)
- Associação dos Produtores Rurais de Paulo Lopes (APRPL)
- Associação dos Produtores Rurais do Município de Mallet (PR)
- Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema)
- Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM)
- Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), Vale do Jequitinhonha (MG)
- Centro de Apoio ao Pequeno Produtor (Capa) (PR)
- Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia (Terra Viva)
- Centro de Formação e Pesquisa "Ernesto Guevara" (PR)
- Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM)(MG)
- Federação das Associações e Entidades para o Desenvolvimento do Semi-Árido (Faesa)
- Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) (AM)
- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) (PA)
- Fundação Mokiti Okada
- Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) (PA)
- Instituto do Homem para o Apoio ao Desenvolvimento Local Sustentável (MA)
- Instituto Socioambiental (ISA)
- Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi) (AM)
- Rede Ecovida de Agroecologia (Ecovida)

Acredita-se que as diretrizes atuais do MCT, estabelecendo critérios para o estímulo a projetos de inclusão social e condições para representação das ONGs nas instâncias de julgamento e aprovação de projetos, vão fortalecer a inserção do Terceiro Setor no Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, proporcionando um aumento na demanda de projetos pelas ONGs.

Vale esclarecer que as ONGs têm-se destacado como uma grande fonte de novos conhecimentos e novas capacidades, sobretudo no que diz respeito às seguintes questões:

- desenvolvimento de processos tecnológicos e sistemas produtivos adequados aos pequenos e microempreendimentos rurais e à produção em pequena escala.
- sistemas de produção diversificados para pequenas propriedades.
- Incorporação dos saberes acumulados pelos agricultores, em associação com uma visão integrada da produção agropecuária, levando-se ainda em consideração a harmonia com o meio ambiente.
- novos conhecimentos e capacidades em agroecologia, agricultura orgânica, desenvolvimento local e valorização dos recursos humanos e naturais da região.
- desenvolvimento de novas metodologias de assistência técnica e extensão rural e de aprendizagem sobre práticas agrícolas e dinâmicas de ação coletiva.

As ONGs vêm se tornando parceiros técnico-científicos muito eficientes no desenvolvimento do meio rural e não simplesmente um elo de contato com o setor produtivo. Ressalte-se que grande parte das técnicas de produção da agricultura orgânica e de produtos artesanais têm sido aprimoradas fora do âmbito da comunidade acadêmica e dos centros de pesquisa, graças à ação muito efetiva das organizações do Terceiro Setor.

Em caráter complementar às medidas que o MCT vem tomando, outras providências deveriam ser tomadas visando o melhor conhecimento sobre a atuação das ONGs, tais como:

- Criação de um Cadastro com informações atualizadas onde deve constar: ata de criação, estatuto, registro em cartório, composição da Diretoria, descrição da equipe técnica.
- Cadastramento das equipes técnicas no Currículo Lattes do CNPq.
- Antecedentes do seu trabalho, resultados e produtos já obtidos, tecnologias transferidas.
- Infra-estrutura de funcionamento, laboratórios, serviços prestados.
- Parcerias estabelecidas com entidades públicas e privadas.

5. Conclusão

Dentro deste novo quadro econômico e institucional, em que o Governo elegeu a inclusão social como uma de suas grandes prioridades, as organizações do Terceiro Setor passam a exercer um papel fundamental no desenvolvimento científico e tecnológico, contribuindo com sua estrutura ágil e suas dinâmicas eficientes de ação coletiva para o desenvolvimento sustentável do meio rural. As metodologias participativas utilizadas pelas ONGs, nas pesquisas e nos processos de capacitação e difusão tecnológica, mostram-se como alternativas adequadas para o atendimento às políticas públicas, com o objetivo de tornar os agricultores mais capacitados e responsáveis pelo gerenciamento das suas próprias atividades produtivas, dentro das novas condições de inserção econômica e social, melhorando a qualidade de vida de suas famílias".

John Wilkinson

O Professor John Wilkinson, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, iniciou sua fala afirmando que "esse Programa de Ciência e Tecnologia de Apoio à Agricultura Familiar incorpora uma visão distinta da relação entre C&T formal e os conhecimentos que existem na agricultura familiar, nas comunidades locais, como também do papel da participação das ONGs e do Terceiro Setor, em geral, na geração de conhecimentos científicos".

Para ilustrar essa abordagem, utilizou como exemplo um programa que o CNPq apóia para defender e validar a produção artesanal de queijos em Minas Gerais.

“Nesse caso, trata-se de dezenas de milhares de pequenos produtores de queijos, atualmente em uma situação de informalidade e clandestinidade, e produzindo em condições que representam problemas para a inocuidade dos produtos em relação aos legítimos interesses dos consumidores. Há, portanto, uma iniciativa, envolvendo estes produtores nas regiões montanhosas de Minas Gerais, em tentar validar as práticas artesanais de produção de queijos, de uma maneira condizente com as exigências da sociedade moderna e dos consumidores e, ao mesmo tempo, numa forma que legitime e consolide a economia local dos produtores dessas regiões”.

Relatou a participação de ONGs, em particular de uma ONG francesa, chamada “Groupe Fert”, das cooperativas dos produtores de queijos, do setor público, do Legislativo, da associação de consumidores, das universidades e pesquisadores. A ciência, nesse caso, “enraiza-se nesse movimento cívico, social, tentando achar soluções para viabilizar atividades tradicionais nos contextos novos, o que exige inovação, novos conhecimentos, os quais não são conhecimentos abstratos da universidade, mas surgem da aplicação de conhecimentos à prática desses agricultores e às suas estratégias de sobrevivência. O desafio é que não se trata simplesmente de adotar ou aplicar as práticas industriais de inocuidade dos produtos aos queijos, mas de partir das práticas dessas comunidades de produtores e garantir a inocuidade dos produtos, mantendo a confiança dos consumidores.

Professores na Universidade de Viçosa e de Minas Gerais estão elaborando metodologias e protocolos específicos para a legitimação e validação de práticas artesanais. Não se está simplesmente trazendo a grande ciência às comunidades, mas está, inclusive, se invertendo isso, utilizando conhecimentos a serviço das legítimas práticas artesanais e tradicionais de comunidades. Esse é um dos caminhos para a ciência. A ciência, hoje, não é uma atividade auto-suficiente, mas uma forma de conhecimento legítimo entre um conjunto de formas de conhecimento, entre os quais há lugar para o conhecimento leigo, local, baseado na tradição, e na observação. Estes são componentes tão válidos quanto quaisquer outros, na construção de novos conhecimentos relevantes para o desenvolvimento econômico e local, mesmo em relação aos conhecimentos produzidos em laboratórios”.

Indicou que o futuro da ciência, neste sentido, “é uma integração de conjuntos de conhecimentos e práticas que abrem o laboratório para as comunidades locais e desenvolvem inovações a partir do que se denomina, hoje, de redes sócio-técnicas, inovação no sentido mais amplo, o que envolve práticas sociais, conhecimentos locais e os conhecimentos codificados da comunidade acadêmica. O Programa em questão está tentando desenvolver iniciativas nesse sentido”.

IV. Conclusão

Síntese dos resultados dos debates

Durante o Segundo Seminário, os participantes se dividiram em sete grupos de 13 a 15 integrantes e, no final dos trabalhos, dois grupos se fundiram aos demais, perfazendo um total de cinco equipes. A composição desses grupos procurou garantir que pessoas de diferentes áreas de atuação, de diferentes regiões do país, pudessem debater o roteiro de questões proposto (conteúdo do quadro ao lado). Houve duas reuniões dos grupos que escolheram um relator um coordenador. O resultado dessas reflexões consta como anexo deste relatório, tal e qual apresentado à plenária, no dia 1º de agosto. A seguir, esboçamos uma síntese que busca elucidar como os grupos aprofundaram as questões que já haviam sido tema dos debates do Primeiro Seminário. Ao analisar os enunciados dos participantes, vimos que as equipes convergiram para constatações, sugestões, questionamentos, críticas e, até mesmo, contradições comuns.

Questões propostas aos grupos

- Como as ações das ONGs, no âmbito da CT&I contribuem para o desenvolvimento de suas atividades, de sua missão? Exemplos.
- Que estratégias poderiam ser utilizadas para impulsionar as ações das ONGs no âmbito da CT&I?
- Quais desafios institucionais devem ser superados para alavancar/impulsionar as ONGs como produtoras de conhecimento?
- Qual pode ser a contribuição das ONGs na geração de subsídios para "políticas públicas", especialmente nas relativas à CT&I?
- Quais articulações podem derivar do encontro?
- Quais os possíveis temas que podem e merecem ser aprofundados?
- Os instrumentos existentes para o financiamento de atividade de CT&I são adequados para organizações como

e

Produção e democratização do conhecimento

"A geração do conhecimento em países em desenvolvimento não está focada na fronteira do conhecimento, e sim no sentido do conhecimento mais próximo da realidade local". Essa observação de grupo revela a essência do que se convencionou chamar de Movimento Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) que desde os anos 70 busca privilegiar as seguintes ações:

1. estimular a comunidade científica a incorporar a dimensão social em sua agenda de pesquisa;
2. formar jovens cientistas, professores do ensino médio e engenheiros capazes de criticar a visão neutra e determinista da C&T;
3. estudar processos de construção social da ciência;
4. divulgar formas de tecnologia alternativa mediante publicações, bancos de dados e assessoria;
5. capacitar os movimentos sociais para participar da elaboração da Política de C&T e
6. promover uma postura crítica na divulgação e democratização da ciência.

Todas essas orientações estiveram presentes nos debates do seminário. No que se refere à produção e democratização do conhecimento, foi observado que a demanda por conhecimento é a força propulsora da CT&I. Houve quem criticasse que alguns pesquisadores busquem arduamente fabular temas de pesquisa, como se a realidade brasileira não estivesse, por si só, repleta de demandas e lacunas de conhecimento.

Nessa linha de raciocínio, foi muito criticado o declínio e pouca valorização dos trabalhos de extensão, elo importante entre as comunidades e universidades. Consideraram-se igualmente importantes os conhecimentos produzidos por ONGs, academia e empresas: “O que falta é o instrumento que faça a interseção desses conhecimentos, a principal lacuna é a interface”.

Apontaram-se os arranjos institucionais como ponto chave para o desenvolvimento de articulações dos diversos conhecimentos gerados e promoção de redes que incluam os diferentes atores nos países em desenvolvimento.

Conceitos e papel da inovação tecnológica

Os representantes do Terceiro Setor utilizam o termo inovação com uma acepção mais próxima da que existe no Aurélio – “ato ou efeito de inovar”... . Inovar é “introduzir novidade em, tornar novo, renovar”, ou ainda, como diria Simon Schwartzman, “isso significa que algo é incrementado, alguém melhorou um processo” e pergunta: “como é que se faz isso?” “A ampliação desse conceito resulta na importância de se ter uma população competente, tanto na educação básica, secundária e técnica, ou seja, competente de maneira generalizada”, ele mesmo responde⁶.

Uma das constatações do encontro foi a de que em meio à diversidade de ONGs, “é difícil definir qual é o papel da inovação”. Entre os exemplos citados, existe o do Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semi-Árido: um milhão de cisternas rurais (P1MC), em que se identificou uma inovação. Esse programa originou-se na iniciativa de um pedreiro que voltou de São Paulo, onde construía piscinas, para o Nordeste e introduziu uma inovação na sua comunidade, que passou a usar o conhecimento disseminado por esse indivíduo para fazer cisternas de placas. Também usam a palavra inovação quando se referem às ONGs de microcrédito. Os participantes as apontaram como inovação de gestão. Os que consideraram “difícil definir qual é o papel da inovação no universo das ONGs”, observaram que a consideram “fundamental para a realização dos trabalhos”.

Contudo, a inovação referenciada no trinômio CT&I, tem um universo conceitual diverso. Segundo Elói Garcia, o entendimento que a população tem do termo inovação tecnológica é algo “confuso” pois o “nível de inovação tecnológica é avaliado pelo “índice de inovação”, que é derivado dos gastos e do número de doutores e engenheiros envolvidos em pesquisa e desenvolvimento, do nível educacional da sociedade, da proteção da propriedade intelectual, do PIB e de políticas comerciais”⁷. Garcia acrescenta, ainda, que “não existe relação direta entre o nível de inovação tecnológica de um país e sua ciência”.

Com esse entendimento, as recomendações para se consolidar uma política industrial de sucesso são de que “uma potente política tecnológica e de inovação deveria estar centrada no apoio à P&D realizadas nas empresas”⁸, com a ressalva, “sem desdenhar a importância das associações entre empresas, universidades e institutos de pesquisa”.

Vê-se que, nesse contexto, inovação tecnológica ainda não se aproxima do Terceiro Setor e do conceito de tecnologia social. Um dos participantes sugeriu que o Terceiro Setor seja incluído na Lei de Inovação, pois não é considerado um ator. Como estabelecer critérios e metodologias que possibilitem constatar se a inovação também ocorre no Terceiro Setor? Como identificá-la, qualificá-la, mensurá-la e incentivar sua reprodutibilidade?

Conceitos, representatividade e legitimidade

⁶ Papel e Inserção do Terceiro Setor no Processo de Construção e Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia e Inovação. Relatório do primeiro seminário, pág. 55.

⁷ GARCIA, Elói. Ciência, invenção e inovação. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 de julho de 2002.

⁸ GUIMARÃES, Reinaldo. Fundos Setoriais – para onde caminhar. Versão eletrônica do **Jornal da Ciência** da SBPC, São Paulo, 17 de julho de 2002.

“Soluções simples, de baixo custo, com resultados comprovados e que podem ser aplicadas em diferentes comunidades que convivem com os mesmos problemas sociais”, eis uma conceituação que a Fundação Banco do Brasil atribui ao termo Tecnologia Social.

Por outro lado, a preocupação com a conceituação e o entendimento sobre o que vem a ser Tecnologia Social, justifica-se, quando se vê publicado na imprensa um testemunho como o do físico Rogério Cezar Cerqueira Leite: “É tão fácil ao devoto realizar os desejos do altíssimo. Basta desviar recursos financeiros para programas inócuos, para fantasias inférteis, como as tais tecnologias apropriadas e o indecifrável projeto de ‘Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social’. Nessa área, foram alocados recursos suficientes para aumentar em 50% o orçamento dos 22 institutos do MCT. Inclusão social não se faz com ciência e tecnologia, mas com distribuição de renda, com criação de empregos e desenvolvimento econômico – portanto com ciência e tecnologia aplicadas aos meios de produção.”⁹

Fazer uma ponte entre os conceitos da academia, os conceitos do Terceiro Setor e todo um universo de significantes que habitam os indivíduos, é um acontecimento cultural. No cenário internacional, o governo da China fixou uma meta ambiciosa de, até o ano de 2049, fazer com que todos os cidadãos do país tenham um nível básico de conhecimento que lhes permita aplicar a metodologia científica na solução de problemas cotidianos. “Hoje, apenas 1,4% dos 1,3 bilhão de chineses atingiram esse patamar de discernimento. Na Europa, são 4,4%; nos Estados Unidos, 6,9%, e, no Brasil, não há dados semelhantes. A Associação Chinesa de Ciência e Tecnologia está desenvolvendo critérios para classificar o grau de conhecimento científico da população e elaborar planos de ação para atingir os diferentes grupos sociais do país.”¹⁰

Indagaram sobre a representatividade do grupo e dos critérios que devem ser utilizados para garanti-la e assegurar a legitimidade e a coesão do grupo. Foi esclarecido que os critérios de seleção, até então adotados, demarcaram aquelas instituições que pautam em suas ações e nos seus estatutos o objetivo de desenvolver pesquisas, estudos e conhecimentos. Esses critérios também foram utilizados para efetuar a seleção dos que participaram da pesquisa realizada pelo ITS, com financiamento da Finep e participação da Unicamp, sob o título “Diretório da Pesquisa Privada – estudo sobre as organizações do Terceiro Setor”.

Alguns participantes do seminário alertaram para o fato de o Terceiro Setor não ser sinônimo de organização não-governamental. As preocupações com a representatividade e legitimidade têm também uma repercussão maior com a formação do Grupo de Trabalho para elaborar propostas de formas e mecanismos para a construção de parcerias entre o MCT e as organizações do Terceiro Setor, conforme estabeleceu a Portaria nº 602, publicada no Diário Oficial da União em 26 de agosto de 2003.

A comunicação é vista como primordial para que as diversas esferas de participação ganhem capilaridade nas instituições de origem dos participantes, seja por meio de uma revista ou boletim sobre as atividades em curso, seja por meio de programas de rádio e TV, publicações eletrônicas, encontros e seminários.

⁹ LEITE, Rogério Cezar de Cerqueira. Alcântara e o servilismo voluntário. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 de agosto de 2003. Tendências e Debates.

¹⁰ Ciência para 1 bilhão de chineses. **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, número 90: 10, ago. De 2003. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br>

Parceria com o governo e participação na elaboração de políticas públicas

Essa porta que se abre no Governo Federal, para apoiar os movimentos do Terceiro Setor, gera expectativas e, ao mesmo tempo, uma espécie de sinal de alerta entre naturezas que historicamente não se coadunam, como afirmou o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc): "Essa confiança na capacidade da nova classe dirigente é importante para a definição de estratégias e táticas de atuação do movimento social, que deve se manter atuante e crescer durante o mandato de Lula, mas não considerar-se adotado pelo governo ou mesmo eleito como um parceiro preferencial. O movimento social não pode se transformar num braço administrativo auxiliar do Governo Federal."¹¹

A estratégia sugerida pelo Inesc, para os movimentos sociais, aponta quatro estágios recomendáveis para o encaminhamento dos pleitos:

1. definir uma agenda clara de demandas, projetos e programas;
2. definir os interlocutores no Governo Federal;
3. extrair compromissos específicos, com prazos determinados;
4. cobrar resultados, reconhecer êxitos e criticar fracassos.

O que não se pode perder de vista, no dizer de um participante do seminário, é que "a falta de visibilidade de políticas públicas impactando sobre o indivíduo é um indicador de falta de cidadania".

No primeiro Seminário, promovido entre ABC, ITS e Terceiro Setor, esse tema foi abordado na apresentação de Luiza Erundina, que descreveu a Comissão Permanente de Legislação Participativa, considerada um passo à frente no quesito participação e intervenção da sociedade civil organizada e que vem estimulando iniciativas semelhantes em alguns Legislativos estaduais e municipais. Porém, ainda não responde ao anseio das comunidades de se verem representadas o que equivale a constatar uma crise de representatividade da sociedade em um sistema democrático de governo.

No sistema nacional de CT&I é importante que o Terceiro Setor busque ocupar os espaços que estão disponíveis para a sua participação, visualize os seus representantes e busque articular propostas e formas de interferir na elaboração de políticas públicas. Seja buscando interferir na elaboração do Plano Plurianual (PPA), seja participando nos conselhos consultivos das agências de fomento, como é o caso da Finep e CNPq, e também nos comitês gestores dos Fundos Setoriais, e demais instituições que se dediquem ao tema.

A presença dos membros do Terceiro Setor facilitaria aos formuladores de fomento tecnológico, a incorporação "à sua agenda de preocupação, da concepção de programas especiais destinados ao enfrentamento dos problemas marginalizados pelo 'mercado'"¹² ou daqueles negligenciados pelas bancadas do Legislativo, pelas decisões do Executivo, do Judiciário e, também, por falta de articulação mais ampla da sociedade civil organizada com as diversas instâncias de poder, bancos de soluções e fontes de financiamento, conforme se demonstrou possível nas iniciativas de sucesso narradas durante este Segundo Seminário.

¹¹ O Inesc e a agenda brasileira 2003/2006. Brasília, abril de 2003, pág. 11.

¹² FURTADO, João. Razões, objetivos e instrumentos da participação do Terceiro Setor no Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Uma contribuição para a 2ª reunião do grupo de trabalho MCT/Terceiro Setor.

Ciência útil; ciência não-útil

Embora constata-se um avanço, em relação ao seminário anterior, quanto à questão do reconhecimento de que o Terceiro Setor é produtor de conhecimento, alguns membros do setor acadêmico ponderam que diante das discussões é preciso lembrar que a tecnologia para solucionar os problemas que afligem a sociedade brasileira já estão disponíveis, a questão é de sua apropriação. Também se fez a ressalva de que o debate pode estar enveredando por uma caracterização de "ciência útil" e "ciência não-útil", o que seria infrutífero, dado que muitas descobertas da ciência não apresentaram uma utilidade imediata. Com o passar do tempo e estudos complementares é que descobriram-se aplicações úteis para os seres humanos, como foi o caso, por exemplo, do laser.

"A ciência não pode propor fins à ação prática"¹³, assim é expressa a distinção da atuação do cientista e a do político, que aparece na conceituação de pensadores e estudiosos do poder. Esse aspecto esteve incluído no ideário do primeiro Seminário, ao se mencionar Robert Merton, que defendia que os cientistas só deveriam prestar contas aos seus pares; e o físico norte-americano, J. Robert Oppenheimer que declarou: "para a ciência, a idade da inocência acabou". O uso da bomba atômica gerou todo um movimento de militância para que se exercesse um controle social para que C&T revertissem, exclusivamente, em benefícios para toda a humanidade.

Sobre um processo de interferência seletiva no apoio à pesquisa, em que há manifesta preocupação com a utilidade, a experiência recente de uma comunidade do Reino Unido, tem uma proposição inovadora e de interação estreita entre academia e sociedade civil organizada. Trata-se do programa Pesquisa de Qualidade em Demência (www.qrd.ion.ucl.ac.uk), que de certo modo "inverteu o sistema tradicional de seleção de projetos de pesquisa para financiamento. A noção de base é que a comunidade de pacientes, familiares e profissionais de saúde diretamente afetados pelo mal de Alzheimer tem algo a dizer sobre as pesquisas que gostaria de ver realizadas.

O programa não dispensa a 'peer review', apenas a acopla com um sistema paralelo. Para começar, toda proposta de pesquisa tem de ser submetida em termos compreensíveis por leigos – o que deve deixar muitos cientistas de cabelos em pé, mas não a ponto de fazer com que desistam dessa fonte de financiamento", relata Marcelo Leite¹⁴. "Num primeiro passo, uma rede de 150 leigos montada pela Sociedade Alzheimer faz uma pré-seleção das pesquisas prioritárias para a comunidade. Entram então em cena os especialistas, para examinar o mérito científico das propostas pré-selecionadas, mas sem ter a palavra final. Ela só é proferida por um painel de concessão de verbas que é paritário (metade cientistas, metade leigos). Parece populismo, mas não é."

Arranjos produtivos locais

Citado pela Revista Newsweek como um dos dez projetos mundiais de relevância, o algodão colorido, desenvolvido pela Embrapa de Campina Grande (PB), é uma das muitas iniciativas brasileiras de sucesso, cujo trabalho envolve os municípios, ONGs, Estados e uma instituição pública de pesquisa, a Embrapa, em toda a cadeia produtiva que vai do agricultor até a exportação do produto.

Como alguns participantes propõem que se faça um recorte das experiências relevantes que subsidiem modelos, o universo dos arranjos produtivos parece ser um dos mais ricos elementos de incremento de inovações e promotores de desenvolvimento, espaço propício às atividades de extensão universitária e interface mediadora e aberta ao Terceiro Setor, como ilustra a apresentação de Telmo Araújo, Secretário de Planejamento de Campina Grande e do Conselho Municipal de C&T.

¹³ NUNES, Celeste Stefaisk. Diferenças fundamentais e metodológicas. As análises de poder em Marx e Weber (coord. de Vilma Figueiredo).

¹⁴ LEITE, Marcelo. Ciência em Dia: Muito além dos laboratórios. Folha de São Paulo, 23 de março de 2003.

O Fundo Verde Amarelo foi cogitado como espaço de financiamento que abranja também projetos oriundos ou em parceria com o Terceiro Setor.

Capacitação e avaliação

A capacitação de recursos humanos para atuar no Terceiro Setor foi ressaltada como um desafio a ser enfrentado e de suma importância para a qualidade dos trabalhos empreendidos por essas instituições, especialmente as que trabalham com pesquisa e disseminação de conhecimentos.

Afirmação do Terceiro Setor no escopo do sistema de CT&I

“Uma pequena retrospectiva sobre o tema Ciência, Tecnologia e Inovação mostra que no início, na criação do CNPq, o debate centrava-se, sobretudo, na Ciência. Mais tarde, mencionava-se Ciência e Tecnologia. Atualmente, discute-se Ciência, Tecnologia e Inovação. No futuro, talvez se diga Ciência, Tecnologia, Inovação e Felicidade Humana, o que configura um progresso verbal, se não real. Infelizmente, o mero agregar de palavras ao tema não agrega automaticamente soluções. Em todo caso, é indicativo da disposição de buscá-las.”¹⁵

Os dizeres do professor da Universidade Federal do Ceará, por ocasião da Conferência Nacional de CT&I, captam a necessidade premente de se promover CT&I como elementos fundamentais para o desenvolvimento social e humano da Nação brasileira.

Os dois seminários, realizados em 2002 e 2003, fruto da parceria entre o ITS e a ABC, com foco no papel e inserção do Terceiro Setor no processo de construção e desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação, encerram o mesmo teor de reflexão. Buscaram fomentar a participação, interação, reflexão coletiva e ações conjuntas entre instituições da sociedade civil organizada, universidades, setor público e privado para replicar soluções duráveis, estimular iniciativas de sucesso e antever oportunidades de inserção de CT&I para o desenvolvimento e bem-estar das pessoas em suas respectivas comunidades.

Entre vários enunciados sobre uma nova visão de mundo e questionamentos sobre mudanças e novas atitudes que devem ser empreendidas, somam-se os debates sobre uma renovação de percepções sobre CT&I.

Tal preocupação com as demandas da sociedade também esteve presente no Fórum Social Mundial e, posteriormente, na reunião anual da SBPC, realizada em julho de 2003, cujo tema foi “Educação, Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social”, ressaltando questões pertinentes à educação e conhecimento como elementos determinantes do grau de desenvolvimento das nações. Como previu Tarcísio Pequeno, na citação acima, os conceitos de Ciência, Tecnologia e Inovação aproximam-se cada vez mais de discursos e práticas que se reportam a valores humanos, à incessante busca por felicidade.

¹⁵ PEQUENO, Tarcísio. Simpósio 5 – Sociedade da Informação. Parcerias Estratégicas. Memória da Conferência Nacional de CT&I, edição especial, volume 2, pág. 341. Brasília, junho de 2002.

V. Anexos

Trabalhos dos grupos

Tópicos abordados no grupo 1 (Grupo vermelho)

1. Articulações que vão derivar do encontro:

- Definições do papel do Estado e das ONGs.
- Ampliação das relações entre ONGs (redes).
- Aumento da mobilização, como seminários e fóruns.
- Discussão do modelo de extensão e divulgação do conhecimento.
- Articulação em políticas públicas de CT&I.

2. Possíveis temas que podem ser aprofundados:

- Debate sobre o novo Código Civil e suas implicações.
 - Definição do papel do Estado, das ONGs e seus articuladores.

3. Exemplos de contribuições das ONGs em CT&I

- Projeto de queijos, relatado pelo Prof. John Wilkinson, da UFRRJ.
- Restauração florestal do pontal do Paranapanema, relatado por Cláudio Pádua do Ipê.
- Saneamento básico em Petrópolis, relatado por Valmir Fachini, do Instituto Ambiental.
- Reciclagem de alumínio, relatado e mostrado em vídeo pelo representante da Fundifran.

4. Estratégias que podem ser utilizadas:

- Linhas de fomento sem burocracia.
- Redução de custos para prévio envio de projetos.
- Promoção de sistemas de avaliação para o Terceiro Setor.
- Possibilidade de trabalhar com organismos ou organizações não-formais.
- Incentivo à representação de ONGs nos órgãos de fomento.
- Criação de linhas de ações apropriadas e critérios específicos para os projetos das ONGs.

5. Desafios institucionais:

- Adequar os pesquisadores nas ONGs.
- Disponibilizar recursos.
- Divulgar e difundir projetos e programas.

6. Os atuais instrumentos de financiamento são adequados para ONGs ?

- Não, pois não existem linhas específicas.
- Linhas abertas não são utilizadas, como Fust e registro Fapesp.

7. Contribuições das ONGs:

- Sugestão de leis específicas para ONGs.
- Novos fóruns e seminários específicos em CT&I.
- Participação ou criação de um comitê de CT&I com a participação da sociedade civil organizada.
- Critérios e decisões na alocação de recursos públicos para pesquisa, política e desenvolvimento.

Tópicos abordados no grupo 2 (Grupo verde-amarelo)

1. A CT&I contribui para a instrumentalização e sistematização dos projetos?

- As ONGs têm um papel de aproximar a sociedade, e suas necessidades, da esfera política formal.

2. As estratégias para potencializar as ações dos projetos são:

- Articulação entre OSCs, universidades e poder público.
- Valorização da Tecnologia Social como um instrumento de ação que pode contribuir para a construção de políticas públicas.

3. Divulgação das ações em Tecnologia Social:

- Exemplo: criação da "Revista Nacional de Tecnologia Social", sob os auspícios das OSCs.
- Valorização do pesquisador informal.

4. Planejamento das ações de políticas públicas no diálogo com a sociedade:

- Geração de indicadores para políticas públicas.
- Participação na construção das políticas públicas e sua negociação.

Tópicos abordados no grupo 3 (Grupo azul escuro)

1. “Nosso **objetivo** foi partilhar o processo de discussão, que teve a intenção de ser diferente, ‘holístico’. Tentamos entender a lógica e o encadeamento das questões. Resolvemos não responder à primeira questão por tratar-se de uma resposta muito óbvia. As ações das ONGs no âmbito da CT&I já contribuem para o desenvolvimento de suas atividades e de sua missão.

Percebemos que, à medida em que íamos respondendo, chegávamos à conclusão que as respostas já eram aquelas do seminário do ano passado. Refletimos que isso foi provocado por um hiato entre o passado (maio de 2002) e o presente (agosto de 2003). Nós nos colocamos no lugar das ONGs sem recursos e sem facilidades de comunicação.

Propusemos fazer um exercício para termos mais clareza de conceitos, ou seja, responder o que é ONG? Quem somos? Onde atuamos?

2. **Estratégias que poderiam ser utilizadas para impulsionar as ações das ONGs no âmbito da CT&I?**

- Despertar as ONGs para terem CIÊNCIA E “COM-CIÊNCIA” de que produzem CT&I.
- Criar, desenvolver, ampliar, COM a população e não PARA ela. Há o discurso de que interagimos com a população; mas falta uma construção coletiva.
- Criar uma política de divulgação das CT&Is, não em forma de publicações, de livros, mas sim em forma de vídeos, oficinas, vivências, palestras, diálogos.
- Ligar as redes que já existem. Ampliar a democratização, disseminação, socialização para a construção do desenvolvimento social, disponibilizando teorias, práticas e vivências. Pregamos o “aproveitamento” da abertura do governo (MCT) para agir conjuntamente. Ter a clareza de COMO isso será feito.

3. **Quais desafios institucionais devem ser superados para alavancar/impulsionar as ONGs como produtoras de conhecimento?**

-Entendemos os desafios institucionais de duas formas:

- Instituições, enquanto ONGs.
- Dificuldades financeiras, de captação de recursos e financiamentos;
- Diferençar e esclarecer conceitos e identidades; não colocar instituições diferentes em uma mesma definição;
- Ter consciência do todo, da totalidade da existência dessas organizações.

4. **Qual pode ser a contribuição das ONGs na geração de subsídios para “políticas públicas”, especialmente nas relativas à CT&I?**

- A contribuição das ONGs para a geração de subsídios para políticas públicas já existe, o que falta é a COMUNICAÇÃO sobre a geração desses subsídios. Sugere-se a criação de mecanismos de MEDIAÇÃO.

5. **Sugestões:**

- Fazer uma pesquisa maior, dizendo quem somos, onde estamos, atuação e contatos, determinando quais instituições são representantes dos vários setores: públicos, privados e cooperativos.
- Saber como se relacionar com o MCT, para obter outros recursos e produzir conhecimentos, para sistematizar o conhecimento. Criar um GT dentro do MCT para operacionalizar e fazer pontes entre as comunidades, as ONGs e as instituições financiadoras.
- Estimular a sociedade a se apropriar da tecnologia.

Tópicos abordados no grupo 4 (Grupo marrom)

- MEDIAÇÃO
- AVALIAÇÃO
- EXTENSÃO
- PARTICIPAÇÃO

MEDIAÇÃO

Valorizar mecanismos e processos de mediação entre organizações civis e a comunidade de pesquisa (institutos e universidades), por meio de:

- Capacitação
- Difusão de informações
- Facilitação de acesso a conhecimentos e recursos.

AVALIAÇÃO

Instituir, por meio de política pública, instrumentos de acompanhamento e avaliação,

- compreendendo a necessidade de aprimorar indicadores adequados ao desenvolvimento social e a processos locais; e
- prevendo recursos para tal finalidade.

EXTENSÃO

Reinventar a extensão científica e tecnológica como *locus* privilegiado de interface com a sociedade, favorecendo:

- a transferência de conhecimentos;
- a identificação de demandas; e
- abreviando o tempo que levam a inovação e a tecnologia social para impactar positivamente as comunidades.

PARTICIPAÇÃO

Instituir mecanismos para tornar efetiva a participação da sociedade civil no processo de formulação e implementação de políticas públicas nas áreas de C T&I, destacando que:

- presença não é participação.

Tópicos abordados no grupo 5 (Grupo azul claro e preto)

As questões foram focadas sobre ONGs, no entanto, o grupo entende ser importante problematizar as respostas para outras organizações do Terceiro Setor.

Questão 1

- O uso de tecnologias – sejam elas produzidas na academia, desenvolvidas pelas próprias OTS ou mantidas sob a forma de conhecimento tradicional – e a construção de mecanismos criativos e efetivos de indução, fixação ou atendimento de demandas compõem o arco de atuação das OTS.
- A implementação de melhorias ambientais e socioeconômicas solidárias é o seu objetivo.
- Para efetivar este objetivo, usando aquelas ferramentas, a conjugação de ações de CT&I, privilegiando arranjos institucionais sinérgicos e aproximados da realidade concreta, deve ser o cerne de atuação das OTSs.

Questão 2

- Promover a formação de massa crítica e competências humanas no interior das próprias OTS, formatadas por elas e incorporando colaborações da academia.
- Construir linhas de fomento adequadas às características das OTSs.
- Estimular a construção de arranjos institucionais amplos e aproximados da realidade local.
- Merece análise a pertinência ou não de linhas de fomento específicas para as OTSs.

Questão 3

- Reconhecimento do tipo de conhecimento produzido pelas OTSs.
- As pessoas que compõem as OTS devem se identificar como produtores de conhecimento.
- Mudança da cultura institucional dos órgãos públicos de forma a possibilitar a percepção das OTS como parceiros importantes para a formulação e implementação de políticas públicas.
- Maior articulação entre as ações de C,T&I já desenvolvidas pelas OTS.

Questão 4

- Articulação de Fóruns e Redes de OTSs para definir uma agenda de ações em CT&I.
- Dada sua proximidade com o objeto de ação, as OTSs devem contribuir para a construção de políticas públicas.

Visita e participação no salão e fórum de inovação tecnológica (Brasiltec)



Diferentes modelos de prédios do futuro com criações da robótica e informática incorporadas

de C&T para o Desenvolvimento Social", no dia 30 de julho, e conhecer as novidades do salão.

"A ciência no país tem um caráter predatório do gasto social. Hoje, a sociedade trabalha para satisfazer a curiosidade intelectual dos cientistas. Se não existe o elo entre eles e instituições capazes de captar esse conhecimento, transformando-o em produtos, serviços e processos, ele (o conhecimento) só vai ser destinado para a produção de artigos científicos".¹⁷ Com essa declaração, o cientista Luiz Hildebrando Pereira da Silva opinou sobre o abismo existente entre o que se produz nos laboratórios e aquilo de que a sociedade necessita.

No momento em que as principais manchetes dos jornais noticiam conflitos ocasionados pelo déficit habitacional existente no país, dificuldade de acesso à terra, saúde, emprego, renda e educação, o 2º Brasiltec – denominação da feira e fórum sobre inovação tecnológica – que ocorreu no Expo Center Norte, em São Paulo, de 29 de julho a 2 de agosto, serve como contraponto de possíveis soluções para os diversos problemas que afligem a sociedade brasileira e para os quais a CT&I têm uma contribuição fundamental na promoção de transformações políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais.

Espelha o que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil retrata: um país que muda e se desenvolve em aspectos cruciais, apesar do baixo crescimento médio, "um país que está melhor que há dez, vinte, trinta anos, apesar das conjunturas negativas, e que não pára de superar obstáculos"¹⁶

É essa feira o ponto de partida dos participantes do Segundo Seminário sobre o Papel e Inserção do Terceiro Setor no Processo de Construção da CT&I, que estiveram no local para assistir aos debates da mesa redonda "Políticas



Lateral da Casa Inteligente para deficientes, um dos destaques da exposição.

¹⁶ ABRANCHES, Sérgio. Crescimento e desenvolvimento humano. **Veja**, 16 de julho de 2003.

¹⁷ Cientistas respondem: quais são os problemas da ciência brasileira? **O Estado de São Paulo**, 14 de julho de 2003

O Pesquisador Popular

Eu vi uma mulher falando,
conversando com o marido
ela dizia a ele assim
contando um acontecido

Homem, chegou hoje aqui um rapaz,
que tu precisavas ver
como ele perguntava demais

Ele chegou e se apresentou,
me disse até a que vinha,
mas eu entretida com a vizinha
não dei muita atenção
não pensei que a conversa
tomasse aquela direção.

Ele começou a perguntar.
Perguntava, perguntava.
Eu respondia, ele anotava.
Perguntou por nossa renda,
eu pensei: é um fiscal da fazenda
que veio aqui pra multar

Mas aí perguntou qual o nosso lazer,
Eu pensei: que "bichim" enxerido
Oh! "Rapaizinho" mais metido,
pra que ele quer saber?

Aí ele começou a olhar
E perguntou: a casa,
é própria ou alugada
ou quem sabe...

Aí eu pensei: ai não!
ele é da COHAB
com aquele negócio lá de quitar.

Depois ele perguntou

quantos filhos a gente tinha.
Eu pensei: é igual a vizinha,
danada pra xeretar.
Mas, respondi pra ele rindo,
só quando tão dormindo
que dá pra gente contar.
Ele disse faça as contas de cabeça,
mas cuidado não esqueça
que isso aqui tem que ser certo.

Então eu disse: "pera" aí moço,
tem o Roberto, o Girão, a Terezinha,
minha "pequeninha",
um que conserta "automove"...
Ai moço! São nove
acabei de me lembrar.

Ele disse assim: muito bem,
me diga uma coisa, por aqui tem
escola, tem creche, tem sindicato...
aí eu pensei! Não,
ele é um candidato
que veio aqui pra sondar.

Aí perguntou mais umas coisa,
eu respondi, mas nem lembro
o que foi mais direito.
Aí ele se deu por satisfeito
E disse: muito obrigado, eu já vou.
Aí eu disse assim: não senhor,
agora sou eu que vou perguntar.

Moço, o que é isso aí
que você tá fazendo,
e quem é você, vá me dizendo ou não vai
querer mais falar.
Aí ele me olhou assim
com a cara de quem estudou tudo
que nem pensar mais precisa,
E disse: Senhora eu falei
isso aqui é uma pesquisa

e eu sou um Pesquisador Popular.

Edmar Eudes de Sousa¹⁸



Contribuição trazida ao encontro
por Tanany Reis Gildo (foto)
Cearah Periferia (CE)

¹⁸ Vivências, lutas e memórias: histórias de vidas de lideranças comunitárias em Fortaleza, pág. 4 e 5.

Biosistema Integrado (BSI) Participação popular nos projetos de saneamento e educação ambiental

Contribuição trazida
ao encontro por
Valmir Fachini
Instituto Ambiental (RJ)

O vídeo exibido durante a manhã destinada à apresentação dos participantes do segundo seminário sobre o “Papel e Inserção do Terceiro Setor no Processo de Construção e Desenvolvimento da CT&I”, introduziu dois exemplos de sucesso no uso de tecnologia social para a resolução de problemas de saneamento, em uma comunidade localizada no Canal do Una, em Belém (PA), e outro grupo da região serrana de Petrópolis (RJ).

Partindo do princípio de que a qualidade da água que se consome e daquela que se descarta no meio ambiente é sinônimo de qualidade de vida, essas duas comunidades conseguiram mobilizar a participação popular para o empreendimento de políticas de saneamento e educação ambiental, provocando, assim, o compromisso de que os investimentos públicos sejam também canalizados para a universalização do saneamento. Os dados divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que nas regiões Norte e Nordeste, mais da metade da população encontra-se sem o abastecimento de água e, segundo Orlando Júnior, da Frente Nacional de Saneamento, “quem não tem saneamento no Brasil são os pobres”.

Para concretizar o projeto de macrodrenagem, que transformou o cotidiano de mais de 15 anos de água contaminada e mau cheiro nas circunvizinhanças de 12 bairros, envolvendo sete sub-bacias na Baixada do Una, região de Belém do Pará, foram necessárias articulações entre o poder público local, organizações não-governamentais, um banco internacional e um representante de cada comunidade envolvida nesse empreendimento. Os trabalhos de aprofundamento e alargamento dos canais existentes evitaram o transbordamento das áreas alagadas, foram criados 13 loteamentos em junho de 1997 para áreas da Baixada com drenagem, rede de água e esgoto, conciliando procedimentos de micro e macrodrenagem, iniciativa que remanejou 200 famílias, que ganharam em qualidade de vida.

Em Petrópolis, o biosistema integrado foi instalado na encosta da montanha, onde o proprietário dessa área a doou para que fossem construídos o reservatório e a estação de tratamento, em que o biossódio é separado e compostado. Há utilização do biogás e, após tratado, esse material é devolvido ao solo.

A iniciativa resultou em uma estação que preserva o local, serve como área verde, de lazer e de integração social em que existe uma escola de educadores ambientais e constante circulação e dedicação dos membros da comunidade.

Participantes e respectivas instituições

Expositores e coordenadores de mesa

Antônio A. Oriá Fernandes
Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec)

Cláudio Valadares Pádua
Instituto Ipê

Dalmo Marcelo de A. Lima
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Dep. Ariosto Holanda
Câmara dos Deputados (CCTCI)

Dora Ann L. Canhos
Centro de Referência em Informação Ambiental (Cria)

Eduardo M. Krieger
Academia Brasileira de Ciências (ABC)

Frei Betto
Presidência da República, Programa Fome Zero

Irma Passoni
Instituto de Tecnologia Social (ITS)

Jacques de O. Pena
Fundação Banco do Brasil

João E. de M. P. Furtado
Instituto de Tecnologia Social (ITS)

Jocelino F. de Menezes
Ministério da Ciência e Tecnologia

Jorge Nagle
Instituto de Tecnologia Social (ITS)

Márcio Pochmann
Secretaria Municipal Do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo

Martina Rillo Otero
Instituto de Tecnologia Social (ITS)

Maurício Lissovsky
Instituto de Estudos da Religião (Iser)

Paula Felício D. de Castro
Universidade de Campinas (Geopi/Unicamp)

Paulo Bracarense
Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Paulo César G. Egler
Academia Brasileira de Ciências (ABC)

Renato da Silva Dantas
Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

Roberto Amaral
Ministro da Ciência e Tecnologia

Rogério Dardeau
Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris)

Samyra B. Crespo
Instituto de Estudos da Religião (Iser)

Dep. Selma Schons
Câmara dos Deputados (PT/PR)

Sílvia Picchione
Articulação do Semi-Árido (ASA)

Silvio C. Bava
Instituto Pólis

Sônia Paulino
Universidade de Campinas (Geopi/Unicamp)

Telmo S. Araújo
Secretaria de Planejamento de Campina Grande e Conselho Municipal de C&T

John Wilkinson
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Participantes

Adriana B. Farias
Academia Brasileira de Ciências (ABC)

Adriana Mariano
Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis)

Alessandra Alves
Associação Brasileira de Ensaios Não Destrutivos (Abende)

Alexandre M. Rangel
Sociedade Digital (Socid)

Alexandre Cabral
Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

Amaury Caruzzo
Instituto Ciênciaonline de Educação e Cultura

Ana Maria A. C. da Silva
Universidade de Campinas (Geopi/Unicamp)

Ana Maria Ramos
Raízes – Mulheres Negras Rondônia

Ana Maria N de Souza
Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

Ana Paula Lucena
Academia de Desenvolvimento Social

Ana S. de Rezende
Universidade de Campinas (Geopi/Unicamp)

Ângela M. Schwengber
Secretaria do Trabalho

Antônio Rezk
Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos (Ipsos)

Beatriz Pinheiro
Arvoredo

Carlos E. Sartor
Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

Claifton José Mello
Fundação Banco do Brasil (FBB)

Cristina Westphal
Pesquisadora

Cylon Gonçalves da Silva
Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS)

David Ivan Fleischer
Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN)

Denis Mizne
Instituto Sou da Paz

Dilermando Allan Fo
Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives)

Dina Lida Kinoshita
Fundação Astrojildo Pereira (FAP)

Erder T. Marcelino Bispo
AESP

Erlon Marcelini Bispo
Instituto Centro de Vida

Esper Cavalheiro
Academia Brasileira de Ciências (ABC)

Flávia Fontes A. da Cunha
Aiubá Projetos e Cidadania

Flávio Cruvinel
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Francilene P. Garcia
Fundação Parque Tecnológico da Paraíba

Gerson J Guimarães
Instituto de Tecnologia Social (ITS)

Ionara Costa
Universidade de Campinas (DPCT/Unicamp)

Irati Antônio
Instituto Ayrton Senna

Izabel Cristina da Silva
Cooperativa Artesanato de Rondônia

Jaime Conrado de Oliveira
Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR)

Jorge Alfredo Streit
Fundação Banco do Brasil (FBB)

José Antonio Brum
Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuz)

Juliana Iglesias
Associação Novolhar

Lara Macedo Dias
Cooperando

Lauro Aldo Foschiera
Consultoria Empresarial (Cetap)

Leônia A. de Almeida
Câmara dos Deputados (Assessoria)

Luciana Salgado
Instituto Crescer para a Cidadania

Luis Eduardo M. Castelo
Centro Brasileiro de Ação Cultural (Cebac)

Lynaldo C. de Albuquerque
Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti)

Márcia Welter
Universidade Regional de Blumenau (Furb)

Marco Antônio S. Castanheira
Centro Nacional de Educação Profissional em Cooperativismo, Gestão Ambiental e Turismo (Cenep)

Marcos Rufino
Instituto Sócio-Ambiental

Maria Clara C. Soares
Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)

Maria das Graças V Ibañez
Academia Brasileira de Ciências (ABC)

Maria Inês R. Mancuso
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Maria Luiza Castro de Araújo
Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (Abipti)

Maria Lúcia Sígolo
Widar Empreendimentos

Maria Sylvia R Derenusson
Academia Brasileira de Ciências (ABC)

Maria Teresinha Monteiro
Universidade São Marcos

Marisa Gazoti C Lima
Instituto de Gerenciamento de Ações Educativas (IGAE)

Marli A. de Godoy Lima
Associação Jd. Coimbra

Marta Regina Medeiros
Cooperando

Mayra Cavalcante Rocha
Universidade de São Paulo (ITCP-USP)

Nadja Alves Faraone
Ação da Cidadania de São Paulo

Natalia de Lima Bueno
Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos (Aditepp)

Octavio H. de O Pavan
Universidade de Campinas (Unicamp)

Odenilson A. de Santana
Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris)

Oswaldo A Soares
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Paulo C. Kitamura
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Paula Felício D. de Castro
Universidade de Campinas (Geopi/Unicamp)